

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

**A CONSTRUÇÃO DO LUGAR ARQUITECTÓNICO
A SIGNIFICAÇÃO DA FORMA ARQUITECTÓNICA NA PERSPECTIVA DA
EXPERIÊNCIA DO SUJEITO**

CÉLIA JOAQUINA FERNANDES FARIA

(LICENCIADA)

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ESTUDOS DO ESPAÇO E
DO HABITAR EM ARQUITECTURA

Orientador Científico:

Professor José Duarte Centeno Gorjão Jorge

Júri:

Presidente: Doutor Francisco José de Almeida dos Santos Agostinho

Vogal: Doutor António Mendes Pedro

LISBOA, MARÇO 2009

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

**A CONSTRUÇÃO DO LUGAR ARQUITECTÓNICO
A SIGNIFICAÇÃO DA FORMA ARQUITECTÓNICA NA PERSPECTIVA DA
EXPERIÊNCIA DO SUJEITO**

CÉLIA JOAQUINA FERNANDES FARIA

(LICENCIADA)

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ESTUDOS DO ESPAÇO E
DO HABITAR EM ARQUITECTURA

Orientador Científico:

Professor José Duarte Centeno Gorjão Jorge

Júri:

Presidente: Doutor Francisco José de Almeida dos Santos Agostinho

Vogal: Doutor António Mendes Pedro

LISBOA, MARÇO 2009

RESUMO

Para falar de lugar hoje é necessário fazer uma passagem prévia pelas transformações radicais que a modernidade trouxe à relação entre espaço e tempo, pelos mecanismos de sobreposição do global ao local, pela importância da mobilidade em contraste ao sedentarismo, e pela consciência que hoje temos das mesmas.

A necessidade de delimitação do conceito de *lugar arquitectónico* surge em resposta à carência diagnosticada, herança frágil de um progresso, nem sempre compatível com os valores estruturantes de uma cultura. Não é o método, nem o saber técnico, que lhe está associado que se pretende questionar, mas sim o significado que este adquire com a experiência humana.

A relação entre o homem e o espaço é o habitar. E é a construção que imprime o habitar.

Essa construção é arquitectura. Designamos por arquitectura um objecto que oferece valores práticos e espirituais. Os valores práticos consistem nas funções de protecção e abrigo, e os espirituais residem nas qualidades que se dirigem à nossa sensibilidade e que motivam uma emoção *sui generis*.

A «lugarização» é um processo que resulta desta experiência sobre a arquitectura, e que procura as respostas às funções da vida humana, equacionando um conjunto de princípios ligados ao prazer estético da percepção da forma construída.

Procuramos nesta investigação, fazer uma reflexão teórica à luz de conceitos e experiências sobre espaços contemporâneos, questionando o pensar e o significar *lugar arquitectónico* enquanto conceito da experiência humana.

Palavras chave: Arquitectura, Forma, Construção, Lugar, Habitar

ABSTRACT

Today, to approach the theme of place is necessary to do a previous passage through the radical transformations that modernity brought to the relation between space and time, through the mechanisms of overlaying the global on the local, through the importance of mobility in contrast to the sedentary, and through the conscience that we have about it.

The need to delimitate the concept of *architectural place* rises as an answer to the shortage diagnosed, fragile heritage of a progress not always compatible with the structuring values of a culture.

It's not the method, or the technical knowledge that matters to question, but the significance that place acquires with the human experience.

The relation between man and space is to inhabit. And it's the construction that imprints inhabit.

This construction is architecture. We define architecture as an object that offers practical and spiritual values. The practical values are the functions of protection and shelter, and the spirituals reside in the qualities connected to our sensibility and that motivate a *sui generis* emotion, called the esthetical emotion.

The «place making» it's a process resulting from the architectural experience, looking for answers to the human life functions, questioning a group of principles connected to the esthetical pleasure of the perception of the constructed form.

With this investigation, we seek to do a theoretical reflection based in contemporaneous spatial experiences, questioning about the thinking and giving meaning to the *architectural place* as a concept of the human experience.

Keywords: Architecture, Form, Construction, Place, Inhabit (Dwell)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, o Professor José Duarte Centeno Gorjão Jorge, pelo interesse que demonstrou, desde a primeira conversa, sobre o tema que me motivou, pela disponibilidade de colaboração durante todo o percurso desta dissertação, e pelos saberes que me deu a conhecer, e que me apoiaram no desenvolvimento deste trabalho.

Aos com quem trabalho e respeito, pelo tempo que me deram durante o período da elaboração deste documento, e pela compreensão que demonstraram sempre com palavras de encorajamento.

Aos com quem penso e recio, pelas sugestões e pelas críticas que me ofereceram, e que se revelaram preciosas para cumprir esta meta.

E aos com quem vivo e amo, pelo carinho, dedicação e conforto que me proporcionaram, pelas formas que me apresentaram, pelo espaço que experimentámos e pelos lugares que criámos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
ENQUADRAMENTO.....	1
JUSTIFICAÇÃO.....	4
OBJECTIVOS.....	4
METODOLOGIA E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	5
PORTE 1: ENQUADRAMENTO DO CONCEITO DE LUGAR.....	7
1.1 AS QUESTÕES DE PARTIDA.....	7
1.2 ESPECIFICAÇÃO DE ALGUNS CONCEITOS.....	26
1.2.1 ARQUITECTURA.....	26
1.2.2 SÍTIO.....	34
1.2.3 ESPAÇO.....	34
1.2.4 CONSTRUÇÃO.....	35
1.2.5 HABITAR.....	36
1.3 DELIMITAÇÃO DISCIPLINAR DA NOÇÃO DE LUGAR.....	40
1.4 PERSPECTIVAS DA NOÇÃO DE LUGAR NA ARQUITECTURA.....	50
1.4.1 DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA AO MODERNISMO.....	52
1.4.2 MOVIMENTO MODERNO.....	53
1.4.3 EM BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA.....	55
1.4.4 CONTEMPORANEIDADE.....	64
PORTE 2: ESPAÇO HUMANIZADO.....	77
2.1 A DIMENSÃO DO HOMEM.....	77
2.1.1 O SUJEITO, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO DE UMA CULTURA.....	78
2.1.2 A PERCEPÇÃO, MECANISMO DE APREENSÃO.....	80
2.1.3 A EXPERIÊNCIA, COMPORTAMENTO SOBRE O MEIO.....	87
2.1.4 A INTERPRETAÇÃO, CRIAÇÃO DE SENTIDO.....	91

2.1.5	CONCEITO DE LUGAR DO HOMEM.....	95
2.2	A DIMENSÃO DO ESPAÇO ARQUITECTÓNICO.....	97
2.2.1	FUNÇÃO.....	97
2.2.2	O TEMPO	99
2.2.3	A ESCALA (LOCAL E GLOBAL)	102
2.2.4	CONTEXTO.....	109
2.2.5	MOVIMENTO.....	110
2.2.6	CONCEITO DE LUGAR ARQUITECTÓNICO.....	112
2.3	A ARQUITECTURA ENQUANTO RESPOSTA AO LUGAR DO HOMEM: PROCESSO DE «LUGARIZAÇÃO»	114
2.3.1	«ENCASAR» O ESPAÇO. QUALIDADE DE «DOMESTICIDADE»	114
2.3.2	NATUREZA DO LUGAR ARQUITECTÓNICO	118
2.3.3	LEITURA DO LUGAR ARQUITECTÓNICO. DAS RELAÇÕES ENTRE O CORPO E O ESPAÇO NA CONSTRUÇÃO DO LUGAR.	120
2.3.4	CONSTRUÇÃO DO LUGAR ARQUITECTÓNICO	124
2.3.5	CRITÉRIOS DE JUÍZO.....	127
2.3.6	MÉTODO DE ABORDAGEM.....	135
PARTE 3:	ENSAIO	139
3.1	OBJECTO DE ESTUDO. CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO	139
3.2	EXPERIÊNCIA. PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA.....	143
3.3	ANÁLISE. INTERPRETAÇÃO INDIVIDUAL.....	145
3.4	REFLEXÃO CRÍTICA.....	161
	NOTAS CONCLUSIVAS	165
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172
	ANEXOS.....	191

LISTA DE FIGURAS

- Fig.1 Atelier Architectura, Antuérpia, BE
- Fig.2 Atelier Architectura, Roterdão, NL
- Fig.3 Estalagem da Quinta da Casa Branca, Funchal, PT
- Fig.4 Estalagem da Quinta da Casa Branca, Funchal, PT
- Fig.5 Estalagem da Quinta da Casa Branca, Funchal, PT
- Fig.6 Aeroporto, Bruxelas, BE
- Fig.7 Aeroporto Sá Carneiro, Porto, PT (obtido em www.trasosmontes.com)
- Fig.8 Aeroporto, Dubai, DB (obtido em www.baixaki.ig.com.br)
- Fig.9 Canal, Delft, NL
- Fig.10 Canal, Delft, NL
- Fig.11 Canal, Amesterdão, NL
- Fig.12 Praia dos Rebolinhos, Sagres, PT
- Fig.13 Serra da Malcata, Guarda, PT
- Fig.14 Cabo de S. Vicente, Sagres, PT
- Fig.15 Parque urbano, Hamburgo, DE
- Fig.16 Campo agrícola, Abrantes, PT
- Fig.17 Parque urbano, Barcelona, ES
- Fig.18 Casa, Lisboa, PT
- Fig.19 Casa, Lisboa, PT
- Fig.20 Casa, Lisboa, PT
- Fig.21 Tate Gallery, Londres, UK
- Fig.22 Mercado, Barcelona, ES
- Fig.23 Café Dudok, Roterdão, NL
- Fig.24 Percurso eléctrico N.º 28 (Chiado), Lisboa, PT
- Fig.25 Percurso eléctrico N.º 28 (Baixa), Lisboa, PT
- Fig.26 Percurso eléctrico N.º 28 (Sé), Lisboa, PT
- Fig.27 Estação metro, Hamburgo, DE

Fig.28 Estação metro, Praga, CH

Fig.29 Diagrama metro, Lisboa, PT (obtido em www.circuitos.cityrama.pt)

Fig.30 Diagrama de distinção entre juízo de facto e juízo de valor

Fig.31 Diagrama do conceito de lugar do homem

Fig.32 Diagrama do conceito do lugar arquitectónico

Fig.33 Diagrama da estrutura da leitura do lugar arquitectónico

Fig.34 Processo de construção do lugar arquitectónico

Fig.35 The functional zones of a simple dwelling: Kitchen, Living, Sleeping, Hygiene

Fig.36 Pirâmide das necessidades (A. Maslow)

Fig.37 Diagrama do método de abordagem

Fig.38 Sinal informativo do mercado de Campo de Ourique

Fig.39 Envoltente do mercado de Campo de Ourique

Fig.40 Fachada do mercado de Campo de Ourique

Fig.41 Painel informativo do mercado de Campo de Ourique

Fig.41-43 Utentes do mercado de Campo de Ourique

Fig.44-45 Trabalhadores do mercado de Campo de Ourique

Fig.46-49 Bens de consumo do mercado de Campo de Ourique

Fig.50 Mercado no Gana (obtido em

http://www.fig.net/news/news_2005/ghana_february_2005/craft_market_2_400.jpg)

Fig.51 Mercado na África do Sul (obtido em

http://farm1.static.flickr.com/165/349502057_02edd77235.jpg?v=0)

Fig.52 Mercado na China (obtido em

http://youngsleep.com/yahoo_site_admin/assets/images/meat_market_2.19274150_std.jpg)

Fig.53 Mercado na Turquia (obtido em

http://farm3.static.flickr.com/2184/1817017641_3b56a7a3ab.jpg)

Fig.54 Mercado no México (obtido em <http://pics4.city-data.com/cpicc/cfiles42711.jpg>)

Fig.55 Mercado na Índia (obtido em

http://lh5.ggpht.com/_Jqi1x234yFY/SEsA7vKD0I/AAAAAAAAAG7E/7iygH6B5hJU/DSC_0894.JPG)

Fig.56 Mercado de Campo de Ourique

Fig.57-61 Função «Circular» no mercado

Fig.62-64 Função «Trabalhar» no mercado

Fig.65-66 Função «Recrear» no mercado

Fig.67-68 Função «Comunicar» no mercado

“(...) os espaços onde se desenvolve vida terão de ser lugares(...)”¹

Heidegger

“(...) a partir do momento em que os indivíduos se aproximam, criam social e ordenam lugares.”²

Marc Augé

“(...) onde existe um corpo pode estar um outro, ficando reservado ao lugar algo de diferente que permanece enquanto ambos os corpos o ocupam.”³

Aristóteles

¹ MONTANER, Josep Maria: *A modernidade superada*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001, p.40

² AUGÉ, Marc: *Os não-lugares, introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Lisboa, Editora 90º, 2005, p.93

³ ROSS, David: *Aristóteles*, Lisboa, Publicações D.Quixote, 1987, p.93, 94

INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO

Para falar do lugar hoje, torna-se necessário fazer uma passagem prévia pelas transformações radicais que a modernidade trouxe à relação entre espaço e tempo, pelos mecanismos de sobreposição do global ao local, pela importância da mobilidade em contraste com o sedentarismo, e da consciência que hoje temos das mesmas.

A problemática sobre o conceito de *lugar arquitectónico* não é actual. O lugar é algo que acompanha o homem desde sempre, e sobre a definição da *estrutura do lugar* existe uma infinidade de teorias diversificadas desde o mundo cultural grego.

No entanto, o conceito de *lugar* existe, hoje, numa indeterminação característica. Ao mesmo tempo que é cheio de significado, e algo que deveria sustentar o campo disciplinar da arquitectura, é também um conceito utilizado de forma vaga e pouco inteligível.

O lugar enquanto conceito físico, fenomenológico e ontológico, tem suscitado diversas discussões no âmbito da crítica arquitectónica contemporânea. No contexto da arquitectura portuguesa, esta discussão foi levantada pelo que se denomina «Escola do Porto», que então sublinhou a importância dos lugares na formulação das ideias e das intervenções do arquitecto. “O lugar é espaço/tempo. Simbiose que a existência vivida proporciona.”⁴

Hoje, “os lugares já não são interpretados como recipientes das existências permanentes, mas entendidos como intensos focos de acontecimentos, concentrações

⁴ RODRIGUES, Jacinto: *Álvaro Siza / obra e método*, Porto, Editora Civilização, 1992, p.28

de dinamismo, torrentes de fluxos de circulação, cenários de factos efémeros, cruzamentos de caminhos, momentos energéticos”.⁵

“Quando a arquitectura se estava a consolidar como arte do lugar aflora uma realidade totalmente nova em relação ao espaço. Esta situação gera uma nova sensibilidade, novas capacidades de percepção e novas teorizações, como a ideia de “atopia” que define Peter Eisenman (detractor de qualquer possível relação com o lugar), os projectos de Rem Koolhaas (mesclando a energia e o caos dos fluxos urbanos) ou as teorias de Ignasi Sola-Morales (propondo novas categorias para uma arquitectura metropolitana baseada em transformações).”⁶

Actualmente, os lugares hoje diluem-se uns nos outros. Os seus limites e pontos fixos, verticais, são cortados transversalmente pela rápida mobilidade, horizontal.

Vivemos numa época de espaço, na conquista de espaço. A superfície do planeta deixou de ser *terrae incognitae* porque os meios, e vias de comunicação, preencheram e reconheceram o espaço da terra.

Surge uma saturação do espaço terrestre. O espaço vital da humanidade implode quando foram conquistadas, integralmente, todas as suas dimensões (euclidianas e outras). A ocupação, no sentido da extensão, deixa de ser expansiva e passa a ser intensiva. Uma intensidade que se produz através de compressões, condensações e sobreposições.

Torna-se, assim, indispensável repensar os significados da nossa existência no espaço. E, no momento, em que acontece esta reflexão sobre o pensamento no espaço, e a arquitectura, o conceito de *lugar* é imediatamente associado.

⁵ MONTANER, Josep Maria: *A modernidade superada*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001, p.44

⁶ MONTANER, Josep Maria: *A modernidade superada*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001, p.43

O papel da arquitectura é construir lugares para habitar, providenciando um suporte existencial que proporcione orientação no espaço, e identificação com o carácter específico deste.

“Havia mundo antes da arquitectura, havia paredes, ribeiros, quarteirões. O que não havia era mundo enquanto lugar, mundo enquanto configuração de signos (projectos, textos, representações) que designam quarteirões, ribeiros e paredes. Isso, o sítio, é produzido pela arquitectura que, para o fazer, exclui certas coisas, inclui outras, selecciona, edita, corta e cola.

O processo de globalização, pelos novos meios de comunicação e novas tecnologias, alterou a nossa noção de tempo e espaço.

Efectivamente, a condição supermoderna caracteriza-se por uma abundância de espaços carentes de significados, uma abundância de signos e, finalmente, por uma abundância de individualismo.

Por outro lado, e pela procura de individualismo, há um curioso anonimato patente nestes espaços, apenas quebrado pelo cartão de crédito ou outros documentos afins. Existem espaços nos quais o indivíduo se sente espectador sem, verdadeiramente, se importar com a natureza do espectáculo. Como se a posição de espectador constituísse o essencial do espectáculo ou, em definitivo, como se a posição do espectador em si mesmo fosse, para o espectador, o seu próprio espectáculo.”⁷

É, portanto, um equívoco evocar-se a presença de um lugar antes da construção. É apenas com o projecto, ou seja, o desenho que configura o pensamento, que se definem as estratégias que revelam qualidades, que não eram visíveis previamente. É, neste momento, que se determina a fundação de um lugar.

⁷ GOMES, Paulo Varela: *Teoria do sítio*, em Revista nu, nº2, Coimbra, 2002, p.9

JUSTIFICAÇÃO

As questões colocadas como ponto de partida da presente investigação, surgiram pelo facto de não termos encontrado respostas adequadas para o entendimento e interpretação do lugar.

Estas questões partem do pressuposto que, o espaço construído é uma forma de expressão do indivíduo, e por isso está sujeito à interpretação por parte deste. Para além do seu valor material, enquanto objecto construído, ele incorpora, deste modo, uma multiplicidade de significados.

E isto porque, ao contrário das obras de carácter científico, que têm um sentido exacto e inequívoco, as *obras* e os *lugares arquitectónicos* são passíveis de diferentes interpretações.

Nesta investigação, o *lugar arquitectónico* é encarado como obra resultante da acção humana, isto é, produzido por alguém inserido numa determinada sociedade e num determinado tempo, e que só existe porque é interpretado por alguém.

OBJECTIVOS

O objectivo geral desta investigação consiste no entendimento do processo de leitura e construção do lugar arquitectónico, enquanto significação do espaço através da experiência do sujeito, e produto da acção humana, no contexto da arquitectura contemporânea.

Esta clarificação será expressa através da análise de um caso de estudo, que não se cinge à descrição formal do objecto fora do contexto do seu intérprete, mas antes pelo contrário, considera o que ele significa.

Sendo, a interpretação, resultado da experiência, importa considerar na leitura do lugar a marca humana que lhe está inerente e, desta forma, incluir o papel dos seus intérpretes.

Interessa observar, não só, as formas representadas e os conteúdos de representações mas, também, o dinamismo resultante dos processos de interpretação e experiência sobre o espaço por parte do sujeito.

METODOLOGIA E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A investigação baseia-se num percurso metodológico que parte da formulação de um conjunto de questões que se consideram fundamentais, como ponto de partida, para a leitura e interpretação do *lugar arquitectónico*, com o apoio da recolha e exploração de bibliografia temática que permita a análise e discussão segundo diversas perspectivas disciplinares sobre o tema em questão. O estudo será organizado do geral para o particular.

Esta estratégia pode ser considerada uma estruturação de observação e análise dos elementos constituintes e intervenientes na construção do lugar.

O corpo central da tese divide-se em três partes, antecedidas por esta introdução e seguidas por uma conclusão e bibliografia.

A tese proposta, de carácter teórico-empírico, centra-se na construção de um modo de observação e interpretação que fundamente a sua génese no corpo teórico desenvolvido na Parte 1.

Neste capítulo foi elaborada uma síntese de conceitos, nos seus diversos sentidos disciplinares, essenciais para o entendimento de *lugar arquitectónico*. Servimo-nos de obras de referência de diferentes autores em diferentes campos disciplinares, como o principal apoio para a investigação. A noção de lugar é delimitada, segundo as várias disciplinas que o discutem, e analisam-se diversas perspectivas da noção de lugar do ponto de vista da arquitectura.

Na Parte 2, ao cruzar o contexto do indivíduo com campo disciplinar da arquitectura, desenvolvemos conhecimentos relativos ao espaço humanizado obtendo, deste modo, a caracterização do conceito de lugar arquitectónico e do seu processo de construção.

Enumeram-se, critérios de juízo de valor, que não dão respostas efectivas, mas antes, linhas de orientação na atribuição de significado ao espaço por parte do sujeito utilizador.

Colocam-se algumas questões suplementares que orientam a observação no sentido da compreensão da relação entre os contextos espaciais, humanos e ambientais, que interferem com a significação do espaço.

Sintetizam-se, neste ponto, os parâmetros para uma definição do habitar.

A Parte 3, trata da interpretação através da análise da construção do lugar arquitectónico a partir de um ensaio.

A abordagem é feita, através da experiência directa sobre o espaço construído a analisar. O objectivo é estruturar uma reflexão crítica em torno do conceito de lugar, contribuindo para estabelecer uma definição clara sobre o valor objectivo deste conceito, enquanto tema comum às mais diversas áreas do saber.

PARTE 1: ENQUADRAMENTO DO CONCEITO DE LUGAR

1.1 AS QUESTÕES DE PARTIDA

Como ponto de partida, consideramos o lugar enquanto experiência do pensamento. E a arquitectura enquanto concretização dessa experiência.

Deste modo, o lugar é entendido como um conceito, e a arquitectura, como uma forma. E se o lugar não tem uma forma concreta, resulta, então, de uma construção mental. E esta capacidade de construir é algo específico do homem.

“O sentido nasce quando se consegue criar no objecto arquitectónico significados específicos.”⁸

Se, o lugar resulta desta construção mental, o carácter individual é que determina o conteúdo dessa construção. No entanto, esse carácter individual é também consequência do encontro constante entre o meio exterior, nós próprios e os outros, no sentido, em que somos indivíduos relacionais e pertencentes a determinado contexto.

De que modo se processa a construção do lugar, enquanto significação do espaço por parte da experiência do sujeito?

Esta é a questão central do desenvolvimento da presente dissertação. E para obter respostas, foram colocadas diversas questões sobre o espaço contemporâneo e a forma como o habitamos.

⁸ ZUMTHOR, Peter: *Pensar a arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili, 2005, p.10

Estas questões surgem de observações feitas a partir da experiência directa sobre o espaço, e, considerando diversos temas que identificam e modelam a arquitectura contemporânea, nomeadamente, o tempo, a escala, o contexto, a função e o movimento.

Isto, porque interessa, no âmbito da arquitectura, questionar os factos relacionados com esta, ou seja, com o contexto formal, não aprofundando temas relativos ao contexto humano, do âmbito das ciências sociais e humanas, ou ao contexto ambiental, mais centrado na disciplina de geografia, por se tratarem de matérias complementares à arquitectura, mas que não a definem.

Importa salientar, que o estudo desenvolvido na presente dissertação, enquadra-se no contexto ocidental, regido pelas premissas que o caracterizam e identificam.

Neste sentido, optámos por imagens representativas de ambientes e tipologias arquitectónicas reconhecidas por qualquer individuo pertencente a esta sociedade

TEMPO

O lugar é um espaço vivido, apropriado e feito consoante o seu uso, e a arquitectura consiste em projectar esses lugares onde decorre a vida.

E esta vida é temporalidade. Assim, a arquitectura não é estática, mas um sistema dinâmico, que é instável e que se dirige para um futuro que não pode ser determinado *a priori*, e o lugar é uma acção/reacção sobre esse sistema dinâmico. Uma acção que nós exercemos sobre o meio e, uma reacção a esse mesmo meio.

Neste sentido, entendemos o lugar enquanto experiência temporal do espaço.

No contexto urbano contemporâneo, em que o habitar do espaço é móvel, torna-se pertinente questionar a construção de significado sobre este espaço, através de diferentes tempos de permanência em que ocorre a experiência do sujeito.

“O colapso do tempo, a aceleração do tempo, a simultaneidade de todos os tempos. O espaço torna-se temporal. Para nós arquitectos, o tempo é espacial porque espaço é o que nós construímos, e o tempo está lá para activar estes espaços, ocasionalmente para os transformar pelo desafio da percepção dos seus limites. O tempo é o que nos permite medir o espaço.”⁹

Dizia Zevi que, para além das três dimensões da perspectiva, e consequentemente da arquitectura, existia uma quarta. “Existe [...] outro elemento além das três dimensões tradicionais, e é, precisamente, o deslocamento sucessivo do ângulo visual. Assim, designou-se o tempo, quarta dimensão”.¹⁰

Neste contexto, distinguimos a experiência sobre o espaço, segundo permanências de durações de tempo distintas. Designamos por experiência quotidiana, a que se traduz num uso do espaço efectuado de modo contínuo, e de experiência extra quotidiana, a que desenvolvemos num período de tempo pontual.

Pretendemos questionar sobre a relação de familiaridade que temos com os espaços, e sobre a duração do tempo da experiência sobre estes.

Assim, como ilustração da experiência quotidiana, observámos e questionamos o espaço de trabalho. Por se tratar de um espaço familiar ao nível das práticas que nele se praticam, e rotineiro, no sentido de se tratar um referencial na deslocação diária da vida humana. Reflecte a experiência consecutiva sobre um mesmo espaço, em que representamos um papel específico.

Por outro lado, e como exemplo da experiência extra-quotidiana, destacamos o espaço do hotel. Por ser um espaço que nos alberga momentaneamente, e o qual experimentamos sem ter, necessariamente, referências ao nosso contexto cultural.

⁹ VIRILIO, Paul: *A landscape of events*, Massachussetts, MIT, 2000, p.8

¹⁰ ZEVI, Bruno: *Arquitectura in Nuce – uma definição de arquitectura*, Lisboa, Edições 70, 1986 p. 22

E é um espaço pertinente, na presente análise, porque “imita” o espaço da casa, no sentido em que dá resposta a necessidades básicas da vida humana ocidental, no entanto, consiste num espaço que nos é estranho.

EXPERIÊNCIA QUOTIDIANA



Fig.1 Atelier Architectura, Antuérpia, BE



Fig.2 Atelier Architectura, Roterdão, NL

A familiaridade com a representação do espaço, e o reconhecimento da tipologia arquitectónica são essenciais no processo de criação de um significado?

EXPERIÊNCIA EXTRA-QUOTIDIANA



Fig.3 Quinta da Casa Branca, Funchal, PT



Fig.4 Quinta da Casa Branca, Funchal, PT



Fig.5 Quinta da Casa Branca, Funchal, PT

Em que medida, a duração do tempo da experiência intervém na capacidade que temos de significar o espaço?

ESCALA

Existem diferentes escalas de espaço onde, representamos diferentes papéis, e que definem experiências distintas que nos permitem construir diversas significações.

A escala será observada, neste contexto, segundo a dialéctica local - global. Não considerando a escala da sua forma, mas antes a escala do seu campo de acção.

Para ilustrar este tema optámos por dois exemplos, um de carácter global, outro de carácter local mas com uma natureza global.

Relativamente ao espaço de escala global, questionamos o espaço do aeroporto, por estarmos em presença de um espaço universal ao nível da solução construtiva e programa funcional. Um aeroporto é igual e funciona da mesma forma em qualquer parte do mundo. Marc Augé definiu-o como «não lugar», sendo um exemplo pertinente do fenómeno da globalização.

Os aeroportos constituem pontos de chegada/partida, e representam a primeira e/ou a última imagem que o indivíduo tem de uma cidade. Para muitos passageiros, que já fizeram muitas escalas entre voos diferentes, em várias cidades, por vezes a única percepção que têm das cidades é a experiência do espaço do aeroporto, pelo que estes podem ser um dos logótipos, uma das imagens de marca, de cada cidade.

Quanto ao espaço de escala local, a observação recaiu sobre um canal duma cidade holandesa, por exemplo, Amesterdão. Este é um caso ilustrativo de uma situação, originalmente de escala global, e que passou a ser local.

No passado, estes canais constituíam-se como vias de atravessamento de grandeza global, no entanto, e com a condensação das relações, estes canais são, hoje, parte integrante de uma estrutura local, e fundamentais para a identificação cultural do espaço.

Nas actuais condições de globalização, podemos recorrer a uma frase de Tolstoi, segundo a qual, “para ser universal, basta falar de sua aldeia”.

A nossa relação com mundo mudou, antes, era uma relação local-local, agora é uma relação local-global. E mudou, porque conseguimos ver o mundo por inteiro, através de imagens de satélites.

A multiplicidade de acções fazem do espaço um campo de forças complexo, mas a necessidade de individualização e especialização dos elementos do espaço,

nomeadamente dos homens, instituições, ambiente construído, gera um aprofundamento da relação de cada qual com o sistema do mundo.

Questionamos, perante este tema, a importância da escala na atribuição de significado ao espaço.

GLOBAL



Fig.6 Aeroporto, Bruxelas, BE



Fig.7 Aeroporto Sá Carneiro, Porto, PT



Fig.8 Aeroporto, Dubai, DB

Pode um espaço homogêneo, produto do processo de globalização, ser passível de uma significação?

LOCAL



Fig.9 Canal, Delft, NL



Fig.10 Canal, Delft, NL



Fig.11 Canal, Amesterdão, NL

Para atribuir significado a um espaço, será necessário que este apresente um carácter local, contextualizado e identitário?

CONTEXTO

O contexto, também, define a arquitectura, no sentido em que, por exemplo, o design não precisa de contexto, mas na arquitectura, esse enraizamento é fundamental para identificar a sua génese.

Deste modo, foram observados dois espaços distintos ao nível da sua génese arquitectónica. Equacionamos o contexto natural, enquanto espaço não construído, e a paisagem construída resultado da manipulação do homem sobre o contexto natural.

No contexto natural, o cenário é composto por todos os seus elementos naturais, como o céu, a terra, o mar, a vegetação, as montanhas, as flores, etc., ou seja, todos os elementos físicos relacionados espacialmente entre si. O clima também está presente, o sol, as nuvens, as chuvas, etc., isto é, todos os elementos e factores climáticos globais e locais. E sobre este o homem apenas interpreta.

No sentido, em que constrói o que vê através da visualização que faz do meio natural, simbolizando, posteriormente, essa visualização, por meio da libertação do significado imediato de uma coisa, tornando-o num objecto cultural que poderá ser integrado ou deslocado para um outro contexto. Guardando, depois, esses significados experienciados, para criar um microcosmos que concretiza o mundo.

Por outro lado, o espaço natural artificializado, através da introdução de elementos que lhe conferem uma nova identidade e que lhe atribuem uma referência espacial, criam marcas de humanização, e um espaço construído, no entanto, sem a delimitação de uma fronteira entre o interior e o exterior.

O homem recebe o que o rodeia e aplica-o nas coisas. As coisas explicam o ambiente e manifestam o seu carácter. Assim, as coisas tornam-se significantes.

No âmbito deste tema, o contexto, questionamos sobre a necessidade da consideração do enquadramento do objecto numa determinada envolvente, visando a possibilidade do sujeito interpretante, estruturar um sentido, em função da experiência. E, também, a necessidade do espaço construído ter que estabelecer um limite entre interior e exterior.

CONTEXTO NATURAL



Fig.12 Praia dos Rebolinhos, Sagres, PT



Fig.13 Serra da Malcata, Guarda, PT



Fig.14 Cabo de S. Vicente, Sagres, PT

A percepção humana sobre um contexto natural, origina, por si só, a construção de uma significação do espaço?

PAISAGEM CONSTRUÍDA



Fig.15 Parque urbano, Hamburgo, DE



Fig.16 Campo agrícola, Abrantes, PT



Fig.17 Parque, Barcelona, ES

É necessário ser definida uma fronteira interior/ exterior para o espaço ser traduzido em lugar arquitectónico?

FUNÇÃO

Neste tema interrogamos sobre a capacidade que a função, enquanto característica essencial na definição da forma arquitectónica, tem para proporcionar a atribuição de significado por parte do sujeito utilizador.

A questão coloca-se ao nível da relação do nosso próprio corpo com o espaço envolvente, segundo comportamentos distintos, determinados pelo papel que representamos nos diferentes espaços. Cada espaço tem uma função definida, e esta condiciona os movimentos e as respostas que o sujeito vai, desenvolver e obter com a experiência.

“É a forma do espaço que sugere as acções pelas quais o morador descobre um determinado modo de *habitar*. Essa é, não esqueçamos também, a essência da Arquitectura.”¹¹

¹¹ JORGE, José Duarte Gorjão: *Lugares em teoria*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p.98

Deste modo, um espaço de representação individual e um espaço de representação colectiva, foram as opções para questionar esta temática, enquanto espaço do «eu» e espaço dos «outros» respectivamente.

Como espaço de representação individual, a observação foi feita num espaço doméstico, considerando-o o espaço do habitar por excelência. Não é um espaço que nos alberga, simplesmente, mas um espaço que criamos para dar resposta às nossas necessidades essenciais.

“A «casa» põe em relação o *eu*, o *aqui* e o *agora*. A partir dela, oriento-me no espaço: parto todos os dias de minha casa para, depois, a ela regressar.

Não a casa como uma coisa, mas a casa como morada, como *construção simbólica* no espaço. Porque, nessa medida, a minha casa é um depósito de *memórias* e *expectativas*.

Neste sentido, sensibilizo as paredes do meu abrigo, como diria Gaston Bachelard, “visto o meu abrigo portanto.”¹²

É o espaço onde, o indivíduo, se despe de qualquer representação social e colectiva, assumindo a autenticidade individual.

Em contraponto ao espaço doméstico da «casa», surge o espaço dos outros, enquanto espaço de partilha e de representação social. É um espaço colectivo cujos referentes são comuns e identificáveis por todos os que a ele pertencem.

E o espaço público é um exemplo desta tipologia, quer seja um espaço encerrado, quer seja um espaço aberto, é sempre relacional, identitário e histórico.

ESPAÇO DO «EU»

¹² JORGE, José Duarte Gorjão: *Lugares em teoria*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p.94



Fig.18 Casa, Lisboa, PT



Fig.19 Casa, Lisboa, PT



Fig.20 Casa, Lisboa, PT

Pode um espaço individual, sem a componente relacional, permitir a construção do lugar arquitectónico?

ESPAÇO DOS «OUTROS»

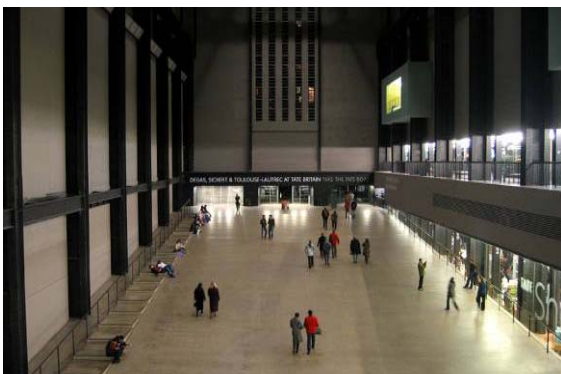


Fig.21 Tate gallery, Londres, UK



Fig.22 Mercado, Barcelona, ES



Fig.23 Cafe Dudok, Roterdão, NL

É a relação social, estabelecida num contexto construído pela arquitectura, fundamental para a significação do espaço enquanto lugar arquitectónico?

MOVIMENTO

Os lugares já não são interpretados como recipientes existências estáveis, mas entendidos como intensos focos de acontecimentos, concentrações de dinamismo, torrentes de fluxos de circulação, cenários de factos efémeros, cruzamentos de caminhos, momentos energéticos.¹³

¹³ Ver Peter Eisenman: *La fine del clásico*, Cluva Editrice, Veneza, 1987; OMA, Rem Koolhaas e Bruce Mau: *S, M, L, XL*, 010 publishers, Roterdão, 1995; Ignasi Sola-Morales: “*Lugar: permanência ou produção*” em *Diferencias. Topografía de la arquitectura contemporánea*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1995

“A velocidade é propiciada pelo próprio ordenamento do espaço (estradas, auto-estradas, vias de caminho de ferro, aeroportos).”¹⁴

Numa sociedade de indivíduos móveis, assiste-se à emergência de um novo modo de habitar, fundado na multiplicidade de lugares.

Escolhemos dois exemplos referentes à experiência em movimento sobre o espaço. O primeiro consiste num percurso referenciado, e o segundo de um diagrama de deslocação abstracto.

Como percurso referenciado, observamos o percurso do eléctrico n.º28 em Lisboa. Consiste num espaço de atravessamento da cidade, que se constituiu como um percurso turístico transformado num monumento, no sentido, em que percorre uma grande área deparando com variadas referências culturais e identitárias da cidade por momentos.

É um percurso sequencial, em que cada momento surge após o anterior, permitindo uma leitura de conjunto coerente, e uma percepção global do espaço e da envolvente.

Traduz-se num movimento muito diferente do atravessamento pedonal, porque é dirigido. Nele a cidade é apresentada como um cenário, não decidimos as orientações a tomar, mas antes somos direccionados.

Contrariamente, e enquanto espaço de percurso abstracto, temos o percurso do metropolitano.

Estamos perante uma infra-estrutura desligada do contexto em que se insere. É um espaço autónomo, e, que, pontualmente estabelece relações com a envolvente nos seus pontos de acesso, mas sem dialogar com ela ao nível da sua experimentação.

¹⁴ VIRILIO, Paul: *A velocidade de libertação*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 2000, p.9

O atravessamento é efectuado de um ponto para o outro sem passar pelo meio. O tempo é anulado, e o espaço intermédio não existe. Poder-se-ia questionar até o motivo porque o comboio contempla janelas quando não existe paisagem para ser observada.

Consiste num esquema mental abstracto de movimento, com base em diagramas gráficos que nos elucidam apenas sobre os pontos de contacto com a realidade.

REFERENCIADO



Fig.24 eléctrico N.º 28 (Chiado), Lisboa, PT



Fig.25 eléctrico N.º 28 (Baixa), Lisboa, PT



Fig.26 eléctrico N.º 28 (Sé), Lisboa, PT

A orientação pré-estabelecida, à qual obedecemos, sem introduzir a nossa própria definição do percurso, condiciona a liberdade de interpretação do espaço?

ABSTRACTO



Fig.27 Estação metro, Hamburgo, DE



Fig.28 Estação metro, Praga, CH



Fig.29 Diagrama metro, Lisboa, PT

A ausência de um referencial na experiência do espaço inibe a sua significação?

As questões apresentadas, e que constituíram o ponto de partida para a reflexão sobre o tema da presente dissertação, originou uma categorização, não intencional, de diferentes espaços, com base em temáticas consideradas pertinentes neste contexto.

É de notar, no entanto, a possibilidade de incluir outros temas que poderiam ser enquadrados e analisados neste âmbito. Tal como outros exemplos espaciais, poderiam ser referenciados e questionados.

1.2 ESPECIFICAÇÃO DE ALGUNS CONCEITOS

Por entre outras delimitações que surgirão com o desenvolvimento do trabalho, delimitam-se, à partida, conceitos como ARQUITECTURA, SITIO, ESPAÇO, CONSTRUÇÃO e HABITAR, que são fundamentais para a compreensão do que é matéria arquitectónica e para a clarificação de algumas noções espaciais inerentes a este tema.

1.2.1 ARQUITECTURA

A arquitectura como todos os objectos comporta uma historicidade enquanto conjunto de valores, ideias e críticas.

Começamos por citar alguns autores que através dos tempos se ocuparam em definir arquitectura.

“A Arquitectura é um saber, adornado de mitos e cognições, a partir do qual se regulam todos os trabalhos feitos em qualquer arte. Compõem-se de prática e teoria. A

prática é uma reflexão continuada e consumada sobre o uso e completa-se com as mãos, dando forma própria a qualquer espécie de matéria.

[...] a Architectura é composta de ordens *taxis*, em grego, Disposição, a que os gregos chamam *dialhesin*, de Eúritmia, Simetria e Decoro, Distribuição a que os gregos chamam Economia. Eúritmia é o belo e agradável aspecto provocado pela distribuição dos membros. A simetria, o acordo harmónico entre os membros de cada obra, cada membro correspondendo separadamente à métrica de toda a obra.

Vitruvius, Marcus (activo 46-30 a.C.), *De Architectura*

[...]

As proporções, em architectura, assim como a composição, são equivalentes às leis da natureza; a beleza, identificada a forma criadora por excelência *concinnitas*, não depende de simples opinião, mas de um juízo inato nos nossos espíritos.

Alberti, Leon Battista (1404-1476), *De re aedificatoria*

[...]

A architectura saberá com certeza atingir o ânimo e a mente. O que é a architectura? defini-la-ei como Vitruvius, a arte de construir? Certamente que não. Vitruvius toma o efeito pela causa. Architectura é conduzir qualquer edificação à sua perfeição ideal. Composição e distribuição conveniente, são a essência da Architectura.

Boullée, Étienne (1728-1799), *Architecture. Essai sur l'Art*

[...]

A architectura deve ser considerada na relação da arte, costumes e legislação [...] a posteridade honrará a memória dos autênticos, admirará os seus grandes princípios e qualquer amalgame falsificador, fruto singular das circunstâncias, desaparecerá.

Ledoux, C.N. (1736-1806), *L'architecture considérée sous le rapport de l'art, des mœurs et de la législation*

[...]

A função do architecto é planear com justeza e enquadrar a ornamentação em ordens lógicas.

J.N.Durand (1760-1834), *Précis des leçons d'architecture à l'École Technique de Paris*

[...]

A arquitectura é a arte de construir. Compõem-se de duas partes: teoria e prática. A prática é a construção efectiva, a teoria é o conjunto de regras derivadas da Tradição, das Técnicas, da Ciência, da Sociedade e da História.

Viollet-Le-Duc (1814-1879), *Entretiens sur l'architecture*

[...]

A arquitectura é um arte que todos devem conhecer, porque interessa a todos, depois é tão clara e simples que é imperdoável não conhecer os seus princípios fundamentais, como é imperdoável não conhecer as regras da gramática. A arquitectura é a arte de compor e ornamentar edifícios. Compô-los de tal modo que possam contribuir para a sanidade, a força e o prazer do espírito.

Ruskin, John (1819-1900), *The Seven Lamps of Architecture*

[...]

O meu conceito de arquitectura está na união e colaboração das artes de modo que cada coisa seja subordinada à sua maior, com intenção de harmonia. Não podemos subtrair-nos à arquitectura porque como nós faz parte da civilização e devemos legar aos nossos filhos um tesouro tão grande quanto nos foi legado.

Morris, William (1834-1896), *USA lectures*

[...]

A arquitectura não é o simples exercício, obter êxito e triunfos maiores ou menores, é antes uma tarefa e participação social, e bem entender a arquitectura é entender as condições sociais que a produzem.

Sullivan, Louis H. (1856-1924), *Kindergarten chats*

[...]

O que é a arquitectura? A expressão cristalina dos mais puros pensamentos humanos, do seu fervor, da sua humanidade, da sua fé, da sua religião. Mas quantos dos que vivem esta época compreendem completamente ainda a natureza onisciente, beatificante da arquitectura? Vede, atravessamos as nossas ruas e quereríamos chorar de vergonha nestes desertos de brutalidade. As armadilhas cinzentas, vazias, estúpidas em que vivemos e trabalhamos, constituirão um triste legado para a posteridade. Há uma consolação para mim, a ideia, a construção de uma ideia de

arquitectura, ardente, corajosa, destinada a satisfazer a época ridente que virá. Queiramos, ideemos e criaremos juntos as novas concepções construtivas.

Gropius, Walter (1883-1969), *Apollon in Democracy*

[...]

A arquitectura hoje tem pouco a ver com os estilos, a arquitectura é um acto plástico para além do facto utilitário, é o jogo sábio, magnífico dos volumes banhados pela luz. A arquitectura e o urbanismo são o espelho fiel da sociedade, os edifícios são os documentos que deixamos, mas deveremos atingir uma maturação. Nos momentos de transição, grande parte da arquitectura está nos projectos que merecem tanta atenção como o objecto construído.

Le Corbusier (1887-1965), *Vers une Architecture*

[...]

A arquitectura assume um valor fundamental na existência humana. A finalidade artística, isto é, que satisfaça as exigências plásticas de uma forma artística, não é suficiente; é antes a correspondência entre a forma e conteúdo, para além disso, o jogo das formas deve corresponder à dilatação do horizonte humano. Entender a arquitectura apenas como expressão, unicamente como expressão de um conteúdo bem determinado, como uma espécie de arte aplicada, significa desprezar o significado e a significação, mergulhando na vida mas também construindo-a.

Taut, Bruno (1880-1938), *Catálogo da Exposição de Berlim*, 1964

[...]

Há um terceiro modo de criar um novo espaço virtual mais subtil do que a criação de uma cena ilusória ou de um organismo ilusório mas não menos, decididamente, artístico. A sua ilusão pode facilmente diluir-se perante a definição, para alguns, de uma arte puramente utilitária, sacrificando, no conceito, a visão do artista. Motivação de produtos, mas a arquitectura é também imagem de uma cultura.

Langer, Suzane (1895-1985), *Feeling and form. Theory of Art*, 1953

[...]

Como arquitecto, que pratico a minha profissão, as minhas ideias sobre arquitectura são um subproduto da crítica que acompanha as minhas obras, e crítica que é de uma importância capital para o trabalho de criação, um trabalho vasto, que é tão crítico quanto criativo.

Venturi, Robert (n. 1925), *Complexity and contradiction in architecture*, 1966

[...]

O mundo edificado é um objecto estranho, logo após ser construído parece animar-se de uma vida independente, reflexo enigmático, pleno de poderes e exercendo sobre os humanos um fascínio que provoca uma reflexão interminável.

Choay, Françoise, *La règle et le modèle*, 1980

[...]

A arquitectura é a expressão de um tempo, já que reproduz a essência física do homem e revela nas relações monumentais do corpo o sentido vital de uma época.»

Wolfflin, Heinrich (1864-1945), *Principles of history of art*

[...]

Pela sua essência e destino, a arte arquitectónica situa-se no espaço verdadeiro, o do nosso caminho e o da actividade desenvolvida pelo nosso corpo [...] O verdadeiro privilégio da arquitectura, a sua originalidade mais profunda, reside no jogo interno das massas construídas ao constituir um espaço interno que mude a luz e o espaço segundo as leis da geometria, da mecânica e da óptica.

Focillon, Henri (1881-1943), *La vie des formes*, 1934

[...]

Quero dizer-vos, principalmente, que a arquitectura não existe. Existe sim obra arquitectónica. Todas as edificações são chamadas arquitectura enfim [...] mas conforta-me pensar que, de qualquer modo, a edificação faz parte do conteúdo humano e é resultado da acção do homem.

Kahn, Louis (1901-1974), *What will be has always been*

[...]

A forma da arquitectura é a forma da Terra modificada pelas estruturas da Humanidade. A partir desta relação, os seres humanos compõem envolventes vivenciais sugeridas pelas matrizes da vida e construindo em torno de quaisquer símbolos para eles importantes.

Scully, Vicent, *Architecture. The natural and the manmade*, 1991”¹⁵

Vitrúvio definiu a arquitectura como a arte de construir.

Étienne-Louis Boullée contraria esta definição, afirmando que há que conceber para poder construir a obra, remetendo a arquitectura para a ideia, enquanto criação e produção do espírito “por meio da qual podemos definir a arte de produzir e de levar à perfeição qualquer edifício”.¹⁶

Louis Kahn, numa conferência no Politécnico de Milão em 1967, vai mais longe na definição de arquitectura, ao estabelecer uma clara distinção entre arquitectura e a obra de arquitectura: “a arquitectura não existe realmente. O que existe é a obra de arquitectura. A arquitectura existe sim, na mente. Ao fazer uma obra o homem faz uma oferta ao espírito da arquitectura”.¹⁷

Tanto Boullée como Kahn remetem a origem e a definição da arquitectura para os aspectos conceptuais heurísticos e disciplinares que antecedem e informam o processo de construção, e a obra arquitectónica em si mesma, para a condição física e material do artefacto edificado habitável.

Neste sentido, o projecto constitui o acto mediador entre a condição mental da arquitectura e a condição material da obra arquitectónica, é o edifício em si, habitável e aberto à vivência.

¹⁵ RODRIGUES, Maria João Madeira: *o que é arquitectura*, Lisboa, Quimera, 2002, p.11-18

¹⁶ BOULLÉE, Étienne- Louis: *Arquitectura, ensayo sobre el arte*, editorial Gustavo Gili S.A., Barcelona, 1985, p.41, 42

¹⁷ KAHN, Louis: *Conversa com estudantes*, Editorial Gustavo Gili S.A., Barcelona, 2002, p.36

“O lugar da arquitectura é o da encruzilhada e o da permanente crise. O núcleo duro disciplinar situa-se no cruzamento de dois modos distintos – o mesmo e o outro, o ser e o devir, o espaço e a matéria, o centro e o caminho, o pensamento e a acção, a técnica e a arte. A arquitectura situa-se entre o lugar e o homem.”¹⁸

Heidegger toma a arquitectura ela mesmo, uma arquitectura nem metafórica nem ideal, considerando que o seu contributo para o pensamento é tão importante quanto a do quadro ou do poema.

Numa perspectiva heideggeriana a arquitectura é uma *technè* do espaço. Toda a arquitectura está num lugar, lugar esse que ela própria contribui para fazer existir.

A sua definição é ser um saber que consiste em dar lugar aos objectos de todas as naturezas que não são eles mesmos produtos ou obras deste saber. Seguindo a etimologia, a arquitectura é a ordenação dos *tektones*. Para operar necessita de dispor de múltiplos operadores que não são operadores arquitectónicos.

A maior parte das obras de arte, de pintura e de escultura, como de música de dança ou teatro, dão-se num quadro arquitectónico. Distinguir a arquitectura e sublinhar a sua singularidade entre as “artes do espaço” visa tanto preservá-la de uma interpretação puramente “estetizante” quanto libertar da pintura e da escultura uma responsabilidade que é a sua. Ninguém vive num espaço literário ou pictórico.

Por outro lado, o espaço arquitectónico não é fictício. Se múltiplas ficções se podem engendrar a partir dele é porque enquanto real ele fornece à imaginação condições particularmente favoráveis para que esta tome partida. A arquitectura é uma condição de possibilidade da ficção e do dizer e pensar, e um pensamento de espaçamento e de liberdade.

¹⁸ DELGADO, João Paulo: “O lugar da arquitectura: notas para uma estética da edificação” in *Geha: revista de história, estética e fenomenologia da arquitectura e do urbanismo*, Lisboa, nº 2-3, 1999, p.261

"Tanto na arquitectura, como na poesia, não se dão distintas fases criadoras, não existe a distinção aristotélica entre matéria e forma, pensamento e acto, autor e receptor: se esta a separação acontece, a arquitectura está comprometida ou perdida"¹⁹.

A arquitectura é uma tecnologia do ser, onde se desenrola a nossa existência no meio dos espaços arquitectónicos.

A arquitectura trabalha com o espaço e este «objecto» encontra-se em qualquer lado ao lado dela mesmo. É este fenómeno de reenvio que é próprio à arquitectura: um objecto reenvia. Reenvia a um espaço tanto quanto um símbolo ou um signo reenvia a uma ausência. O muro, referência essencial ao pensamento arquitectónico, na medida em que institui fisicamente o avesso e um direito, um interior e um exterior, instaura a espacialidade. Constitui um jogo do dentro e do fora e da divisão do espaço.

A arquitectura mede, revela e precisa o quadro do espaço. Um edifício é menos «objectivo» que um quadro ou uma escultura. Onde está o edifício?

É esta questão que assinala a arquitectura. Serve para abrir qualquer coisa, a dar lugar, a tornar possibilidade.

E neste sentido poder-se-á falar de uma condição de arquitectónica, de uma arquitectura como condição de existência, mais que uma arquitectura enquanto objecto.

Um edifício é um espaço relativo e material mas imóvel.

Aqui reside o fundamental, que os edifícios, ao contrário das obras pictóricas ou escultóricas, confundem-se com o espaço que ocupam. A sua ocupação do espaço é totalmente diferente dos objectos móveis que não são senão ocasionais.

¹⁹ ZEVI, Bruno: *Architettura in nuce*, Edições 70, Lisboa, 1979

A «arquitecturalidade» mede-se pelo poder de uma coisa fazer existir um espaço, de o modificar, de o singularizar. É à sua singularidade que a arquitectura deve aquilo que a torna de tão difícil definição. Como se o pensamento não conseguisse acomodar toda a arquitectura de uma construção. A tentativa de pensar a arquitectura exige um trabalho de acomodação no qual as definições vão variar.

1.2.2 SÍTIO

Provém do latim *situs* e significa lugar ou espaço ocupado por um objecto.

É entendido como o limite em que se encerra e delimita algo valioso e desejável de dominar. É o lugar onde se coloca algo, onde se posiciona, onde se localiza. Desta noção surge a expressão «situação», enquanto posição, localização, postura.

É a determinação, fixação e assinalar de um lugar.

É a expressão em torno do advérbio relativo «onde». E «em onde» assinala o lugar onde se encontra, onde se situa, onde se está, onde se instala, onde se fixa, etc.

1.2.3 ESPAÇO

Para definir o conceito de espaço, recorreremos a duas figuras de saberes distintos, do âmbito da sociologia e da arquitectura. Isto porque o espaço é um tema pluridisciplinar, presente nos mais diversos contextos de conhecimento.

No contexto da sociologia destacamos, Maurice Halbwachs, que na sua obra intitulada *La mémoire collective* (1997), defende que “o espaço é o suporte ideal para as nossas memórias, tanto colectivas como individuais. A organização do espaço aparece como uma espécie de garante da manutenção e da transmissão da memória do grupo.

Primeiro porque o grupo «molda» o espaço ao mesmo tempo que se deixa «moldar» por ele. Segundo, porque o espaço fixa as características do grupo.”²⁰

No contexto da arquitectura, Bruno Zevi afirma que “as quatro fachadas de um edifício constituem apenas a caixa dentro da qual está encerrada a jóia arquitectónica, isto é, o espaço. O autor coloca como o protagonista da arquitectura o espaço, o vazio. Para ele, a arquitectura não provém de um conjunto de larguras, comprimentos e alturas dos elementos construtivos que encerram o espaço, mas precisamente deste vazio, do espaço encerrado, do espaço interior em que os homens andam e vivem.”²¹

1.2.4 CONSTRUÇÃO

A construção é o resultado da acção de edificar. E enquanto realidade material, a arquitectura supõe uma construção. A expressão «arte de construir» serve de sinónimo à arquitectura.

A construção é a operação dialéctica entre um sistema de fenómenos, factos, ideias, aspirações, intenções e formas. É um processo de respostas do arquitecto às solicitações do sujeito em determinado contexto. A construção materializa o acto criador numa ideia de arquitectura formalizada através do projecto no objecto arquitectónico.

Entendida num sentido lato, a construção não se resume apenas a uma reunião lógica ou tecnicista, de elementos, mas numa perspectiva sobre o mundo que enraíza a caracterização do sujeito criador e do sujeito utilizador.

²⁰ SILVANO, Filomena: *Antropologia do espaço, uma introdução*, Lisboa, Celta, 2001, p.13

²¹ ZEVI, Bruno: *Saber ver a arquitectura*, São Paulo, Martins Fontes, 1996

“Existem três objectos que coexistem em todas as obras arquitectónicas:

O primeiro é o objecto técnico que está relacionado com o programa de uso para o qual foi concebido e cujo cumprimento deve facilitar.

O segundo é o objecto simbólico que remete para o tal modelo de espacialização da «domesticidade», através daquilo a que, em termos técnicos poderíamos chamar o juízo tipológico.

O terceiro é o objecto vivido, neste caso no sentido da habitação (enquanto acto de habitar), isto é, o objecto usado como morada através dessa relação dinâmica que, nesse sentido, se estabelece entre sujeito habitante e objecto habitado enquanto, e só enquanto, o objecto for usado pelo sujeito.”²²

Há, ainda, que referir, que a arquitectura se distingue da mera edificação. Edificar envolve, fundamentalmente, a prática construtiva material culminando apenas na edificação, enquanto que, a essência construída da arquitectura envolve planejar, compor, reinterpretando o construir numa ordem de representação intelectual.

Recorrendo ao ensaio *Bauen, Wohnen, Denken* (1951) de Martin Heidegger, a essência do construir é habitar. E a realização dessa essência é o edificar lugares através da relação dos seus espaços.

1.2.5 HABITAR

O habitar pela permanência num determinado lugar constitui um espaço já adequado ao sujeito ao enfrentar o meio envolvente e dele se apropriar, envolvendo uma acção possível sobre esse meio.

A habitabilidade não é consequência de uma conveniência prática do lugar. O vínculo afectivo ao espaço é determinante no sentido em que ao perceber o lugar, o conhecimento instala-se prioritariamente no sentir, envolvendo questões cognitivas de dimensão sensorial.

²² JORGE, José Duarte Gorjão: *Lugares em teoria*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p.99

Conferindo um carácter ao lugar, através do *genius loci* (“é um conceito Romano. Os romanos antigos acreditavam que existia um espírito do lugar – o *genius loci* (*genius* - espírito, *loci* - lugar), guardião para cada cidade. Cada lugar onde ocorria vida continha seu próprio *genius*, que se manifestava tanto na locação como na configuração espacial e na caracterização da articulação”²³), o homem coloca-se em posição central no universo. Este exercício não é mais do que a repetição de um acto primordial, o trabalhar a terra desconhecida dando-lhe uma estrutura, formas e normas, interpretando-a para nela poder habitar.

Norberg-Schulz, na sua obra *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*, (1980) afirma que o lugar é mais do que uma localização geográfica, ou seja, é mais do que um simples espaço.

“O lugar é a concreta manifestação do habitar humano”²⁴.

O autor afirma que o mundo, como lugar, é constituído por elementos que transmitem significados. Na sua insatisfação por uma definição sobre o que é o lugar, ele procura na obra do filósofo existencialista Heidegger uma resposta.

Este defende que o homem para ser capaz de habitar sobre a terra deve tomar consciência que habita entre dois mundos dicotómicos, o céu e a terra. “Sobre a terra já significa sob o céu, diz Heidegger.”²⁵

Por isso cabe ao homem não compreendê-los separadamente, mas, sobretudo, entender a relação que existe entre eles.

²³ NORBERG-SCHULZ, Christian: *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*, New York, Rizzoli, 1980, p.16

²⁴ NORBERG-SCHULZ, Christian: *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*, New York, Rizzoli, 1980, p.6

²⁵ NORBERG-SCHULZ, Christian: *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*, New York, Rizzoli, 1980, p.10

Para Norberg-Schulz, o acto de habitar significa muito mais do que o sentido de abrigo, habitar é sinónimo do que ele denomina suporte existencial. O suporte existencial, que segundo ele é o objectivo da arquitectura, é conferido ao homem através da sua relação com o meio, pela percepção e pelo simbolismo.

O autor introduz o conceito de espaço existencial, que “não é um termo lógico-matemático, mas compreende as relações básicas entre o homem e o seu meio.”²⁶

Conclui, ainda, que a estrutura de um lugar é composta por duas categorias, o espaço (terra) e o carácter (céu), entendidos, respectivamente, como a orientação e a identificação. E que analisadas pela percepção e pelo simbolismo, permitem o suporte existencial, ou seja, a capacidade de habitar ao homem.

Identificação e orientação são aspectos primordiais do ser-no-mundo. A identificação é a base do sentimento de pertença, e o sentido de orientação é o que nos habilita a sermos o *homo viator* que é parte da nossa natureza.

E estes aspectos constituem-se enquanto funções psicológicas, pois o homem necessita de saber onde está e, em simultâneo, tem que se identificar com as características do meio que o envolve, ou seja, saber como está.

Na realidade, Norberg-Schulz baseia-se na definição adoptada por Heidegger: “O modo no qual você está e eu estou, o modo no qual nós humanos estamos sobre a terra, é habitar.”²⁷

“Nós temos usado a palavra «habitar» para indicar a relação total homem-meio. [...]

Quando o homem habita, ele está simultaneamente localizado no espaço e exposto a um certo carácter ambiental. As duas funções psicológicas envolvidas, podem ser

²⁶ NORBERG-SCHULZ, Christian: *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*, New York, Rizzoli, 1980, p.10

²⁷ NORBERG-SCHULZ, Christian: *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*, New York, Rizzoli, 1980, p.10

chamadas «orientação» e «identificação». Para ganhar o suporte existencial o homem tem que ser capaz de orientar-se; ele tem que saber onde ele está. Mas também ele tem que identificar-se com o meio, isto é, ele tem que saber como ele está num certo lugar”.²⁸

No seu ensaio *Bauen, Wohnen, Denken* (1951), Heidegger aponta que as palavras germânicas para «construir», «habitar» e «ser» têm raízes comuns, e refere que “só quando somos capazes de habitar, podemos construir(...) habitar é a propriedade básica da existência.”²⁹

Habitar é o objectivo e a justificação existencial da arquitectura. É o lugar fundado, sujeito a uma transformação cultural, ao qual é atribuído um significado.

E é através da arquitectura que um espaço é transformado culturalmente em lugar. E para tal comporta um significado, onde são identificáveis as marcas que podemos traduzir por «identidade».

Para a maioria das disciplinas humanísticas, o «habitar» está essencialmente relacionado com a procura de um abrigo. No entanto, utilizamos o termo a partir da perspectiva de Martin Heidegger, enunciada por Montaner, na sua obra *A modernidade superada* (2001), e que define habitação como algo mais do que um refúgio, implicando que os espaços, onde a vida se desenvolve, sejam lugares no verdadeiro sentido da palavra.

E esses lugares implicam, precisamente, a fundação de um significado que autonomiza a casa do exterior, atribuindo qualidades quer ao interior, quer ao exterior.

²⁸ NORBERG-SCHULZ, Christian: *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*, New York, Rizzoli, 1980, p.19

²⁹ HEIDEGGER, Martin: *Construir, Habitar, Pensar*, Vortrage und Aufsätze, Gunther Neske Pfullingen, 1954, p.145-162

Segundo Bruno Taut, “a habitação é o reflexo mais imediato e extraordinário de cada indivíduo.”³⁰

Sintetizando, a expressão «lugarização» significa criar lugar, e no âmbito da arquitectura, criar um lugar implica habitar.

Este habitar é entendido no sentido de fazer casa, ou seja, «encasar» o espaço, que resulta das relações que estabelecemos com as várias funções do habitar. Estas funções prendem-se com as necessidades básicas da vida humana, como o comer, dormir, descansar, etc.

A questão da habitação é uma questão essencial que conjuga dois pólos espaciais, o ser íntimo de cada um, e a forma como este trabalha, internamente, a sua intimidade particular com a espacialidade envolvente.

Habitar é uma realidade mediatizada por um antes, um depois e os seus envolventes. Requer uma harmonia entre coração, cabeça, volumetria interiorizada e técnica.

1.3 DELIMITAÇÃO DISCIPLINAR DA NOÇÃO DE LUGAR

Analisemos, primeiramente o *lugar* simplesmente como termo. Equivale ao ancestral grego *topos*, mas provém, mais especificamente, do latim *locus* e do seu derivado *localis* (séc. XII), que significa «local do lugar», o *luogo*.

O lugar é ambivalente, no sentido em que se assume como subjectivo e objectivo. O objectivo corresponde ao espaço onde se inscrevem as marcas objectivas de identidade, da relação e da história. O subjectivo é o espaço simbólico das relações com os outros, como a residência, as trocas e a linguagem, por exemplo.

³⁰ CARVALHO, Ricardo - artigo - *Morada: rua, casa*, p.34, JA224, Lisboa, 2006, p.60

Para além da arquitectura, a noção de *lugar* e a sua delimitação, enquanto conceito, é tema de reflexão de diferentes disciplinas, que desenvolvem abordagens teóricas muito diversificadas.

A diferença entre a arquitectura e as outras disciplinas relativamente ao tema do lugar é que enquanto as outras disciplinas interpretam o lugar, a arquitectura projecta o lugar.

O LUGAR NA FÍSICA

No sentido de uma visão aristotélica da física, o lugar é a referência a uma porção de espaço onde pode estar um objecto, coisa ou corpo.

“Aristóteles identifica em *Física* o conceito genérico de “espaço” com outro mais empírico e delimitado que é o de “lugar”, utilizando sempre a palavra *topos*. Ou seja, Aristóteles considera o espaço desde o ponto de vista do lugar. Cada corpo ocupa o seu lugar concreto e o lugar é uma propriedade básica e física dos corpos. Se para Platão “as ideias não estão em um lugar”, ao contrário, para Aristóteles “o lugar é algo diferente dos corpos e todo corpo sensível está num lugar/.../ o lugar de uma coisa é a sua forma e limite/.../ a forma é o limite da coisa, enquanto que o lugar é o limite do corpo continente/.../ assim como o recipiente é um lugar transportável, o lugar é um recipiente não transferível.”³¹

Deste modo, o lugar é continente do objecto, é como um limite que o circunda, que abraça um corpo, o imediato a ele, ou seja, o donde está. Refere-se à afinidade do limite dos corpos em contacto.

³¹ MONTANER, Josep Maria: *A modernidade superada*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001, p.30

Esta noção tem gerado derivados metafísicos expressos em língua romântica (séc. XIV na Europa central medieval) como a do *llogar id*, que sugere a noção de «lar e lugar», que é onde se habita o *llogarret* e que chega a evocar o ser do lugar e o pertencer a ele.

Esta visão, define que um lugar é natural quando uma coisa está nele, permanece nele ou volta, e move-se até ele «naturalmente».

Segundo Nicola Abbagnano (1962), o movimento das coisas, que pode ser natural ou não natural, é determinado pelo lugar próprio ou estranho onde o fazem, e o lugar onde a coisa não permanece ou não se move até ele, deve ser o lugar natural de outra coisa.

Neste sentido, o contributo da física centra-se na qualidade de deslocamento do corpo, relativamente à envolvente, criando uma axialidade de referência.

O LUGAR NA SOCIOLOGIA

Na sociologia, de entre várias abordagens à noção de lugar, destacamos a definição de lugar desenvolvida por Marcel Mauss (1968), que assume o lugar como uma cultura localizada no tempo e no espaço, correspondendo a uma situação de proximidade actual, ou seja em co-presença.

Para Mauss "les phénomènes sociaux se divisent en deux grands ordres. D'une part, il y a les groupes et leurs structures. Il y a donc une partie spéciale de la sociologie qui peut étudier les groupes, le nombre des individus qui les composent et les diverses façons dont ils sont disposés dans l'espace: c'est la morphologie sociale. D'autre part,

il y a les faits sociaux qui se passent dans ces groupes: les institutions ou les représentations collectives".³²

Nesta perspectiva, o lugar resulta das interações entre o indivíduo e a cultura em que se insere. Estas interações caracterizam os fenómenos sociais identitários de determinado grupo, e colocam em relação a morfologia social (disposição dos indivíduos no espaço) e a representação colectiva (factos sociais inerentes a um determinado grupo).

O LUGAR NA ANTROPOLOGIA

No âmbito da antropologia, destacamos o estudo de Michel de Certeau (1984), que combinou nas suas obras, a psicanálise, a filosofia e as ciências sociais. Definindo o lugar enquanto uma “configuração instantânea de posições”³³, o que significa que num mesmo lugar podem coexistir elementos distintos e singulares, sem que isso signifique que nos proibamos de pensar nem as relações nem a identidade partilhada que lhes confere a ocupação do lugar comum.

Marc Augé, por outro lado, na sua obra *Os não-lugares* (1992), define o lugar antropológico como sendo um lugar identitário, onde os indivíduos se reconhecem a eles próprios e aos outros; relacional, onde existe uma interacção entre as pessoas, e histórico, porque tem passado e memórias, na medida em que escapa à história como ciência, mas é antes construído pelos antepassados, o habitante vive na história, não faz história.

E todos os lugares que não apresentam estas características, ele distingue-os por «não-lugares».

³² MAUSS, Marcel: *Essais de sociologie*, Paris, Editions de Minuit: Collection Points Sciences, 1968, p.41

³³ AUGÉ, Marc: *Os não-lugares, introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Lisboa, Editora 90º, 2005, p.48

Na antropologia, o lugar resulta da significação que o indivíduo confere ao espaço a partir da posição que ocupa e que o identifica como elemento integrante de determinado contexto. Esta posição é relativa e encontra-se associada a outras que a definem.

O LUGAR NA FILOSOFIA

As perspectivas sobre o tema do lugar no âmbito da filosofia, mencionadas de seguida, foram extraídas da leitura de um texto de Mário Chaves, intitulado *O lugar* (2001), que, de uma forma sintética, resume as principais definições deste conceito desenvolvidas por diferentes autores.

Aristóteles afirmou que um lugar é sempre de algo ou de alguém.

Heidegger definiu o lugar como a capacidade de concepção e reconhecimento de um espaço, uma vez que o homem é o ser do seu Mundo.

“O lugar não existia antes da construção da ponte/... / origina-se somente a partir da ponte.”³⁴ Isto, no sentido, em que apenas existe uma significação do espaço depois do homem intervir nele, criando referências.

O que implica que o lugar, não corresponde a uma ideia de integração no espaço, mas de transformação do espaço.

Para Leibniz, o lugar não é mais do que uma ordem de coexistência entre o espaço e o tempo.

³⁴ MONTANER, Josep Maria: *A modernidade superada*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001, p.41

Outra perspectiva, que assenta na relação entre espaço e tempo, é de Hegel, que defende que, a compreensão do lugar resulta desta união, em que o espaço se concretiza num instante, ao mesmo tempo, que o tempo se concretiza num aqui.

Segundo Descartes, o lugar assinala mais expressamente a situação do que a grandeza ou a figura, de forma que se dissermos que uma coisa «está» num determinado lugar, entendemos apenas que essa coisa está situada de tal maneira em relação a determinadas outras coisas. Mas se acrescentarmos que, «ocupa» um determinado espaço, ou um determinado lugar, entendemos, que essa coisa tem tal grandeza e tal figura que o pode preencher.

Descartes propõe que lugar e espaço denotam o sítio onde um corpo se coloca entre os restantes corpos, e onde se indica a sua magnitude, a sua figura e a relatividade do seu movimento, com o qual se pode dizer que uma coisa pode mudar e não mudar de lugar.

E, neste sentido, o lugar não é qualquer lugar, o lugar é «de onde» se extraem os argumentos, e que no sentido matemático coincide com o «lugar geométrico» como aquele donde se representa, por exemplo, o conceito de ponto, de linha e de plano e assim no espaço, onde este se localiza.

Paul Virilio, e as suas imagens niilistas da cidade em desaparecimento, interpreta o lugar como algo em desaparecimento. Segundo ele, as «topografias» substituem espaços geográficos construídos, e as transmissões electrónicas decompõem e erradicam o sentido de lugar.

Isto porque, o espaço físico e as relações de co-presença são abolidas dando lugar a relações virtuais e abstractas.

A cidade de Virilio perde sua forma excepto como um ponto de conexão onde o aeroporto determina papel primordial, a periferia se transforma no centro, e as praças são substituídas pelos telejornais e monitores de computadores.

Para Michel Foucault, a forma arquitectónica apenas aspira à possibilidade de impedir, ou evitar, certas políticas de uso. Não tem o poder de ser libertadora, embora possa produzir «efeitos positivos» quando as intenções libertadoras do arquitecto coincidem com a prática real dos indivíduos no exercício da sua liberdade.

Segundo Foucault, o espaço contemporâneo é um espaço de colocação, ou seja, vivemos num espaço que se organiza a partir de um conjunto de colocações irreduzíveis e absolutamente não sobreponíveis. As diferentes lógicas de colocação dão forma a lugares diversos, por exemplo, os lugares de passagem ou de paragem provisória (ruas, comboios, cafés, cinema, praias) ou os lugares de repouso (casa, quarto).

Deste modo, estar em algum lugar implica mais do que uma localização, pois envolve uma identificação com o carácter particular dos lugares, dos percursos e dos domínios em questão.

Tanto a filosofia como a arquitectura, precisam (rigor da localização) o espaço. Tanto o filósofo como o arquitecto, trabalham com a precisão.

Se a arquitectura precisa o espaço de um ponto de vista visível, a filosofia precisa o espaço de um ponto de vista de conceitos.

Não fala de espaço mas de lugar (*topos*, *locus*), de entendimento (extensão), de posição (*situs*), de distância ou do vazio (*chaos*, *spatium*).

A filosofia nomeia o lugar (*topos*, *locus*), não como uma porção de espaço qualquer mas, pelo contrário, um lugar ou um sítio determinados por uma coisa (um templo, uma paisagem) que precede o espaço, e que o institui.

O LUGAR NA GEOMETRIA E MATEMÁTICA

Na geometria o lugar “corresponde ao conjunto de pontos do espaço que possuem uma mesma propriedade matemática qualquer.

Podem ser curvas, superfícies e outras variedades quaisquer. Um exemplo simples de lugar geométrico é a circunferência, que é o lugar geométrico de todos os pontos que guardam a mesma distância de um ponto chamado centro. Outro exemplo, é a elipse, que é o lugar geométrico dos pontos cujas distâncias somadas aos dois focos é constante”.³⁵

O lugar é, nesta disciplina, entendido como uma matriz lógica, reflexo de uma estrutura espacial racional.

O LUGAR NA GEOGRAFIA

Segundo a perspectiva de Edward Relph, o lugar na geografia é “constituído por três componentes inter-relacionadas, cada qual irredutível à outra – características físicas ou aparência, actividades e funções concretas observáveis e significados ou símbolos”.³⁶

Outra referência é Yi-Fu Tuan. Defende que o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar, uma vez que as duas categorias não podem ser compreendidas uma sem a outra. Segundo ele, o que começa como um espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”³⁷. “Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”³⁸.

Tuan, define os lugares como “centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação”.³⁹

³⁵ obtido em "http://pt.wikipedia.org/wiki/Lugar_geom%C3%A9trico"

³⁶ RELPH, Edward: *Place and placelessness*, Londres, Pion, 1980, p.61

³⁷ TUAN, Yi-fu: *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*, São Paulo, Difel, 1983, p.151

³⁸ TUAN, Yi-fu: *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*, São Paulo, Difel, 1983, p.83

³⁹ TUAN, Yi-fu: *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*, São Paulo, Difel, 1983, p.4

É, assim, delimitada a noção de lugar com base nos princípios da geografia humana, no sentido, em que se assume a necessidade de interpretação por parte do indivíduo para o espaço poder originar um lugar.

O LUGAR NA FENOMENOLOGIA

A fenomenologia entende o lugar enquanto fenómeno, enquanto a experiência de relação com o mundo de um ser essencialmente situado em relação com um meio (Merleau-Ponty), ou segundo Norberg-Schulz, uma congregação de significados naturais enraizado pela acumulação, não sendo possível para o homem a criação de significados inteiramente de sua autoria, sem “se isolar num mundo puramente artificial, e perder contacto com a realidade.”⁴⁰

A fenomenologia, nascida na segunda metade do século XIX, opera a partir das análises sobre a intencionalidade da consciência humana, descrevendo, compreendendo e interpretando os fenómenos que se apresentam à percepção. Propõe a extinção da separação entre «sujeito» e «objecto», opondo-se ao pensamento positivista do século XIX.

O método fenomenológico define-se como aquilo que aparece à consciência e que se dá como objecto intencional.

O objectivo é chegar ao conteúdo inteligível e ideal dos fenómenos, captado de forma imediata.

Toda consciência é «consciência de alguma coisa». Assim sendo, a consciência não é uma substância, mas uma actividade constituída por actos, como a percepção, imaginação, especulação, volição, paixão, etc., com os quais se visa algo.

⁴⁰ NORBERG-SCHULZ, Christian: *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*, New York, Rizzoli, 1980, p.169

As essências ou significações são objectos visados de certa forma pelos actos intencionais da consciência.

Immanuel Kant referiu que, o fenómeno deve possuir duas propriedades elementares, caracterizar-se no tempo e no espaço.

No tempo, através da aplicação das categorias do entendimento *a priori* (uma dedução lógica da coisa) e em seguida *a posteriori* (o que pode ser identificado «positivamente» quanto a este objecto). E, para a aplicação dos diversos juízos da ciência (sintético/*a priori*; analítico/*a posteriori*), deve existir o ser que transcende a ciência, o objecto e a terra.

O lugar é, assim, é definido por “substantivos, pelas qualidades das coisas e dos elementos, pelos valores simbólicos e históricos; é ambiental e está relacionado fenomenologicamente com o corpo humano.”⁴¹

O pensamento de Merleau-Ponty, no que diz respeito à experiência corporal do homem e do espaço existencial, mostra que “a estrutura ponto-horizonte é o fundamento do espaço e que a consciência do lugar é sempre uma consciência posicional”.⁴²

Precisamente, a ideia de lugar diferencia-se da ideia de espaço pela presença da experiência. O lugar está relacionado com o processo fenomenológico da percepção e da experiência do mundo por parte do corpo humano.

Neste sentido, o lugar é entendido como experiência corporal.

⁴¹ MONTANER, Josep Maria: *A modernidade superada*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001, p.31

⁴² MERLEAU-PONTY: *Fenomenologia da percepção*, São Paulo, Editora Martins Fontes, 2001

Todas estas perspectivas disciplinares, confirmam a pertinência deste tema nos diversos campos do saber. Apesar de ser uma temática tratada segundo diferentes fundamentos teóricos, é interessante constatar que, na generalidade, as várias abordagens à noção de lugar têm pontos em comum.

Nomeadamente, o entendimento do lugar enquanto resultado das interacções entre o indivíduo e a cultura em que se insere (sociologia), e das relações entre as características físicas, as actividades e funções concretas observáveis e os significados ou símbolos do espaço (geografia).

Enquanto, resultado da significação que o indivíduo confere ao espaço a partir da posição que ocupa e que o identifica como elemento integrante de determinado contexto (antropologia), e por isso entendido como experiência corporal (fenomenologia).

E enquanto, um conjunto de pontos do espaço que possuem uma mesma propriedade (matemática), e que possuem uma qualidade de deslocamento relativamente à envolvente, criando uma axialidade de referência (física).

1.4 PERSPECTIVAS DA NOÇÃO DE LUGAR NA ARQUITECTURA

Para compreender a pertinência do tema do lugar, e depois da abordagem teórica deste conceito em várias disciplinas, interessa investigar o contributo teórico e prático dos arquitectos.

Pode-se estabelecer uma sequência cronológica histórica sobre a noção de lugar na disciplina da arquitectura. E alguns momentos do passado foram, extremamente, significativos para a discussão actual sobre este conceito, nomeadamente, o movimento moderno.

“O maior esforço do movimento moderno consistiu em definir uma nova concepção de espaço utilizando o apoio dos novos avanços tecnológicos”.⁴³

Neste contexto surge uma arquitectura cuja sensibilidade para o lugar é irrelevante, pois todo o objecto arquitectónico surge sobre uma indiscutível autonomia, é a ideia de uma arquitectura autónoma, que se pode fundamentar sem nenhuma relação com o entorno.

Foi a cultura do organicismo, desenvolvida por Alvar Aalto, que introduziu com força definitiva a relação da arquitectura com o lugar.

Erik Gunnar Asplund, foi um dos primeiros que desenvolveu uma obra sintética onde a relação com o lugar era essencial. A conciliação que Asplund realiza entre tradição clássica e espaço moderno, veicula-se, precisamente, através da sensibilidade pelo lugar, integrando os mecanismos da estética pitoresca.

Será, posteriormente, com a corrente do «New Empirism» nórdico, que surgiu nos anos 40, que esta postura de respeito em relação ao lugar, considerando o clima, topografia, materiais, paisagem, árvores como atributos que o definem, e a insistência nos valores psicológicos da percepção, será assente.

Para melhor compreender o desenvolvimento teórico deste conceito no âmbito da arquitectura ao longo do tempo, enunciam-se algumas abordagens efectuadas por diferentes arquitectos, em diferentes contextos, em diferentes tempos.

⁴³ MONTANER, Josep Maria: *A modernidade superada*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001, p.27

1.4.1 DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA AO MODERNISMO

Vitrúvio (século I a.C.) e os seus *Dez livros da architectura* define a sua ideia de architectura, argumentando sobre os problemas da distribuição, a fixação de posições, a localização, ou seja em torno da ideia «em onde».

Vitrúvio recomenda que, a «implantação» de qualquer templo, por exemplo, o de Esculapio, que é o da saúde, requiere uma «eleição de paragens» saudáveis, com fontes de água abundante e salubre, «donde» os doentes se poderiam restabelecer.

Vitrúvio sugere que, para os «lugares de dormir e de leitura», a luz deverá provir de oriente, e que nos espaços de trabalho, a luz deverá ser constante e parada.

No discurso vitruviano, sobre o que deve ser a architectura, a noção e o conceito de lugar, tem, indiscutivelmente, um papel preponderante. Vitrúvio dedica um dos seus capítulos ao tema *Da eleição dos lugares sãos*. Nele, a noção de lugar, é remetida para a sua condição de ser habitável pelos seus habitantes. Ou seja, a noção de lugar, contém, e expressa, as qualidades que o fazem ser permanentemente usado e ocupado pelos seus utentes ocupantes.

É neste sentido, que o lugar deve responder de forma plena às exigências e requerimentos de habitabilidade de tais sujeitos, e que estes, por sua vez, se devem identificar como tais, enquanto sujeitos habitantes. É no lugar, que se dá a condição plena de habitabilidade.

Outro arquitecto de relevo foi Palladio, que, apoiando-se nos ensinamentos de Vitrúvio, concebeu a architectura como uma organização de espaços regulados por leis matemáticas e harmónicas, tendo projectado fachadas em função da planimetria e volumetria do espaço interior, ilustrando, perfeitamente, a significação do classicismo.

A sua estrutura é extremamente lógica, obedecendo a uma racionalidade geométrica e matemática.

No entanto, a arquitectura dialoga com a paisagem, de forma a criar uma harmonia particular entre a volumetria e a envolvente, através da exposição solar e enquadramentos visuais, resultando numa arquitectura aberta.

A arquitectura de Palladio reflecte o ideal humanista da arquitectura do Renascimento. Em 1570, publicou *I Quattro Libri dell' Architettura*, que enumera uma série de princípios arquitectónicos e conselhos práticos para a construção.

1.4.2 MOVIMENTO MODERNO

A modernidade, que se manifesta no séc. XIX, é um modo de vida, uma visão do mundo e uma relação com a terra.

Na sociedade pré-industrial, a produção de significado da arquitectura baseava-se em referências associadas à natureza. Com o paradigma mecânico da arquitectura moderna, esta afastou-se da natureza, criando um ambiente esquemático usufruindo dos avanços tecnológicos. A modernidade equaciona, desta forma, a posição do homem face ao que é natural, e o significado em arquitectura.

Esta postura alia-se à necessidade de planeamento a curto prazo com uma perspectiva capitalista de máximo consumo de solo, com o máximo de lucro.

O maior esforço do movimento moderno consistiu em definir uma nova concepção de espaço, utilizando o apoio dos novos avanços tecnológicos. Na arquitectura moderna, a sensibilidade para o lugar é irrelevante, ou seja, todo o objecto arquitectónico surge sobre uma indiscutível autonomia. É a ideia de uma arquitectura autónoma, que se pode fundamentar sem nenhuma relação com a envolvente.

Neste sentido, os conceitos de espaço e lugar, podem ser diferenciados claramente.

O primeiro tem uma condição ideal, teórica, genérica e indefinida, e o segundo possui um carácter concreto, empírico, existencial, articulado, definido até aos detalhes.

O espaço moderno baseia-se em medidas, posições e relações. É quantitativo porque se desdobra mediante geometrias tridimensionais. É abstracto, lógico, científico e matemático. É uma construção mental.

Ao contrário, o lugar é definido por substantivos, pelas qualidades das coisas e dos elementos, pelos valores simbólicos e históricos. É ambiental, e está relacionado fenomenologicamente com o corpo humano.

E, é o conflito entre os ideais de espaço, no movimento moderno, e a definição do conceito de lugar que gera, várias perspectivas distintas inspiradas no tipo de relação que os objectos apresentam com o meio envolvente.

A primeira tem como figura emblemática, Mies van der Rohe, que procurou, sempre, uma abordagem racional que pudesse guiar o processo do projecto arquitectónico. A sua concepção dos espaços arquitectónicos envolvia uma profunda depuração da forma, voltada sempre às necessidades impostas pelo lugar, segundo o paradigma do minimalismo *Less is more*.

Ele visa uma arquitectura universal, liberta do solo e do contexto e mesmo das condições climáticas. Para ele, ser moderno, é poder libertar-se. Não há proximidade com a natureza na obra de Mies.

Por outro lado, a obra de Le Corbusier, reinstala o homem em contacto com as «condições naturais». Para ele «espaço», «sol», «vegetação» são respostas à pulsão do homem. É necessária a presença do meio natural que preside à formação do ser humano.

A implantação das Unidades de Habitação é rigorosamente determinada pela sua orientação. Le Corbusier, mesmo assumindo que a topografia modifica o projecto de arquitectura, não o testemunha nas suas obras.

Já Frank Lloyd Wright e Alvar Aalto exprimem o movimento moderno com a preocupação explícita sobre o lugar.

Neste contexto, novos meios técnicos apresentam-se ao dispor dos arquitectos para operarem uma nova e determinante acção na relação com a natureza.

A casa do homem moderno abre-se sobre a paisagem. Nos edifícios de apartamentos, sonhamos em instalarmo-nos no último piso, menos ruidoso e poluído, usufruir de uma bela vista, o mais distante possível.

Se as casas tradicionais acordam com o sol nascente sem privilegiar a vista, pelo contrário, os edifícios do modernismo, onde a janela se confunde até desaparecer com a fachada de vidro, embriagam-se com a luz do sol da manhã e do calor da tarde.

Não existe oposição entre o íntimo mundo interior e o mundo exterior, mas antes um lugar ambíguo entre os dois. A casa faz vibrar o seu habitante ao ritmo do duplo movimento simultâneo de desdobramento e recolhimento. Polaridade centrípeta do interior e polaridade centrífuga da paisagem.

O homem é atraído pelo apelo contraditório dos dois, entre a interioridade e a exterioridade, sempre em proximidade com a terra através da horizontalidade presente e dominante.

Encontramos, aqui, um desejo patente de fundir a natureza com a arquitectura.

Da mesma forma, para Alvar Aalto, uma das características da sua arquitectura é a relação dialéctica com a natureza.

Isto deve-se, em grande parte, à relação peculiar da ligação que os finlandeses estabelecem com o meio natural. É uma questão cultural. Por isso, a sua produção como arquitecto, e designer, torna-se inseparável dessa mesma cultura.

1.4.3 EM BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA

Como alternativa à perspectiva desenvolvida pelo modernismo sobre a noção de lugar, e a relação com o contexto, surgem posteriormente, alguns movimentos que procuram retomar a relação directa com a envolvente, e fundamentar este conceito como foco de significações colectivas, que reúne a história, a continuidade, a memória, a tradição e a consciência, enquanto fonte irredutível de sentido, tudo o que faria o sujeito sentir-se em casa.

Destacamos, por ordem cronológica, a corrente do existencialismo, do neo-racionalismo, do regionalismo crítico e o movimento vernacular.

EXISTENCIALISMO

Segundo esta corrente, o espaço existencial consiste sempre em lugares. Norberg-Schulz, explorou o conceito de espaço existencial, fundamentando na filosofia grega, uma reflexão sobre o conceito de lugar.

Ele entende que, em pequena escala, o lugar é entendido como uma qualidade do espaço interior que se materializa na forma, textura, cor, luz natural, objectos e valores simbólicos.

E “em grande escala, é interpretado como *genius loci*, como a capacidade para fazer aflorar as pré-existências ambientais, como objectos reunidos no lugar, como articulação das diversas peças urbanas. Isto é como paisagem característica.”⁴⁴

Para os gregos, cada lugar era regido por um deus, *genius loci*, que significa o espírito do lugar. O homem, não concebeu os deuses como divindades zeladoras de toda a raça humana, mas pelo contrário, acreditava que, cada divindade, pertencia a um determinado povo e localidade.

Nas religiões que vinculam o povo firmemente ao lugar, as divindades têm em comum as características do lugar, conferindo a sua personalidade a este. Não têm poderes além dos arredores de seu domicílio particular. Recompensam e protegem o seu próprio povo, mas fazem mal aos estrangeiros.⁴⁵

⁴⁴ MONTANER, Josep Maria: *A modernidade superada*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001, p.37

⁴⁵ TUAN, Yi-fu: *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*, São Paulo, Difel, 1983

Norberg-Schulz defende que o significado de qualquer fenómeno é o contexto em que ele surge, e que cada homem resulta das inter-relações, ou significações, que lhe são acessíveis.⁴⁶

“O conceito de espaço existencial é baseado no facto de qualquer acção humana ter um aspecto espacial.”⁴⁷ As acções têm lugar, e necessitam de uma matriz espacial, mais ou menos, definida para terem lugar.

O espaço existencial tem uma estrutura relativamente estável, servindo de matriz de referência para as percepções transitórias, tornando-as experiências.

Para Norberg-Schulz, a definição de lugar, baseia-se na sua autenticidade e carácter.

Neste sentido, o carácter surge dos significados simbólicos que atribuímos ao lugar. Assim, o lugar é tanto mais apropriado quanto mais os seus utilizadores se identifiquem com ele.

O lugar é entendido como um conceito global, mais relacionado com a qualidade que advém dos significados culturais e que permitem desenvolver a sua própria identidade, do que com a localização geográfica em que se encontra.

“Os lugares são objectos, em que nós experimentamos os significativos eventos da nossa existência, mas são, igualmente, pontos de partida de onde nos orientamos e tomamos posse do ambiente envolvente.

O lugar é experimentado interiormente, em contraste com a envolvente exterior, e tem que ser relativamente pequeno para oferecer alguma segurança psicológica.

O lugar é, então, basicamente redondo. O facto do conceito de lugar implicar um interior e um exterior, torna claro que o lugar se situa num contexto mais alargado e não pode ser entendido isoladamente.

⁴⁶ NORBERG-SCHULZ, Christian: *Meaning in western architecture*, Londres, Studio Vista, 1980

⁴⁷ NORBERG-SCHULZ, C.: *Existencia, espacio y arquitectura*, Barcelona, Blume, 1975

Lugares, percursos e domínios são elementos consistentes do espaço existencial. Tal como outras formas simbólicas são determinadas pela interacção entre o homem e o seu ambiente.”⁴⁸

Christian Norberg-Schulz, opõe-se a toda a teoria da mobilidade, dos espaços transitórios, e define que eliminando o lugar elimina-se ao mesmo tempo a arquitectura.

CORRENTE NEO-RACIONALISTA

O movimento arquitectónico neo-racionalista, que surgiu em Itália nos anos 60, constituiu uma das correntes que procuraram rever as premissas do movimento moderno, cruzando-as com referências culturais de sentido regional, numa tentativa de fugir ao universalismo nivelador determinado pelo sistema económico social, pela força do desenvolvimento tecnológico e funcionalista, e pelo consumismo superficial e básico.

De entre os neo-racionalistas italianos evidenciaram-se, pela originalidade das suas posições teóricas e de alguns projectos, os arquitectos Aldo Rossi e Vittorio Gregotti.

Para eles, o processo criativo devia partir de uma leitura crítica do passado, a partir de premissas tipológicas, e não tanto morfológicas, filtrando essas referências na procura de arquétipos e de formas primárias.

Pretendiam, desta forma, relacionar a linguagem e os valores expressivos da arquitectura clássica e do iluminismo, com o rigor das propostas das vanguardas e dos pioneiros da arquitectura moderna, como Ledoux, Schinkel, Adolf Loos, Heinrich Tessenow, Terragni ou Louis Kahn. Recusavam, assim, a vertente mais tecnológica de alguns dos movimentos surgidos no pós-guerra.

Vittorio Gregotti acrescenta duas ideias importantes à corrente neo-racionalista, a de lugar e a de *genius loci*.

⁴⁸ NORBERG-SCHULZ, Christian: *Meaning in western architecture*, Londres, Studio Vista, 1980, p.224

A natureza é uma colecção de coisas materiais cujas razões e relações a arquitectura tem a obrigação de revelar. O objectivo da arquitectura é criar um contexto em que se revela a natureza através da modificação e utilização da paisagem.

Segundo Gregotti, olhar o contexto é o primeiro passo a dar quando se projecta com a envolvente. Não apenas, do ponto de vista da percepção, mas também, considerando as tradições, como a cultura. É primordial, analisar o significado que aquele sítio tem em relação à cultura em que está inserido.

Isto não significa que, quando se analisa o contexto, ter-se-á que fazer algo semelhante. No entanto, para se fazer algo é necessário conhecer e criar um diálogo.

Para Gregotti é a modificação que transforma o lugar em arquitectura.

E uma obra arquitectónica não possui apenas um significado, mas tem em si mesma um significado, ou um sentido, que é passível de ser interpretado de diferentes modos por quem a experimenta.

O lugar arquitectónico não consiste apenas na forma, mas também na figura, ou seja, no significado. Assim, um mesmo lugar é passível de diferentes leituras, dependendo das pessoas, da cultura, da sociedade e das características particulares de cada localização.

Desta forma, os aspectos mais relevantes para a leitura do lugar estão associados à questão do significado, e à possibilidade das diferentes leituras.

Aldo Rossi, na sua obra *A Arquitectura da Cidade* (1966), define a arquitectura como uma criação inseparável da vida civil e da sociedade em que se manifesta. Ela é, essencialmente, colectiva.

Do mesmo modo que os primeiros homens construíram habitações que tendiam a realizar um ambiente mais favorável à sua vida, a construir um clima artificial, construíram, também, de acordo com uma intencionalidade estética. Iniciaram a arquitectura. A arquitectura é, assim, inseparável da formação da civilização.

Para Rossi, a cidade é a memória colectiva dos povos. E como a memória está ligada a lugares, a cidade é o *locus* dessa memória colectiva.

E, esta memória colectiva, torna-se a própria transformação do espaço.

Deste modo, a união entre o passado e o futuro está na própria ideia da cidade, que a percorre tal como a memória percorre a vida de uma pessoa e que, para se concretizar, deve configurar a realidade, mas também configurar-se nela.

O REGIONALISMO CRÍTICO

O regionalismo crítico não tenta identificar o vernáculo moderno, mas sim identificar «escolas» regionais recentes, cujo objectivo principal é reflectir os limitados elementos construtivos nos quais se basearam.

É uma manifestação local, que tenta assimilar e reinterpretar o processo iniciado pelo movimento moderno, e considerar a independência cultural, económica e política local. Sinteticamente, é uma antítese entre cultura de raiz e civilização universal.

Contra a tendência da «civilização universal», fazem da luz, do terreno e das condições climáticas, as bases que sustentam o projecto. Assumem o aspecto visual, como uma característica secundária, na medida em que valorizam, principalmente, o tátil.

Isto, provoca mudanças sensoriais. Tentam, apropriarem-se de referências externas, tanto formais como tecnológicas, mas sem ignorar o que é local.

O regionalismo crítico é, tal como a expressão diz, a promoção de valores de registo local (regionalismo) ao nível da linguagem internacional (crítico).

Esta postura, pretende clarificar que, mais do que aceitar uma universalização cultural, é imperativo haver um reconhecimento da validade dos valores culturais regionais que têm que ser, desde logo, conjugados com a consciência dos valores internacionais. Tornam, assim, mais ricos os valores culturais regionais com valores internacionais. Assim, mais do que defender uma globalização, deveríamos defender um internacionalismo, pois este implica simplesmente a troca e a inter-influência de valores, contrariamente à posição de exportação de valores globais generalizados.

Kenneth Frampton foi o rosto mais marcante desta corrente.

Frampton distingue o regionalismo crítico da «evocação simplista do vernáculo», afirma que, este último, é uma tendência demagógica e populista, enquanto que o outro, evoca uma percepção crítica da realidade sendo construído através de um processo dialéctico entre os elementos locais e universais.

Ele “baseia-se em duas premissas essenciais da arquitectura: o lugar e a tectónica. (...) evoca a essência onírica do sítio, em conjunto com a inevitável materialidade do edifício. Pretende, deste modo, promover uma visão da arquitectura mais dirigida para os valores espaciais e da experiência, do que para a imagem (entendida como uma manipulação do consumidor) (...) Procura, assim, uma síntese entre cultura e civilização, que resista à homogeneização universal (Paul Ricoeur, 1961).”⁴⁹

Especificando, o lugar, tem a ver com o facto de, ao projectar, se evocar o sítio onde se implanta a obra (clima, topografia, orientação, etc.), e a tectónica significa a experiência da materialidade do edifício. Mais do que a imagem e o aspecto visual, a tectónica inclui elementos como o calor, vento, cheiros, sons, etc., nas leituras que fazemos dos lugares.

Podemos identificar, características de ordem teórica e ideológica, e de ordem prática e formal, nas obras do regionalismo crítico.

Da ordem teórica e ideológica destaca-se, o carácter dialéctico de embate e síntese entre o local e o universal, o carácter contestatário em relação a uma homogeneização formal resultante dos processos de assimilação do capitalismo tardio, e o princípio da *construção do lugar*, enquanto a análise da significação por parte do sujeito, face ao contexto em que se insere.

Relativamente aos aspectos formais, existem procedimentos recorrentes, como a apropriação específica e exclusiva do terreno, assimilando o carácter topográfico,

⁴⁹ VASCONCELOS, João Serpa – artigo – *Do sítio ao Lugar*, p.43, *Sebentas de arquitectura – O lugar*, Universidade Lusíada, Lisboa, 2001

climático, de iluminação e clima, utilizando referências materiais, e formais, da tradição regional em presença.

A obra perfeita do regionalismo crítico seria uma máquina da reflexão do local e universal em relação à história e ao presente.

No contexto nacional, o arquitecto Álvaro Siza, é a figura mais emblemática deste movimento, manifestando o desejo de um vínculo com o lugar construído, e em simultâneo com o contexto natural que o suporta.

Os terraços de granito da Igreja da Santa Maria em Marco de Canavezes retomam, precisamente, o afecto ao solo e ao sítio. Em Aveiro, é o horizonte marítimo que é enquadrado no extenso vão da biblioteca da Universidade. A. Siza faz a ligação com o que já lá existe, paisagem ou pré-existência, integrando-o na arquitectura.

Siza Vieira entende o *Construir* como acto que se inicia antes da concepção, no envolvimento cultural com o sítio, e termina muito depois da obra acabada.

A organização do espaço nos projectos de Álvaro Siza Vieira resulta da relação entre a natureza, as pré-existências e a nova construção a projectar. “A relação entre natureza e construção é decisiva na arquitectura. esta relação, fonte permanente de qualquer projecto, representa para mim como que uma obsessão.” (Siza, 2000)

Para Siza Vieira, as questões do sítio e o modo como a obra se relaciona com as pré-existências, são temas capitais, a relação entre a natureza e a construção é decisiva na arquitectura, sendo essa relação, a génese do acto de projectar e da evolução do projecto.

O lugar constrói-se através da relação que o edifício estabelece com a envolvente, e um dos aspectos fundamentais nesta relação é a continuidade. Continuidade entre o que existia e o que se projecta.

VERNACULAR

Nas obras de Luís Barragán e José Antonio Coderch, arquitectos da chamada «terceira geração», o interesse pela arquitectura vernacular renasce em unísono com a sensibilidade pelo lugar.

Estes dois arquitectos demonstram uma atitude crítica face aos pressupostos peremptórios do Movimento Moderno sobre a assimilação das novas tecnologias disponíveis de carácter global, e a consequente desvalorização das características locais e culturais de um determinado contexto.

Coderch pertence, ao que se pode designar de segunda geração de modernistas, em que os ideais da "Carta de Atenas" (documento elaborado no quarto CIAM - Congresso Internacional de Arquitectura Moderna, em 1933) não são assumidos segundo uma postura imperativa, mas centrados na especificidade do indivíduo (por oposição à tendência uniformizadora do Homem, que tentava impor uma arquitectura internacional independente das circunstâncias locais).

"Umas das suas obras mais representativas é a «Casa Ugalde» (1951), por propor uma primeira aproximação à arquitectura vernacular, que se manifesta na organicidade da planta e na espessura das suas paredes, numa clara negação do volume puro e da construção tipificada do Modernismo.

Esta relação com a arquitectura popular não é, contudo total, pois a distribuição e concepção das suas funções não corresponde ao modo de vida das populações rurais (por se considerar desligada das necessidades actuais), mas antes a um desenvolvimento espacial trazido do Moderno, sem ser tão específico ou opressivo."⁵⁰

Desta forma, entende-se, nesta perspectiva, que a relação com a arquitectura específica do local é morfológica, com o objectivo de integrar da casa no lugar.

⁵⁰ Coderch. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2008. [Consult. 2008-08-25]

1.4.4 CONTEMPORANEIDADE

A discussão contemporânea sobre a temática do lugar, surge como consequência da ameaça do desgaste da identidade dos lugares, pela sobreposição de um sistema de relações, objectos e signos que a modernidade construiu, independentemente das particularidades dos lugares, impondo-se-lhes.

Perante, uma nova realidade baseada em arquitectura nómada, espaços mediáticos, *não-lugares* e interconexões no ciberespaço, torna-se pertinente questionar sobre a crise da ideia convencional de lugar, e até que ponto o espaço e o lugar são dissolvidos, ou considerados, sempre, necessários devido à sua função de legibilidade e identidade.

Para ilustrar esta inquietação, sintetizamos algumas teorizações, desenvolvidas por arquitectos contemporâneos e que reflectem diferentes posturas sobre a interpretação deste conceito.

PETER EISENMAN

“Para Peter Eisenman a ideia de lugar é negada e reforçada.

Enquanto novos lugares são criados, a noção tradicional de lugar é minada, porque cada lugar é actualmente vários lugares ao mesmo tempo. O resultado é uma mudança das noções de tempo e de espaço. Nega as ideias tradicionais de contexto, deslocando a essência conceptual das estruturas pré-existentes, libertando-as do seu significado primitivo”.⁵¹

Reconhece, também, que a ausência é um factor essencial numa figura retórica, pois cada sítio não contém apenas presenças, mas, também, a memória de presenças anteriores.

⁵¹ VASCONCELOS, João Serpa – artigo – *Do sítio ao Lugar*, p.43-44, *Sebentas de arquitectura – O lugar*, Universidade Lusíada, Lisboa, 2001

Para ele, a nossa atitude em relação ao espaço está a ser afectada pela substituição de um paradigma virtual da experiência, em vez da experiência espacial e táctil do corpo.

A arquitectura é uma disciplina que enfrenta uma questão muito concreta, construir o lugar. E para ser arquitectura, deve transformar o lugar. Se alguém, simplesmente, cria um lugar, não está a fazer, necessariamente, arquitectura.

Quando alguém questiona o lugar, transformando-o, transpondo-o, readaptando-o, está, então, a alterar aquilo que deve situar.

REM KOOLHAAS

Outro arquitecto que se tem dedicado aos fenómenos contemporâneos, é Rem Koolhaas, que mistura a energia e o caos dos fluxos urbanos, originando um novo modelo, «a cidade genérica».

Nesta perspectiva, as pessoas conseguem habitar qualquer coisa. E a «cidade genérica», enquanto modelo, define a condição urbana geral da actualidade, e que acontece por todo o lado. E o pelo facto de ocorrer, em tão grandes quantidades, tem que, à partida, significar que é habitável.

Em 1978, com a publicação de *Delirious New York*, Rem Koolhaas define a cultura da congestão, uma cultura da máxima concentração, da máxima densidade, da total interacção humana. O seu modelo era Nova Iorque e o fenómeno não era novo. Por isso, o manifesto era retroactivo, porque decorria sobre algo iniciado décadas antes. Mas que atingia, nesse momento, a maior pertinência, com o modelo a ser exportado para cidades de todo o mundo, como a materialização repentina das necessidades e capacidades das suas populações.

Mas, Nova Iorque nunca foi uma utopia. Utopia significa «sem lugar», e a sua beleza está intimamente ligada à impossibilidade da sua concretização.

Existem, mesmo, realidades concretas que conseguem ser mais radicais do que os sonhos. Que conseguem que a sua beleza resida precisamente na inevitabilidade da sua materialização.

A «cidade genérica» é um modelo que corresponde exactamente a esse paradigma. Como a maioria das utopias, nasce da *tabula rasa*. Mas é bem mais radical do que a «Ville Radieuse» de Le Corbusier, por exemplo, porque não nasce de um planeamento pré-determinado, mas de um movimento difuso e espontâneo. Não nasce de uma vontade, acontece.

A «cidade genérica» representa um corte definitivo com as visões historicistas herdadas do pós-modernismo de Aldo Rossi.

Nem sempre o passado se reflecte no futuro.

O genérico não representa, tanto uma perda de identidade, mas a apropriação de uma nova identidade, de total indiferença, sem centro, sem periferia, sem entraves à expansão. Há uma fuga ao cativeiro do centro, sempre demasiado exigente, absorvente.

A «cidade genérica» expande-se e renova-se através da multiplicação exponencial do mesmo módulo estrutural simples, como um fractal, sem contemplações por nenhuma ordem, ocupando o vazio ou destruindo e substituindo o existente. Aquilo que não funciona é simplesmente eliminado e rapidamente esquecido e há sempre espaço para todos, a habitação nunca é um problema. A expansão é imparável e a elevada densidade multiplica os habitantes por metro quadrado. O arranha-céus é a tipologia mais ilustrativa.

A congestão é o valor fundamental. Não sendo uma intenção, é uma consequência inevitável, tal como a globalização, não sendo um fenómeno concreto e concertado, é um conjunto complexo e espontâneo de acções.

Acima de tudo, importa reter que a «cidade genérica» é real.

Na Europa, dez vezes mais densa do que os Estados Unidos, a congestão é, paradoxalmente, um conceito envergonhadamente evitado. A horizontalidade é ainda o único sentido da edificação da cidade.

Enquanto isso, em certos pontos do globo, a congestão atingiu tamanha dimensão que se deu um efeito de «explosão». A concentração numa cidade deu lugar ao rápido aparecimento de vastas regiões de novas cidades.

É a chegada da cultura da disseminação, da dispersão, a cultura do novo século.

Esta realidade transforma as cidades em estruturas muito delicadas e instáveis, independentemente da sua eventual aparência brutal, qualquer mudança num qualquer ponto obrigará todo o sistema a readaptar-se, sob a pena de colapsar.

A sedução faz parte do urbanismo de cada uma destas cidades, e tudo é válido para atrair as massas que se fixarão no seu seio, sendo que a sua tática não reside em tentar a aproximação às outras cidades, o que lhes retiraria vitalidade, mas em explorar as suas diferenças, renovando-as continuamente.

A homogeneidade por vezes aparente da malha urbana esconde igualmente uma miríade de diferenças. As similaridades são estritamente geradas pela descontrolada velocidade de construção e pela enorme escala. O processo é assimétrico e é, como no modelo da «cidade genérica», quase autónomo, evoluindo a um ritmo quase impossível. A velocidade das encomendas está completamente para além das capacidades e da preparação do arquitecto tradicional, tudo lhe escapa. Pura e simplesmente não há tempo. Não há lugar para uma análise ponderada das várias soluções, do programa.

Na China, desenham-se edifícios de 40 andares em menos de uma semana, num acto puramente mecânico, o mais versátil possível. Tudo deve poder ser convertido, nomeadamente com a obra já em curso. Neste contexto de hiperdesenvolvimento, os valores tradicionais da arquitectura, como a composição, a estética, o equilíbrio, são irrelevantes. Os arquitectos ocidentais, por comparação, não constroem nada. Estão virtualmente extintos.

A situação urbana vai rapidamente transformando-se, até se tornar irreconhecível, numa dispersão que parece nunca poder parar. Auto-estradas avançam por grandes extensões vazias, alguns metros acima do solo, sem qualquer destino.

São a intenção firme de propiciar a disseminação. Levam-nos ao futuro, aos locais de implantação de cidades eventuais.

Não são valores ou modelos urbanos adoptáveis, porque não são fórmulas, são quase acidentes. Mas também não são, pelo mesmo motivo, recusáveis. E não são utopias, são realidades firmadas. Congestão e disseminação, palavras aparentemente distantes, tornaram-se conceitos incontornáveis, na sociedade em que vivemos hoje.

SOLÀ-MORALES

Outra perspectiva, desenvolvida por Ignasi Sola-Morales, propõe novas categorias para uma arquitectura metropolitana baseada em transformações.

A sua investigação centra-se no facto das obras de arquitectura se constituírem como acontecimentos resultantes de forças que se cruzam dando lugar a um objecto significativo.

Deste modo, desvaloriza o conceito tradicional de lugar, remetendo a sua análise para o facto de a arquitectura contemporânea surgir de forma abrupta e inesperada na paisagem. Assim, nas cidades contemporâneas, muitas obras arquitectónicas não se relacionam com o lugar pré-existente, com a paisagem ou com o território, mas são resultantes de factores que se relacionam com elas mesmas e, neste sentido, define-as como auto-referentes.

O lugar, na contemporaneidade, passou a constituir-se através de edifícios ícones (objectos isolados, singulares), ou de edifícios que partem de dados que se encontram na cidade (restos, memórias, fragmentos, etc.).

“Os lugares da arquitectura actual não podem ser permanências produzidas pelas forças da *firmitas* vitruviana. São irrelevantes os efeitos de duração de estabilidade, do desafio da passagem do tempo. É reaccionária a ideia de lugar como cultivo e

entretenimento do essencial, profundo, de um *genius loci* difícil de acreditar em uma época de agnosticismo. Mas essas desilusões não têm porque levar ao nihilismo de má arquitectura da negação.”⁵²

A cidade poderia não ser entendida como um sistema de espaços gerado pela massa de edificações ou os intervalos entre elas.

Em vez disso, as construções seriam apenas limites ao redor dos quais fluiriam carros, transporte público e tráfego pedestre. A estrutura do espaço urbano seria vista como resultado de sistemas de fricção, com graus variáveis de viscosidade produzindo turbulências nos pontos de contacto e diferentes densidades no interior dos próprios fluxos.

Uma arquitectura líquida, fluida, não é voltada para a representação ou para o espectáculo. Uma arquitectura que abarque fluxos humanos em conexões de tráfego, aeroportos, terminais, estações de comboios não se pode preocupar com a aparência ou a imagem. Tornar-se fluxo significa manipular a contingência dos eventos, estabelecendo estratégias para a distribuição de indivíduos, bens ou informação.

Produzir formas para a experiência do fluído e torná-las disponíveis para análise, experimentação e projectos urbanos é hoje ainda mais um desejo do que uma realidade alcançável. Dar forma à experiência do fluxo no movimento da metrópole, distanciando-se do planeamento programático puramente visual e das regulações pré-estabelecidas, de modo a experimentar outros acontecimentos é um dos desafios fundamentais da arquitectura que visa o futuro, segundo a perspectiva de Sola-Morales.

⁵² SOLA-MORALES, Ignasi de: *Liquid Architecture*, Cambridge, MIT Press, 1977

PETER ZUMTHOR

Com base na sua obra, *Pensar a arquitectura* (2005), compreendemos que para Peter Zumthor, a realidade da arquitectura é o concreto, o que se tornou forma, massa e espaço, o seu corpo. E que não existe nenhuma ideia, excepto nas coisas.

O espaço tal como o experimentamos é um fenómeno do tempo, e a nossa percepção do espaço é transitória.

Apenas se vê o espaço num constante fluxo afectado pelo tempo, pelo decorrer da vida. E o espaço é o que acontece, de momento em momento.

O arquitecto tem a potencialidade de criar espaço como um corpo sensitivo que tem a capacidade de enquadrar o movimento da vida. Criar lugares onde a vida decorre é a sua definição de arquitectura.

“As tradições dissolvem-se, já não existem identidades culturais fechadas (...) tudo se mistura com tudo, e a comunicação massificada evoca um mundo artificial de sinais. Arbitrariedade é a palavra de ordem.”⁵³

“A presença de certas obras evoca em mim algo misterioso. Parecem simplesmente estar lá. Uma pessoa não lhes dá nenhuma atenção especial. E no entanto, é quase impossível imaginar o lugar onde estão sem elas. Estas obras parecem estar firmemente ancoradas ao chão. Funcionam como parte integrante do seu espaço envolvente e parecem dizer: «eu sou tal qual tu me vês e daqui faço parte».

Conseguir projectar edifícios que, no decorrer do tempo, se unem desta forma natural com a figura e história do lugar desperta a minha paixão.

Penso que os edifícios que, a pouco e pouco, são aceites pelo seu espaço envolvente devem possuir a capacidade de atrair, de diversas formas, a emoção e o raciocínio.

É por isso que o significado que criamos com o edifício deve respeitar a memória.”⁵⁴

⁵³ ZUMTHOR, Peter: *Pensar a arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili, 2005, p.16

⁵⁴ ZUMTHOR, Peter: *Pensar a arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili, 2005, p.17

MUNTAÑOLA

Josep Muntanola Thornberg sugere na sua obra *La arquitectura como lugar* (1974), que o lugar é algo que acompanha o homem e, remetendo-se a Hegel, recorda-nos que o lugar é sempre um lugar de algo ou de alguém. Afirma que, nesta noção, o ser do lugar não só acontece no lugar em si, mas também na relação do que, ou quem, o habita, e, sugere-nos que a previsão, produção ou construção do lugar, é único do homem.

Dois dos pressupostos mais relevantes para a compreensão do lugar desenvolvidos por Muntanola são, o papel da construção histórico-geográfica colectiva na construção do significado em arquitectura, ou seja, o facto da construção do significado de uma obra, ou de um lugar, ser sempre uma reinterpretação contextualizada pelo momento histórico em que nos encontramos, e, o significado da obra evocado a partir da sua autonomia, no sentido em que mesmo o significado estando dependente de quem interpreta e do momento histórico em que se encontra, também os seus significados são estruturados a partir da obra em si.

A sua perspectiva enaltece o papel dos diferentes intérpretes e as múltiplas leituras que daí advêm, remetendo-nos para a diversidade de significados atribuídos a um mesmo lugar e consequentemente para o conceito de obra aberta.

O «NÃO-LUGAR»

No contexto da sociedade contemporânea, torna-se pertinente fazer uma passagem pelo conceito de «não-lugar» desenvolvido por Marc Augé.

No entanto, este conceito foi, mencionado pela primeira vez, por Kant, que se ocupou de uma teoria dos «tópicos lógicos» ou dos «lugares transcendentais», e sobre a forma em que são utilizados. Ocupou-se também da versão original do *topos* por ser fundamental no desempenho da razão. E resgata da antiguidade, ao primogénito término de «tópico» como o lugar ou «sede», a habitação ou o espaço vital dos argumentos comuns e os argumentos próprios ou específicos das diferentes disciplinas em que acontece esse desempenho da razão é o lugar onde se encontram, permanecem, inventam e se reproduzem os pensamentos.

É neste sentido do *topos*, que surge o primeiro conceito de «não-lugar». Conceito que no séc. XIII e XIV se identificava com a designação de «utopia», e que por ter uma condição subjectiva, foi muito utilizado na conceptualização do desenho arquitectónico e urbano.

A palavra utopia vem do grego *ou*, que significa *não* e *topos*, que significa um lugar que não existe.

É como o lugar imaginário e inventado na obra de Thomas More. É a concepção imaginária, sinónimo de ilusão e idealização, por isso a sua condição subjectiva.

Com base na raiz do *topos* e *topia*, Tomas More utiliza pela primeira vez a palavra e o conceito de «não-lugar», a utopia, que na sua visão representa o lugar físico inexistente e ao mesmo tempo desejado, onde os seus habitantes ilusórios colectivamente aboliram a propriedade privada e a intolerância religiosa e ideológica.

Os utopistas vêm subjectivamente, na formação do «não-lugar», o sonho genérico, o mito, a fantasia, a pura idealização.

Mas existem antecedentes, *A república de Platão*, *A cidade do sol* de Campanella e existem também as utopias da contemporaneidade, por exemplo, de Fourier, Marx, Marcuse, Adorno, Derridá até Marc Augé.

Agora, percebe-se que o conceito de lugar, não só deverá ser o referente do espaço físico, sem o tempo, e neste sentido isto é análogo ao «momento e ocorrência», pensa-se que este pode ser lugar, e que com isto se pode decidir «ter lugar» como também decidir «ocorrer e suceder», é como o lugar na história, a crónica no sentido do tempo. E neste sentido temporal, também aconteceu o significado de «não-lugar».

Assim, Marc Augé, na sua visão antropodesconstructiva da existência da arquitectura dos «não lugares», sugere que isto representa um novo e subjectivo conceito de lugar em que «espaço e tempo» se produzem e manifestam na integridade e fusão plena.

Explora-se a noção de espacialidade determinada e produzida segundo a exigência de uma condição social de uso e significado efêmero, referente à curta duração da percepção de tais espaços, ao afecto que este produz nos seus habitantes e à intervenção e controle, por parte de um sector social, das opções de identidade e apropriação dessa espacialidade, garantindo-os enquanto lugares de anonimato onde se realiza, persuasivamente, o desempenho do consumo.

A sobremodernidade é um conceito definido a partir da noção de excesso, e encontra, a sua expressão completa nos não-lugares.

Refere-se a três tipos de excesso, o excesso de tempo (superabundância de acontecimentos no mundo contemporâneo, o tempo da história acelerou) o excesso de espaço (como consequência da mobilidade de pessoas, bens, informação e imagens sentimo-nos implicados no que se passa no ponto mais remoto do planeta) e ao excesso da figura do indivíduo (para além do mundo mediático contribuir para o enfraquecimento das referências colectivas suscitando uma individualização dos procedimentos, também as singularidades organizam cada vez mais a nossa relação com o mundo).

O «não-lugar» surge em consequência desta sobremodernidade, sendo um lugar que permite a diminuição do tempo.

Os «não-lugares» são lugares de ocupação provisória e confluência anónima, onde indivíduos em trânsito se instalam temporariamente, à espera, pode ser uma paragem de autocarro, o átrio de um hotel, o “lounge” de um aeroporto ou um supermercado.

Nestes lugares, de corrente ininterrupta de espera ou de momentos de descanso, as relações são quase sempre incompletas, ocasionais e coincidências. Desaparecem tão rapidamente como apareceram.

O espaço do «não-lugar» não cria nem identidade singular, nem relação, mas solidão e semelhança. Nele reinam a actualidade e a urgência do momento presente.

Do mesmo modo, que os lugares antropológicos criam social e orgânico, os «não-lugares» criam contratualidade solitária. O que é significativo na experiência do «não-lugar» é a sua força de atracção, inversamente proporcional à atracção territorial, aos pesos do lugar e da tradição.

A arquitectura, como qualquer outra realidade física, trata sempre da criação de contextos e da imposição de limites.

A sociedade contemporânea identifica-se, cada vez mais, com os paradigmas da comunicação, da passagem e transformação, conceitos estes que, de forma acelerada, se sobrepõem aos conceitos de permanência e duração.

As novas relações entre o homem e o espaço/tempo têm gerado espaços, designadamente espaços técnicos de transporte rápido e de serviços, que se apoiam nas redes de transporte, vocacionados quase exclusivamente para o trânsito.

Considerados incómodos e assumidos de forma negativa para a cidade entendida como lugar de permanência, estes espaços, que Marc Augé, define como «não-lugares», são no entanto, também lugares de relação e, como tal, representam uma nova geração de espaços públicos, extremamente complexos e ainda não completamente entendidos.

Esta complexidade reflecte-se na dicotómica interpretação entre os espaços públicos tradicionais e as novas tipologias de espaços colectivos contemporâneos.

Tornam-se, ricos de significado e identidade, para aqueles que os frequentam regularmente.

No desenvolvimento, desta primeira parte da dissertação, tentou-se uma aproximação às problemáticas contemporâneas sobre o conceito de lugar, e sobre as premissas do habitar, a partir de observações analíticas sobre o espaço e que se tornaram referências para o desenvolvimento deste trabalho.

Este desenvolvimento levou a cabo uma desmontagem dos contextos espaciais, a delimitação de alguns conceitos relevantes para o tema em estudo, e um

levantamento de diferentes teorias sobre o conceito de *lugar* no âmbito de diversas disciplinas.

Esta síntese contribuiu para fundamentar o desenvolvimento da parte 2, e delinear princípios que orientam o ensaio realizado na parte 3.

Além, do contributo teórico sobre o tema, esta parte elucidou, igualmente, sobre a real pertinência da noção de lugar no mundo actual, quando se aborda a questão do habitar o espaço, verificada pela interdisciplinaridade do tema. Esta questão assentou nas experiências sobre diferentes tipologias espaciais, construídas e não construídas, em que vivemos, e que foram colocadas no início da dissertação.

Podem-se, desde já, esboçar algumas conclusões sobre o conceito de *lugar*, e que enumeram alguns indicadores que orientam os posteriores desenvolvimentos, e que se assumem como princípios gerais para a estruturação do estudo.

Estamos perante um conceito que não é verbalizável. A linguagem apenas o reconhece, não o representa. Tal como a obra de arte, o lugar traz algo à presença. Este algo foi definido por Heidegger como «verdade», no sentido em que necessitamos de aprender a entender que as coisas são elas próprias os lugares, e que não pertencem simplesmente ao lugar .

O lugar institui um espaço, enquanto espaço ponderado, que sugere, uma atitude crítica mental. Enquanto espaço sensível, pela possibilidade de apropriação que permite através dos nossos sentidos. E enquanto espaço orientado e de orientação, porque responde à questão «onde estamos nós?».

O lugar não é uma coisa estática, porque resulta de uma deslocação. Não é algo que se define em si mesmo, mas quando nos aproximamos, ou nos afastamos dele, ou ainda quando o percorremos. Esta deslocação é considerada como um acontecimento primeiro. Pertence à existência. Existir é deslocar (-se) e, a existência é des-locação.

O lugar não foi construído para habitação mas a partir da habitação. É o habitar que o define, e o habitar é significado através de uma deslocação contínua em que se processa a existência.

O lugar é uma articulação de experiências, no sentido em que resulta de uma acção directa sobre o meio em que vivemos. Esta acção é determinada pelas relações que estabelecemos com o espaço envolvente, com os outros que habitam esse mesmo espaço, e com as memórias associadas a experiências individuais anteriores.

PARTE 2: ESPAÇO HUMANIZADO

Espaço humanizado foi o termo encontrado para sintetizar a relação entre a dimensão do homem, enquanto plano individual da existência, associado a critérios de juízo que são, por sua vez, aplicados sobre a dimensão do espaço arquitectónico, entendido como plano colectivo, referente a factos espaciais específicos que o caracterizam, nomeadamente a função, o tempo, a escala, o contexto e o movimento.

Esta relação é estabelecida, no sentido, de entender de que modo a arquitectura responde às necessidade do contexto do homem.

E desta relação resulta a construção do *lugar arquitectónico*, estruturada a partir da significação do espaço através da atribuição de juízos de valor na leitura deste.

Posteriormente, decompomos estas duas dimensões nas suas partes, para um entendimento mais claro sobre estes dois conceitos, com o objectivo de proceder à estruturação da significação do espaço arquitectónico em função da experiência do sujeito.

2.1 A DIMENSÃO DO HOMEM

Por dimensão do homem, entendemos, o que o define enquanto «ser». É identitário, com a capacidade de perceber o espaço através da experiência sobre o meio, interpretando-o com o objectivo de criar um sentido sobre o objecto que apreende.

Esta é uma narrativa, em que o personagem principal se articula com um meio que o envolve.

Para melhor compreender os intervenientes neste processo analisamos individualmente as componentes que o caracterizam, nomeadamente, o sujeito, reflexo da identidade e representação de uma cultura, a percepção como mecanismo de apreensão, a experiência assente no comportamento sobre o meio e a interpretação enquanto criação de sentido.

2.1.1 O SUJEITO, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO DE UMA CULTURA

O ser humano é, simultaneamente, um ser biológico, social e único, factos que influenciam o acto da percepção da realidade, a atitude perante ela e a sua significação.

Enquanto que, algumas respostas do ser humano a determinados estímulos são consequências de uma aprendizagem cultural, ou de relação individual, com o meio (subjectiva), outras são baseadas em factores biológicos (inatos ou adquiridos) que transcendem culturas e indivíduos em particular.

A identidade é uma ideia de transparência entre cultura, sociedade e indivíduo.

Existem duas concepções sobre identidade que destacamos, neste contexto.

A perspectiva sociológica, que segundo Mauss (1904), o sujeito não é autónomo nem auto-suficiente, mas resultado de uma relação com outros significantes, assumindo a identidade, um papel de mediação de valores, significados e símbolos do mundo que ele habita. A identidade faz a ponte entre o interior e o exterior, entre o mundo individual e o mundo público.

E a perspectiva pós-moderna, que define a identidade como um acontecimento dinâmico, que forma e transforma, de forma continuada, os modos como somos representados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). O sujeito assume, assim, diferentes identidades em tempos diferentes.

Edward T. Hall na sua obra *A dimensão oculta* (1966), refere que os indivíduos pertencentes a culturas diferentes, não só falam línguas diferentes, mas, o que é sem dúvida mais importante, habitam mundos sensoriais diferentes.

Existem conhecimentos, não perceptivos, que são transmitidos socialmente, e que predisõem para a criação de esquemas perceptivos novos.

Actualmente, os conhecimentos comuns, transmitidos pelos meios de comunicação contemporâneos, são fortemente figurados.

A imagem, a fotografia ou o desenho acompanham o discurso, e representam o objecto de conhecimento transmitido. Deste modo, antes do primeiro encontro com um objecto novo, o homem moderno dispõe de esquemas cognitivos que representam,

não só as propriedades estritamente cognitivas desse objecto, mas também as suas características perceptivas.

E quando nos referimos a identidade e contexto, o termo cultura é inevitavelmente convocado.

A cultura é a “consciência crítica e sistemática da realidade. Para que a realidade possa ser manipulada e, assim, usada de maneira mais perfeita, mais intensa, mais adequada ao homem”.⁵⁵

Sendo a realidade, algo que se torna evidente com a experiência, o processo de avaliação dessa realidade é feito através de uma consciência crítica e sistemática.

Existem diversos factores que influenciam a cultura, e a cultura é entendida como um conjunto de sub-conjuntos. Entre esses factores encontramos a geografia e o clima, os padrões sociais e económicos, a religião, a política, a tradição, e todos eles geram diferentes formas de vivência, diferentes normas de comportamento e diferentes linguagens.

A cultura é substantiva ao homem e faz parte do ser.

E é transmissível. Segundo Levy Strauss, a cultura é uma herança social, onde não há hierarquias, mas, apenas diferenças.

E ao experimentar o mundo, o sujeito tende a representar-se, e fazer representações segundo os seus códigos.

Deste modo, o mundo onde o Homem vive não passa de representações significativas, que são remetidas para o domínio de influência do corpo (físico e emocional), o qual constitui um enquadramento espacial e temporal, que serve de

⁵⁵ GIUSSANI, Luigi: *Alla ricerca dell volto humano*, Milano, R.C.S. Libri & Grndi Opere S.p.A., 1995

base a todas as outras representações, ou significações, com características semelhantes.

Estas representações significativas, podem identificar representações individuais, quando existe uma construção solitária do lugar, relacionada com a escala doméstica, a casa, onde o sujeito se expõe por completo.

E podem, igualmente, constituírem-se enquanto construções colectivas do lugar, significando o espaço onde interagimos com os outros, onde representamos o nosso papel perante a sociedade.

Para entender estas construções, tanto individuais, como colectivas, descrevemos, em seguida, perspectivas sobre a noção de percepção, entendida como o mecanismo de apreensão do meio que nos rodeia, possibilitando, *a posteriori*, um determinado comportamento sobre o espaço onde a experiência ocorre.

2.1.2 A PERCEPÇÃO, MECANISMO DE APREENSÃO

O mundo é captado através dos estímulos que chegam aos sentidos, e esta captação, que é afectada a todo o corpo, pressupõe um papel activo do sujeito que transforma a realidade numa representação com significado.

O corpo do ser humano actua sobre o meio onde se insere, e para isso, necessita sentir o meio onde vive, para formular respostas adequadas ao que foi sentido. Verifica-se, então, ser indispensável ao organismo um mecanismo de regulação neurológico das transferências de informação entre o interior e o exterior do seu corpo.

Este mecanismo denomina-se de percepção, e define-se pela actuação do indivíduo sobre o meio e pelo modo como dele recebe «sinais» (Damásio, 1994). Toda a percepção é sensorial, e revela-se na forma como é apreendida a informação sobre o que se passa em redor e no Homem através da informação recebida pelos sentidos.

“A percepção implica algo distinto da sensação, mas também da intuição intelectual, como se estivesse situada num meio equidistante dos dois actos. Por isso se definiu a percepção com a “apreensão directa de uma situação objectiva.”⁵⁶

“O processo pelo qual a informação sobre o contexto é transformada numa experiência de objectos, sons, eventos, etc. A percepção é a combinação de processos psicológicos que envolvem sentidos e processos que o cérebro interpreta. O processo perceptivo envolve dar significado a todos os bits de informação providos pelos sentidos.”⁵⁷

Quando olhamos em torno de nós, temos uma percepção daquilo que nos rodeia. Se fecharmos os olhos e deixarmos de ver, a realidade continua presente, e por isso, a percepção acontece dentro de nós, a partir da nossa visão. É uma representação do meio envolvente.

Percepcionar, significa então, ter-se consciência da informação sobre o mundo exterior que nos chega através dos sentidos, não se sentindo, apenas, uma determinada sensação, mas uma interacção entre o mundo interior e o meio envolvente.

Como é percepcionado, um mesmo espaço de vivência, com um tempo e uma forma específicos, por diferentes sujeitos, que têm diferentes educações do olhar, diferentes memórias e referências distintas?

Independentemente da especificidade de cada indivíduo, reconhecem-se como adquiridas culturalmente, determinadas significações do meio onde se existe, do seu corpo e da relação entre ambos.

⁵⁶ MORA, José Ferrater: *Dicionário de Filosofia*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991

⁵⁷ CARDWELL, Mike: *Dictionary of Psychology*, Chicago, Fitzroy Dearborn Publishers, 1996

Esta transmissão de conhecimentos e aprendizagem cultural acontece devido à possibilidade de comunicação. Assim, apesar de cada ser humano sentir determinados fenómenos de maneira única e específica, tem consciência de que esses fenómenos apresentam características invariantes, que ultrapassam a sua subjectividade individual, e que são definidas sensivelmente da mesma maneira pelos seus semelhantes.

E, como todos os seres humanos têm diferentes corpos, diferentes apropriações individuais, culturais e sociais da realidade, diferentes espaços e tempos de existência, pode-se concluir que, a experiência perceptiva que cada sujeito desenvolve, é própria e única.

Só assim se percebe que, culturas diferentes, criem designações diferentes para fenómenos semelhantes.

Relativamente à definição do termo percepção, os realistas, defendem-na como uma realidade independente. Constitui-se como falsa, mas que pode alcançar a realidade devido à razão, para os racionalistas, ou devido à experiência, para os empiristas.

Para os fenomenologistas, a realidade é construída pela percepção, e não tem necessariamente uma existência independente.

Em psicologia, a percepção define-se como um conhecimento imediato de origem sensorial.

É o conhecimento mais directo, ou o mais imediato possível, do objecto presente, com referência a uma área sensorial segundo Jean Piaget. Ou referindo Claude Bonnet, é o conjunto dos mecanismos, e processos, através dos quais o organismo toma conhecimento do mundo, e do seu meio envolvente, com base em informações elaboradas pelos sentidos.

Intuitivamente, a percepção apresenta-se como a função psicológica que nos oferece, de uma forma imediata, uma representação fiel do nosso meio envolvente. No entanto, a atenção concentrada mostra-nos que essa representação pode depender da tarefa que procuramos realizar.

Como resposta à questão da percepção, os psicólogos consideram que a identidade das percepções partilhadas, por vários observadores, constitui a definição da realidade.

Seria, portanto, um realismo definido pela intersubjectividade. Mas esta realidade, que é a do experimentador, pode ser falseada em situações quotidianas, rápidas e de desatenção. Esta questão remete-nos para o assunto da definição da percepção, e para a diversidade das tarefas perceptivas.

Existem várias teorias complementares da percepção, nomeadamente, a percepção directa, a percepção como tratamento de informação e a percepção como abordagem construtiva.⁵⁸

A percepção directa define a percepção como uma reacção de adaptação do meio envolvente implicando uma captação directa e, eminentemente, realista. Estabelece uma correspondência entre as estruturas da sensação e as respostas adaptadas.

A percepção como sistema de tratamento de informação reduz a percepção a uma recolha de informação sobre o meio envolvente. Trata a informação sensorial, em que a percepção descodifica e traduz as informações em representações intermédias úteis para tratamentos posteriores.

Considerar a percepção como abordagem construtivista, é destacar o papel dos conhecimentos prévios no acto da percepção. Esta abordagem atribui à representação perceptiva significativa um papel fundamental no momento do processo perceptivo.

⁵⁸ JIMENEZ, Manuel ; trad. António Viegas: *A psicologia da percepção*, Lisboa, Instituto Piaget, 2002

A construção perceptiva é a construção de um significado, que comporta de uma forma indissociável especificidades, estruturais e cognitivas. Para concretizá-la, o organismo aplica os seus conhecimentos prévios, que consistem, nos conhecimentos adquiridos em experiências perceptivas anteriores, e os que são fornecidos pela sua cultura.

A cultura facilita e antecipa a percepção, no sentido, em que nos permite perceber em cada instante, o mais depressa possível, aquilo que é mais provável, em função dos nossos conhecimentos.

Entendendo, a importância do papel da cultura e do conhecimento do contexto em que o sujeito se insere, pode-se colocar uma questão inversa no sentido da percepção do nunca antes conhecido, ou seja, sobre o modo como o ser humano dispõe dos esquemas que lhe permitem perceber aquilo que nunca percebeu antes.

A melhor forma de responder a esta questão é recorrer à afirmação de Jérôme Bruner: “a cultura é, provavelmente, o factor essencial que dá forma ao espírito humano” (Manuel Jimenez, 2002).

Um exemplo que ilustra, claramente, esta posição é a observação de uma obra de arte.

Olhar para a arte tradicional ocidental, onde as convenções e determinações históricas fazem parte da nossa programação da mente, como seres ocidentais que somos, é um processo simples e gratificante.

Mas relativamente à arte contemporânea ou arte de outras culturas, que não estão abrangidas por estes sistemas familiares de processamento da informação visual, pode ser um acto um pouco frustrante. Elas têm um duplo contexto.

O contexto existente onde o objecto foi produzido e usado, e o vasto e diferente contexto no qual o observamos.

Deste modo, o meio ambiente que nos rodeia é fundamental para determinar a atribuição de significado ao que os nossos olhos vêem.

Neste sentido, podem ser referidos os estudos sobre a percepção, no âmbito da psicologia ambiental, desenvolvidos por William Ittelson (1973).

Ele considerava que existiam sete características do ambiente que deveriam ser tomadas em conta, designando-as por propriedades tradicionais do estímulo na percepção ambiental:

- a) os ambientes envolvem: são explorados e não observados, portanto o observador é um participante;
- b) os ambientes são multimodais: a informação é fornecida através de mais do que uma modalidade dos sentidos;
- c) os ambientes proporcionam informação periférica e central;
- d) os ambientes estão sempre a proporcionar mais informação do que aquela que pode ser processada;
- e) os ambientes funcionam como um palco que chama à acção;
- f) os ambientes atribuem significados simbólicos e mensagens motivadoras que fazem parte do conteúdo da percepção ambiental;
- g) os ambientes têm sempre um enquadramento.

Na sua investigação conclui, ainda, que as respostas perceptuais ao ambiente são um processo contínuo que ocorre em cinco níveis de análise que interactivam entre si:

- afecto: o impacto directo emocional da situação que direcciona as relações sequenciais com o ambiente;
- orientação: o estabelecimento da orientação no ambiente;
- categorização: o processo de definir categorias para a análise e compreensão baseado na formulação de conceitos e no desenvolvimento de uma taxonomia;
- sistematização: a análise sistemática das relações no ambiente;
- manipulação: os tipos de intervenção que o indivíduo pode desenvolver e as suas consequências em termos de alteração ambiental e da relação com as suas próprias necessidades e objectivos.

Conclui-se que, de facto, o meio e o seu contexto cultural é a influência externa mais poderosa na construção do significado, e condicionante na fixação das imagens na nossa memória.

Para além, da importância do contexto em que nos inserimos no condicionamento do acto da percepção, será necessário, associar a esta reflexão, o organismo enquanto corpo neurológico que permite o tratamento da informação captada, e o próprio acto da percepção.

Por outro lado, para Walter Benjamin, a psique humana é, na sua essência, um mecanismo orgânico em constante adaptação ao mundo físico circundante. Esta adaptação é entendida como um mecanismo de defesa destinado à sobrevivência.

Um dos mecanismos de defesa muito evidente é o mimetismo.

O fenómeno da paralisação, em que adoptamos uma postura inanimada, corresponde a um mecanismo de simulação da morte para garantir a sobrevivência. Ao fingir-se inerte, qualquer criatura tenta camuflar-se, e confundir-se, com o que a rodeia, com o objectivo de se tornar invisível.

Este princípio, segundo W. Benjamin, subjaz a toda a actividade humana. O princípio mimético determina, por conseguinte, que os seres humanos encontram-se em constante adaptação ao que os rodeia. Os impulsos fragmentários da cidade, e as experiências vibrantes da vida moderna, reproduzem-se a partir do próprio comportamento humano. Os indivíduos desenvolvem reflexos e respostas adequadas ao ambiente exterior.

Neste sentido, uma sociedade inundada por imagens incorre numa menor sensibilidade política e social, pois o inebriamento provocado pela imagem, diminui a consciência crítica, e a sua saturação fomenta uma aceitação acrítica da mesma.

2.1.3 A EXPERIÊNCIA, COMPORTAMENTO SOBRE O MEIO

“O observador carrega de sentido aquilo que vê, de acordo com os seus objectivos.”
(LYNCH, K.,1982)

Como se processam a construção os processos psicológicos, de transacção com o lugar, e que aparecem enquanto articulação da representação e dinâmica do lugar?

O tipo de vinculação será uma característica da personalidade individual, ou resulta da relação que estabelecemos com a envolvente?

Os comportamentos são resultantes da individualidade da pessoa, e da interacção diversa com o espaço. Este não determina, só por si, o comportamento do sujeito, mas influencia.

Existe uma expressão de Winston Churchill que ilustra de forma clara a relação entre o ser humano e a arquitectura, “primeiro formamos os nossos edifícios, depois eles formam-nos a nós”⁵⁹.

O lugar é denominado como o produto das relações humanas, entre homem e envolvente, resultado das relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante uma rede de significados, e sentidos, que são estruturados pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade.

Esta concepção de lugar é fundamental, porque admite um elo afectivo entre o lugar, propriamente dito, e os seus habitantes. É a presença da vinculação.

⁵⁹ MUGA, Henrique: *Psicologia da arquitectura*, Lisboa, Gailivro, 2005, p.23

A leitura do capítulo intitulado *A importância da vinculação ao lugar* (Speller, 2005) inserido na obra *Contextos humanos e psicologia ambiental* (2005), forneceu-nos as bases teóricas de aprofundamento deste tema.

Os primeiros estudos elaborados sobre a teoria da vinculação foram desenvolvidos por John Bowlby e Mary Ainsworth.

Na definição de Ainsworth (1989), a vinculação é uma variação do vínculo afectivo, onde existe a necessidade da presença do outro, e onde existe um acréscimo na sensação de segurança na presença do mesmo. Na vinculação, o outro é visto como uma base segura, a partir da qual o indivíduo pode explorar o mundo e experimentar outras relações.

Ainsworth, juntamente com Bowlby, estudou a vinculação pela primeira vez nos anos 50, após ter estudado a vinculação, e os seus efeitos, em bebés africanos no Uganda, através de observações naturalistas em contexto familiar.

O principal alvo era a relação da mãe-filho e o efeito que a separação poderia ter no desenvolvimento e construção da personalidade da criança, ou seja, a vinculação.

Em sequência desse estudo, Ainsworth inseriu o conceito de vinculação, significando que o desenvolvimento pessoal social inicia-se com o primeiro vínculo humano, e que é considerado como a base de todas as relações posteriores com os outros.

Estes contributos de Ainsworth foram fundamentais, porque forneceram uma base empírica, e não meramente clínica, para a teoria, e um instrumento de avaliação da qualidade da vinculação.

Aproveitando os contributos de Ainsworth, Bowlby aprofundou a sua teoria em 3 livros fundamentais, *Attachment* (1969), *Separation* (1973) e *Loss* (1980).

No primeiro, propôs que as crianças desenvolvem representações internas de si próprias, dos prestadores de cuidados e do tipo de interacções entre si e eles. No segundo, defendeu que a auto-confiança não se cria forçando as crianças a serem auto-suficientes, mas através da confiança na figura de vinculação. No terceiro,

desenvolveu uma abordagem aos mecanismos de defesa em termos de processos cognitivos, o que o aproximou das correntes cognitivistas.

Tanto Bowlby como Ainsworth defenderam, ainda, que a vinculação não se limita à infância, permanecendo activa por toda a vida, existindo portanto uma vinculação desenvolvida em idade adulta.

Brewer (1980) define o termo vinculação ao lugar como sendo o sentimento de posse que o individuo desenvolve em relação a um território específico sendo o mesmo explicado pelo contributo que o indivíduo espera vir a alcançar ao nível da sua auto-imagem ou da identidade social.

Posteriormente, Giuliani (1991) e Twigger (1994), desenvolveram o tema da identidade de lugar, e da vinculação ao lugar, com o objectivo de estabelecer uma ponte entre ambos.

Desta forma, sugerem que a identidade de lugar tem um núcleo emocional que se manifesta nos laços formados em relação ao lugar, quer seja a casa ou os objectos nela presentes.

Um espaço pode ser definido como uma forma da nossa relação com as coisas, forma pela qual identificamos um objecto ou o que a sua unidade representa para nós, uma forma culturalmente construída, pela qual um sujeito apreende objectos em relação aos quais ele próprio se posiciona.

E propõe uma definição para a vinculação ao lugar enquanto um estado de bem estar psicológico experimentado pelo sujeito, e resultado da mera presença, proximidade ou acessibilidade ao objecto, e, simultaneamente, o estado de desamparo provocado pela ausência, afastamento ou inacessibilidade do objecto.

Mais tarde, Brown e Perkins (1992) defendem que a vinculação ao lugar é constituída pelos laços experimentados, como positivos, em relação ao lugar, mesmo que se formem (às vezes até sem termos consciência) através das ligações comportamentais, afectiva e cognitivas, estabelecidas entre os indivíduos, ou grupos, e o seu meio ambiente sócio/ físico, ao longo do tempo.

Mais presentemente, Milligan (1998) define a vinculação ao lugar como a relação emocional formada pelo indivíduo com o espaço físico a que foi dado significado a partir da interacção, composto por duas componentes interligadas: o passado interaccional e o potencial interaccional de um local.

A primeira pode ser definida como as experiências passadas associadas a um local, numa palavra, «memórias». O grau de sentido, destas experiências é traduzido pelo grau de vinculação ao local em si mesmo considerado.

A segunda componente da vinculação ao lugar, potencial interaccional, refere-se às experiências futuras ou antecipadas como possíveis num local, ou «expectativas».

As experiências de um indivíduo no interior ou em relação a um local específico dão lugar a um conjunto de expectativas de interacções futuras nesse mesmo local.

Um importante marco na evolução da vinculação ao lugar foi alcançado por Altman e Low (1992), com a edição do livro *Place Attachment*, por considerarem a vinculação ao lugar um processo desenvolvimentista, definindo-a como um conceito integrador que envolve padrões de vinculações, nomeadamente afectos, cognições, práticas/acções; lugares, que variam em escala, especificidade e tangibilidade; diferentes actores, que podem ser indivíduos, grupos e culturas; relações sociais e aspectos temporais (lineares ou cíclicos).

Tal como os lugares podem ser alterados ou adaptados para ir ao encontro das necessidade pessoais, também representam o indivíduo, no sentido em que fornecem retroalimentação da informação acerca do próprio.

É neste sentido, que os lugares conduzem à formação da identidade pessoal.

O padrão vinculativo desenvolvido é influenciado por factores constituintes da personalidade de cada um, e interfere no desenvolvimento social do indivíduo.

Assim, a experiência, no contexto da arquitectura depende muito da percepção imaginativa. Um edifício, enquanto objecto arquitectónico, nunca é entendido apenas como um amontoado de matéria – madeira, pedra, barro, cimento – que é aquilo que a percepção literal, sensível oferece.

Pode dizer-se que, só se começa a falar em arquitectura, quando se deixa de falar do amontoado de matéria, por si só, e se cruza o vazio que separa a experiência literal do amontoado para se chegar a uma interpretação conceptual.

2.1.4 A INTERPRETAÇÃO, CRIAÇÃO DE SENTIDO

É o próprio mundo contemporâneo, que devido às suas transformações aceleradas, reclama uma reflexão, nova e metódica, sobre a categoria da alteridade. A produção individual de sentido é mais necessária do que nunca.

A arquitectura tem uma significação e não um significado, pois o significado, nesta perspectiva, está estreitamente ligado à função.

No domínio arquitectónico, é a partir do momento em que o espaço, como forma, remete para algo diferente dele próprio, que se poderá falar de significação ou sentido em Arquitectura.

Na arquitectura, o sentido é a relação entre o conteúdo e o utilizador, e reside nas estruturas que geram esta relação.

A significação da arquitectura é consequência de uma experiência que envolve todos os nossos sentidos. E esta experiência resulta na atribuição de valor sobre as categorias dos sentidos que formam as nossas reacções ao espaço.

Introduzimos, assim, a noção de juízo de valor.

Os juízos de valor, tal como os hábitos e os costumes, encontram-se relacionados com o plano das convenções sociais, de acordo com a cultura e moralidade de uma determinada sociedade.

Pronunciar um juízo constitui um acto, e através do juízo, o indivíduo é capaz de decidir do bem e do mal, do belo e do feio, do justo e do injusto, etc.

Max Weber considera que, na modernidade europeia, com a ciência, a moral e a arte, se diferenciaram as esferas de valores (a verdade relativa à ciência ou ao

conhecimento cognitivo, o juízo moral relativo à ética, o juízo de gosto relativo à estética), que passam a estar ligadas a diferentes domínios do agir quotidiano institucionalizado.

É assim que as orientações das acções, que antes, eram determinadas pela tradição, estão agora, sujeitas às pressões da racionalização cognitivo-instrumental (do mundo objectivo, às pressões da racionalização práctico-moral do mundo da comunidade social e à esfera estético-expressiva do mundo subjectivo).

O mundo da comunidade social e o mundo subjectivo são os domínios dos juízos de valor, enquanto o mundo objectivo está sujeito às «verdades de facto» e não ao juízo de valor.

As pretensões à validade dos raciocínios são, portanto, diferentes. Enquanto os descritivos, que servem para estabelecer a objectividade dos factos, podem ser afirmados ou negados segundo a «verdade dos factos», os normativos (ou máximas do dever), que permitem a justificação de acções, são-no sob o aspecto da justeza ou da «legitimidade» (sendo as argumentações jurídicas «um caso especial do discurso práctico») e os de avaliação ou juízos de valor são-no pelo aspecto da conveniência dos valores (em função do que é «bom» ou segundo o carácter preferencial dos valores).

O juízo de valor, considerado do ponto de vista da apreciação da acção, requer que a acção seja visível sobre uma cena pública e que seja recebida por um público dotado da capacidade de julgar.

É por isso que a visibilidade é considerada o critério de avaliação das acções, na medida em que a visibilidade dos actos os expõe ao julgamento público. Assim, ao mesmo tempo que os actos são observados, são igualmente apreciados e julgados.

Julgar implica adoptar o ponto de vista de outrem, implicando a comunicabilidade e o domínio público.

Max Weber distingue os «juízos de facto» dos «juízos de valor»⁶⁰.

Utilizamos a palavra facto para nos referirmos a coisas, pessoas, animais, acontecimentos, etc. naquele que eles são em si mesmos, desprovidos de qualquer conotação afectiva ou interpretação subjectiva.

O mundo como realidade de facto é o real, constituído por tudo aquilo que é possível de ser descrito, externa e objectivamente.

Assim, o facto é da ordem do ser, do que é, do real, do descritível, do objectivo (isento de interferência do sujeito), do domínio da objectividade e universalidade.

Quando nos referimos ao valor mostramos o que é da ordem do preferível, do subjectivo, do possível, do deve ser. Aqui impera a relatividade e subjectividade ou seja, transparece o calor da opinião, o sabor do comentário, a nossa preferência.

Os juízos de facto são aqueles que dizem o que as coisas são, como são e por que são. Algo constatado por nós. Na nossa vida quotidiana, mas também na filosofia e nas ciências, os juízos de facto estão presentes.

Os juízos de valor são interpretações e avaliações proferidos na moral, nas artes, na política, na religião.

Os juízos de valor avaliam coisas, pessoas, acções, experiências, acontecimentos, sentimentos, estados de espírito, intenções e decisões como bons ou maus, desejáveis ou indesejáveis.

⁶⁰ *juízo de valor*. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2009. [Consult. 2009-01-12]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$juizo-de-valor](http://www.infopedia.pt/$juizo-de-valor)>.

Os juízos éticos de valor são também normativos, isto é, enunciam normas que determinam o dever ser dos nossos sentimentos, dos nossos actos, dos nossos comportamentos. São juízos que enunciam obrigações e avaliam intenções e acções segundo o critério do correcto e do incorrecto.

Sintetizando:

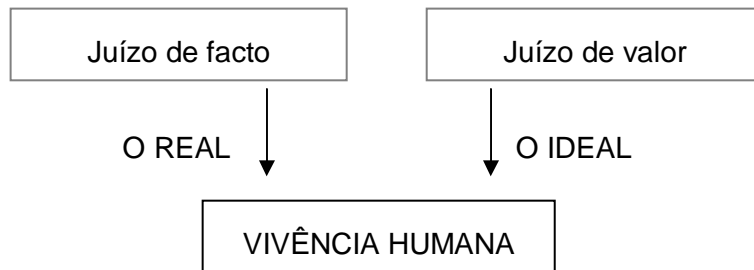


Fig.30 Diagrama de distinção entre juízo de facto e juízo de valor

Quando se afirma «a estátua é bela», formula-se um juízo de valor, do ângulo estético. Reconhece-se, na estátua, uma determinada harmonia plástica considerando-a valiosa. O juízo de valor não considera, separadamente, as características físicas da pedra, nomeadamente, o volume, a cor, ou o peso. O sentido do belo destaca-se pelo conjunto harmónico.

O juízo de facto, ao contrário, descreve o objecto tal como se o pensa sem indicar a sua qualidade.

Para atribuir juízos de valor, a consciência moral é a que institui as referências, e esta é inseparável da vida cultural, uma vez que define para os seus membros, os valores positivos e negativos, que se devem respeitar ou detestar.

Frequentemente, não notamos a origem cultural dos valores éticos, do senso moral e da consciência moral, porque somos educados (cultivados) para eles e neles, considerando-os naturais.

Analisando as propriedades dos valores, podemos afirmar que são bipolares e hierarquizáveis.

A bipolaridade consiste na circunstância de cada valor oscilar entre dois pólos, ou seja, de um pólo positivo se colocar simetricamente em relação a um pólo negativo que é o seu contrário (verdade/falsidade; justiça/injustiça; etc.).

A hierarquia, por sua vez, é a propriedade segundo a qual os valores se subordinam uns aos outros em função da valia que cada um tem (preferir isto a aquilo).

Para os filósofos essencialistas ou substancialistas o conteúdo dos valores é absoluto e imutável (o que é relativo é o nosso conhecimento dos valores, este, sim, variável conforme as épocas históricas, as culturas...).

As correntes relativistas, pelo contrário, recusam o carácter absoluto e objectivo dos valores, afirmando a sua historicidade, pois dependem dos contextos culturais, das épocas e dos indivíduos concretos que os produzem.

A distinção entre facto e valor permite, não só a análise da noção de valor e das suas características estruturais, mas a referência a questões como a da natureza, objectividade e subjectividade dos valores.

Resumindo, os valores dependem das relações que as coisas, a que são atribuídos, têm com o sujeito que os atribui, não são, deste modo, uma qualidade que pareça estar no objecto mas na maneira de olhar.

2.1.5 CONCEITO DE LUGAR DO HOMEM

Depois de especificadas, as componentes consideradas inerentes à dimensão do homem, podemos concluir, que o conceito de *lugar do homem* corresponde à relação de dependência que estas componentes estabelecem entre elas.

Ou seja, cada componente não se autonomiza relativamente às outras, elas existem, porque existem em simultâneo. E surgindo uma, as outras são evocadas de imediato.

Existindo um sujeito, está-se perante a representação de uma determinada identidade e cultura, e aptos para a interpretação do meio envolvente, feita através da percepção e actuando sobre ele através da experiência, criando posteriormente um sentido para o que vê, e sente.

O *sujeito*, enquanto representação de uma identidade e cultura. A *percepção*, enquanto mecanismo de apreensão e identificação directa de uma situação. A *experiência*, enquanto actuação sobre o meio apreendido e que se traduz num comportamento de vinculação e apropriação desse mesmo meio. A *interpretação*, enquanto atribuição de sentido à experiência realizada.

E o conceito de *lugar do homem* entendido como um todo dinâmico e indivisível composto pela inter-relação destas componentes e que proporcionam a existência do sujeito, enquanto ser crítico.

Para uma delimitação deste conceito podemos esquematizar o seguinte:



Fig.31 Diagrama do conceito de lugar do homem

2.2 A DIMENSÃO DO ESPAÇO ARQUITECTÓNICO

Para desenvolver a abordagem ao conceito de espaço arquitectónico, começamos por analisar alguns elementos que caracterizam a arquitectura, e que foram evocados aquando colocadas as questões de partida.

Nomeadamente a função, o tempo, a escala, o contexto e o movimento. Outras poderiam ter sido convocadas para a presente discussão. Não as ignorando, por questões metodológicas, foi necessário limitar o campo de estudo, seleccionando apenas algumas.

2.2.1 FUNÇÃO

É a forma do espaço que sugere as acções pelas quais o sujeito descobre um determinado modo de *habitar*. É essa a essência da Arquitectura.

Existem três objectos que coexistem em todas as obras arquitectónicas.

O primeiro é o objecto técnico, que está relacionado com o programa funcional para o qual foi concebido.

O segundo é o objecto simbólico, que remete para a capacidade de representar objectos culturais, constituindo-se como modelo de espacialização da qualidade de «domesticidade» de um espaço, através do juízo tipológico.

O terceiro é o objecto vivido, enquanto acto de habitar, ou seja, o objecto usado como morada através da relação dinâmica que se estabelece entre o sujeito habitante e o objecto habitado no momento em que o objecto é usado pelo sujeito.

Tratam-se de dimensões independentes, e para o presente tema, interessa-nos abordar a dimensão do vivido, entendida como a relação entre o uso do sujeito e o programa funcional do espaço.

Cada acção necessita de um espaço caracterizado de um modo específico. E cada acção resulta de uma determinada função que define a forma do espaço.

Como ilustração, consideramos o diagrama da estrutura funcional do habitar desenvolvido por Norberg-Schulz (1965), em que se destacam quatro áreas funcionais: Cozinhar, Estar, Dormir e Higiene.

De acordo com a obra de Norberg-Schulz intitulada *Intentions in architecture* (1965), uma das funções primordiais de um edifício prende-se com a questão do controlo físico, da ideia de abrigo delineando um exterior e um interior.

Este controlo físico consiste nas relações entre edifício e envolvente. E esta envolvente afecta o edifício, e precisa de ser considerada e controlada.

Por outro lado, um edifício é determinado pelas acções que nele vão decorrer. E de acordo com as suas funções, as necessidades de comer, de iluminação, etc., mudam.

As funções não só definem a escala do espaço, mas também a forma.

A forma é determinada pelo facto de a maioria das funções consistirem numa série de acções que estão associadas a diferentes localizações (âmbito geográfico), mais ou menos complexas, mais ou menos independentes.

A estrutura funcional de um edifício pode ser designada por «tema funcional». Este tema nunca pode ser estudado isoladamente, e as suas funções estão sempre relacionadas com os aspectos funcionais da envolvente.

Desde o mais pequeno utensílio ao ambiente geográfico, existe uma continuidade funcional. Os artefactos servem acções que estão relacionadas com a «estrutura arquitectónica».

Tais acções podem ter uma certa independência, mas elas sugerem outros sistemas superiores, como os bairros, que por sua vez se podem tornar em núcleos maiores, como as cidades. Estes sistemas são caracterizados como «níveis funcionais», definidos por propriedades individuais.

E a arquitectura dispõe destes «níveis funcionais», que se assumem enquanto categorias formais que a identificam, como a distinção interior/ exterior, a massa, o espaço, etc.

Na forma identificamos, à partida, três funções essenciais, a retórica (para se defender perante o objecto e o mundo), a tipológica (reconhecimento da função do objecto) e a poética (arquitectura como linguagem). Concentremo-nos na tipológica.

“A arquitectura é sempre uma matéria concreta. A arquitectura não é abstracta, mas sim real. Um esboço, um projecto, desenhado em papel, não é arquitectura, mas apenas uma representação mais ou menos imperfeita de arquitectura, comparável às notas da música. A música necessita da apresentação. A arquitectura precisa da execução. Então forma-se o seu corpo. E este é sempre sensual.”⁶¹

A presença material é o primeiro signo da arquitectura, mas esta não se reduz a tal, já que é dotada de qualidades sensíveis, no sentido de se tratarem de qualidades que ultrapassam a percepção indiscriminada para se orientarem de forma directa para a estimulação de uma consciência estética ao conferir valores sensitivos. Este percurso determina a identificação do objecto/ forma como conjunto de qualidades sensíveis.

2.2.2 O TEMPO

A percepção do tempo e do espaço constituem uma orientação do sujeito enquanto “o Homem no mundo e o Ser no universo”.⁶²

⁶¹ ZUMTHOR, Peter: *Pensar a arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili, 2005, p.54

⁶² RODRIGUES, Maria João Madeira: *o que é arquitectura*, Lisboa, Quimera, 2002, p.28

O eixo tempo permite, pela axialidade formada, situar o sujeito no seu devir. E o espaço, é o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível. É uma situação assumidamente orientadora.

A noção de lugar aparece indissociável da noção de tempo. O lugar é um depósito de tempo. O mais importante referencial para o tempo em termos de lugar é, provavelmente, a demarcação entre o passado, presente e futuro, ou seja, entre memórias, experiências e expectativas.

Ignasi Sola Morales, nos seus últimos ensaios também percebeu essas diferenças, “os lugares da arquitectura actual não podem ser permanências produzidas pelas forças da *firmitas* vitruviana. São irrelevantes os efeitos de duração de estabilidade, do desafio da passagem do tempo. É reaccionária a ideia de lugar como cultivo e entretenimento do essencial, profundo, de um *genius loci* difícil de acreditar numa época de agnosticismo”.⁶³

Tuan (1997) associa, de forma vinculativa, a ideia de lugar à noção de tempo afirmando que um lugar é uma pausa no tempo, conjurando, neste sentido, a ideia de um lugar ser um produto psicológico e material, mais «vivido» quando experimentado «aqui e agora». Assim, a qualidade e a intensidade da experiência importa mais do que a duração.⁶⁴

Tuan relaciona o tempo e o lugar de três formas. Adquirimos afeição a um lugar em função do tempo vivido nele. O lugar seria uma pausa na corrente temporal de um movimento, ou seja, o lugar seria a parada para o descanso, para a procriação e para a defesa. E por último, o lugar seria o tempo tornado visível, isto é, o lugar como lembrança de tempos passados, pertencente à memória.

⁶³ SOLA MORALES, Ignasi: *Diferencias – topografía de la arquitectura contemporánea*, Barcelona, Gustavo Gili, 1995, p.124

⁶⁴ TUAN, Yi-Fu: *Space and place: the perspective of experience*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1997

Na realidade, com a definição de Tuan acerca do lugar, este pode existir em muitas escalas e modos de ser diferentes. No extremo de uma escala, uma sala de aula preferida é um lugar inserido num lugar maior que seria a sua escola, e no outro, toda uma cidade.

Indica-nos duas características válidas que compõem o lugar, o «valor» que se lhe atribui, e o «tempo», que seria o responsável pelas experiências vividas.

O tempo é essencial à construção do pensamento. O tempo regista-se nos vestígios que deixa na matéria disposta no espaço.

E o espaço lê-se na dialéctica que as formas dispostas estabelecem temporalmente.

A temporalidade, na arquitectura, é dada pela dinâmica da relação entre a função e a forma.

Para as vanguardas arquitectónicas, das primeiras décadas do séc. XX, o espaço não era algo estático, mas sim o que permitia o movimento através de si.

O movimento era a condição indispensável para gerar uma visão cinética do mundo, para construir, mediante os recorridos, qualquer experiência espacial, traduzida em experiência temporal do espaço.

Um lugar é portanto, um espaço recorrido.

Mas, rapidamente, nos damos conta de que o tempo com o que, a partir daqueles espaços, se constroem os lugares, não pode ser só o tempo do recorrido como queriam os modernos (tanto o continuo espaço-tempo de Sigfried Giedion como a dialéctica dinâmica-função de Erich Mendelsohn). Trata-se, sobretudo, do tempo da vida, de tal modo que o lugar é um espaço apropriado, vivido, feito próprio mediante o seu uso.

O decorrer do tempo, é, então, o que permite transformar os espaços em lugares.

Se o lugar se define pelo fluir do tempo, não se pode duvidar que o tempo modifica inevitavelmente as coisas. O tempo dá carácter aos lugares quando estes se utilizam.

Outra questão relativa ao tempo, relaciona-se com o tempo subjectivo, ou fenomenológico, e o tempo objectivo, ou cronológico, defendendo que estes não são coincidentes. Distinguindo, também, a dialéctica complexa e instável entre o «meu» tempo (onde se encontram a minha experiência e expectativas) e «o tempo» (onde se entrecruzam história e ficção).

2.2.3 A ESCALA (LOCAL E GLOBAL)

Outra questão inevitável na reflexão sobre o conceito de lugar é a dialéctica local/global, remetendo de imediato para o fenómeno da globalização.

Este refere-se a processos complexos, operando numa escala global, quebrando limites nacionais, integrando e ligando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando a experiência mais interligada.

É a expressão da mudança no mundo pós-moderno, que enfatiza a descontinuidade, fragmentação, ruptura e deslocação.

“A globalização indica um movimento fora da ideia clássica e sociológica de sociedade, e a sua substituição por uma perspectiva que se concentra em como a vida social é ordenada através do espaço e do tempo.”⁶⁵

Esta nova perspectiva temporal e espacial, resultante da compressão de distâncias e escalas de tempo, estão entre os aspectos mais significantes da globalização

⁶⁵ GIDDENS, Anthony: *O mundo na era da globalização*, Lisboa, Editorial Presença, 2005

afectando identidades culturais. A compressão espaço-tempo⁶⁶ é um argumento importante para o impacto da globalização na identidade, é que o tempo e espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação.

Todos os meios de representação têm que traduzir o seu assunto nas dimensões temporal e espacial.

No entanto, a par da tendência da homogeneização global, existe um novo interesse no local, juntamente com o impacto do global. Assim, em vez de se pensar na substituição global do local, seria mais pertinente pensar numa nova articulação entre o global e o local.

Este local não é, obviamente, para ser confundido com identidades mais antigas, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Mas antes, parece pouco provável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que produza, simultaneamente, identificações de novo local e novo global.

A globalização tem, ainda, um impacto na identidade cultural.

A globalização enquanto processo de mudança na modernidade cria sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Aqui reside a principal diferença entre sociedade moderna e tradicional.

Anthony Giddens (1991) defende que, nas sociedades tradicionais, o passado é honrado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações.

⁶⁶ A “compressão espaço-tempo” é uma expressão cunhada pelo geógrafo inglês David Harvey, referindo-se aos efeitos dos ritmos acelerados dos tempos de produção, dos avançados sistemas de fluxo de informação e comunicação, das racionalizações das técnicas de produção e da emergência e serviços financeiros mundiais. É a espacialização do tempo, ou seja, tornar o tempo redutível ao espaço, para ser pensado em função do espaço. Se a esta redução juntarmos a crescente importância da velocidade da vida quotidiana, ou seja, a relação cada vez mais importante e acelerada entre espaço e tempo, será fácil compreender quais os fenómenos, como a compressão do espaço, são indissociáveis do presente (situação em que se esquece o passado, não se prepara o futuro e, por fim, citando Paul Klee “se mata o presente”).

A modernidade, por contraste, não é apenas definida como a experiência de viver com mudanças rápidas, extensivas e contínuas, mas como forma de vida reflexiva, onde as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas à luz da informação que nos chega acerca dessas práticas.

David Harvey (1989) fala da modernidade não só, enquanto transmissão de uma quebra desumana com qualquer condição precedente, mas caracterizada por um processo infundável de rupturas internas e fragmentações em si própria.

Ernesto Laclau (1990) usa o conceito de «deslocamento». Uma estrutura deslocada é aquela em que o centro é deslocado, e não é substituído por outro, mas por uma pluralidade de centros de poder. As sociedades modernas, segundo Laclau, não têm centro, uma articulação única, ou um princípio organizativo, e não se desenvolvem de acordo com o desdobramento de uma única causa ou lei.

A sociedade, não é um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade. É, constantemente, descentrada ou deslocada por forças que lhe são exteriores.

Giddens, Harvey e Laclau proporcionam diferentes leituras sobre a natureza da mudança no mundo pós-moderno, mas enfatizam a descontinuidade, fragmentação, ruptura e deslocação.

Neste sentido, torna-se pertinente equacionar de que forma são afectadas as identidades culturais locais/nacionais pelo processo de globalização.

A cultura nacional/local é uma das principais fontes da identidade cultural. Esta identidade nacional não é algo que nasce connosco, mas é formada e transformada em relação à representação. A cultura nacional é um discurso, um modo de construir significado que influencia e organiza, tanto as nossas acções como a nossa concepção de nós próprios.

A globalização refere-se a processos complexos, operando numa escala global, que quebra limites nacionais, integrando e ligando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando a experiência mais interligada.

Segundo Giddens, a globalização indica um movimento fora da ideia clássica e sociológica de sociedade, e a sua substituição por uma perspectiva que se concentra em como a vida social é ordenada através do espaço e do tempo.⁶⁷

E as consequências da globalização, nas identidades culturais, são diversas, nomeadamente, as identidades nacionais, ou locais ou particulares, que estão a ser desgastadas, como resultado do crescimento da homogeneização cultural, enquanto novas identidades híbridas estão a tomar o seu lugar.

À medida que as culturas nacionais se tornam mais expostas às influências exteriores, é mais difícil preservar as identidades culturais intactas, e preveni-las de se tornarem enfraquecidas através do bombardeamento e infiltração culturais.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo marketing global de estilos, lugares e imagens, pela viagem internacional, e pela rede global de imagens media e sistemas de comunicação, mais as identidades se tornam desgarradas de tempos específicos.

Doreen Massey (1993), afirma que, a globalização é mal distribuída pelo globo, entre regiões e entre os diferentes estratos da população nas regiões. E partindo do princípio que existem relações desiguais de poderes culturais que persistem, entre o ocidente e o resto do mundo, a globalização (que por definição afecta todo o globo) pode parecer ser, essencialmente, um fenómeno ocidental.

Relativamente à homogeneização das identidades globais, pode-se concluir que, para além da globalização estar associada ao fortalecimento das identidades locais,

⁶⁷ GIDDENS, Anthony: *O mundo na era da globalização*, Lisboa, Editorial Presença, 2005

continua associada à lógica de compressão tempo-espço. Este é um processo desigual, tendo o seu próprio poder geométrico. E que retendo alguns aspectos do domínio global ocidental, as identidades culturais em todo o lado estão a ser relativizadas pelo impacto da compressão tempo-espço.

Parece, então, que a globalização tem, de facto, o efeito de contestar e deslocar as identidades fechadas do centro duma cultura nacional. Tem um impacto pluralizador nas identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, criando identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas, menos fixas, unificadas e trans-históricas.

Hoje, as identidades culturais estão a emergir da transição, entre posições diferentes, que desenham tradições culturais diferentes ao mesmo tempo, e que são o produto dos cruzamentos culturais muito comuns no mundo globalizado.

Alguns defendem que a fusão de diferentes tradições culturais são uma fonte criativa poderosa, criando novas formas mais apropriadas à contemporaneidade. Outros, no entanto, defendem que o hibridismo, com a indeterminação, duplica a consciência e o relativismo que isso implica, também tem os seus custos e perigos.

Actualmente, a globalização parece, nem produzir simplesmente o triunfo do «global» nem a persistência, na sua antiga forma nacionalista do «local». Fortalecida em vários sentidos pelo ocidente, a globalização pode tornar-se parte da história lenta e desequilibrada mas contínua da descentralização do Ocidente.

A globalização da actividade económica é, agora, associada a uma transformação cultural, com um processo de globalização cultural. Trata-se da criação de um mundo instantâneo e superficial. O espaço global é um espaço de correntes, um espaço electrónico um espaço descentrado, um espaço em que as fronteiras se tornaram permeáveis. Com este cenário global, a economia e a cultura são relacionadas intensamente e de uma forma imediata.

A globalização é, igualmente, associada com novas dinâmicas de re-localização. Trata-se de alcançar uma nova relação global-local, intrincadas relações entre o espaço global e o espaço local. A globalização é como juntar um puzzle, é uma questão de inserir uma multiplicidade de localidades na nova imagem do sistema global.

Em paralelo com o tema da globalização, surge o tema da sociedade de consumo. Os objectos, com os quais criamos vínculos, são fruto desse processo de consumo.

Segundo Braudrillard (2005), o consumo surge como modo activo de relação, não só com os objectos, mas também, com a colectividade e o mundo, como modo de actividade sistemática e de resposta global, que serve de base a todo o nosso sistema cultural.

O homem já não se encontra rodeado por outros homens, como sempre aconteceu, mas cada vez mais por objectos. Vivemos o tempo dos objectos, existimos segundo o seu ritmo e em conformidade com a sua sucessão permanente.

Actualmente, somos nós que os vemos nascer e morrer, enquanto que, em todas as civilizações anteriores, eram os objectos que sobreviviam às gerações humanas.

O lugar do consumo é a vida quotidiana. Esta, não é apenas a soma dos factos e gestos diários, a dimensão da banalidade e da repetição, mas antes um sistema de interpretação.

O consumo é um processo de significação e de comunicação, assente num código em que as práticas de consumo se contextualizam e assumem determinado sentido, revelando-se como uma linguagem, e como processo de classificação e diferenciação social, em que os objectos se ordenam como diferenças significativas no interior de um código.

Desta forma, a lógica social do consumo define-se pela combinação de conjuntos de objectos, em que o seu valor é o de relação. Não é o que, aparentemente, ele retém da natureza (a satisfação, o prazer), mas a dinâmica pela qual se separa dela, que o define como código e como sistema de organização.(Lévi-Strauss, 1989).

Agora, que foram relacionadas a identidade cultural com o fenómeno da globalização e com o processo do consumo, interessa, compreender a vida social dos objectos e de que forma estes interagem com a nossa própria identidade.

Surge, então, a noção de troca económica. A troca económica cria valor, e o valor incorpora-se nos bens que são trocados.

Simmel, na obra *The Philosophy of Money* (1907), defende que valor não é uma propriedade inerente dos objectos, mas um juízo feito deles pelo sujeito. Sugere, ainda, que os objectos não são difíceis de adquirir por serem valiosos, mas por resistirem ao nosso desejo de os adquirir. O desejo por um objecto é preenchido pelo sacrifício de um outro objecto, que é o foco do desejo de outro.

Deste modo, a economia é, uma forma social particular que consiste, não só no acto da troca de *valores* como na *troca* de valores. O objecto económico não tem um valor absoluto, como resultado de uma exigência, mas a exigência, como base de uma troca real ou imaginária, dota o objecto de valor.

Segundo Karl Marx, os «bens» consistem numa perspectiva sociológica. O «bem» é um produto entendido, principalmente, para troca, e estes produtos emergem, por definição, das condições institucionais, psicológicas e económicas do capitalismo.

Com base na obra *O Capital* (1867) de Marx, analistas contemporâneos defendem que na maior parte dos usos de hoje, os «bens» são um tipo espacial de coisas manufacturados (ou serviços), e que estando associados somente com modos capitalistas de produção só são encontrados onde o capitalismo penetrou.

O «bem» é, antes de tudo, um objecto exterior a nós, uma coisa que pelas suas propriedades satisfaz os desejos do homem em querer uma coisa ou outra.

Assim, qual é a situação do «bem» na vida social? É a situação em que a sua capacidade de troca por outra coisa é o seu papel social relevante. Os «bens» são, frequentemente, representados como produtos mecânicos de regimes de produção

governados pelas leis de exigência e abastecimento. O fluxo de «bens», em qualquer situação, é um compromisso entre os percursos sociais regulados e as diversões competitivas.

Na realidade, quando tratamos do tema da escala, estamos perante uma grande diversidade de dimensões. Entre eles a escala da forma, relativa à proporção com a envolvente, mas sobretudo, a escala das relações que se estabelecem em função do espaço.

O espaço entendido como campo de acção das consequências da globalização, e cenário do acto do consumo enquanto facto social. Estas dimensões interferem na identidade individual e social, conduzindo a transformações relacionadas com a definição do conceito de local, e de global.

2.2.4 CONTEXTO

O contexto, no âmbito da arquitectura, é um conceito muito complexo, que encerra variados aspectos em simultâneo, e que em diferentes etapas da história, teve diferentes conotações. Basicamente, o termo engloba todos os factores geográficos, físicos, culturais, históricos, sociais e de elementos construídos que caracterizam um determinado lugar onde se vai desenvolver uma obra.

É de referir que o «contexto» é um termo recente na linguagem da arquitectura. Começou a ser aplicado na segunda metade do séc.XX, quando em plena decadência da arquitectura moderna (em que o contexto era quase ignorado), surge um movimento que defende a valorização de todos os factores históricos que incidiam na geração de espaços, nasce o contextualismo, cujos fundamentos assentam no respeito pela envolvente, na integração do novo para não se assumir como uma peça isolada, na criação de uma ordem harmoniosa e no diálogo com a paisagem.

O contexto na arquitectura não é uma consideração superficial, nem uma inovação radical, é antes uma relação visual, forte e eloquente, com a envolvente.

Os edifícios individuais são sempre primeiramente vistos como parte de um todo.

Cada edifício pode, e deve, estabelecer um diálogo com a história, valores e necessidades de um tempo e espaço particular.

O contextualismo cultural caracteriza-se pela preocupação com a cultura do lugar, expresso, entre outros, por Aldo Rossi em Itália, Siza Vieira e Souto Moura em Portugal, e Rafael Moneo e Juan Navarro Baldeweg em Espanha.

Neste sentido, a integração do contexto na definição de arquitectura, é uma das componentes mais discutidas, e evidente da identidade desta. É o reflexo da cultura em que se insere.

2.2.5 MOVIMENTO

Habitamos um mundo em que o movimento pendular diário é muito significativo.

O espaço privado das nossas casas, o espaço urbano constituído maioritariamente por percursos e retalhos de espaços públicos, o território que percorremos quando nos deslocamos de um lugar para outro, é um espaço instável. A velocidade actual das transformações tornou-o um espaço profundamente dinâmico.

O desejo de ultrapassar fronteiras, descobrir, buscar novos conhecimentos, conquistar e dominar outros povos e territórios, não é um fenómeno actual, mas encontramos-lo, desde sempre, na História da civilização humana. Esta busca incessante constitui-se na força motriz que impulsiona o homem nos seus deslocamentos desde os seus primórdios. Esta disposição, ao deslocamento que se observa ao longo de toda a história, vem confirmar que o homem é um perpétuo viajante.

A sociedade contemporânea identifica-se, cada vez mais, com os paradigmas da comunicação, da passagem e transformação, de conceitos que se sobrepõem aos conceitos de permanência e duração.

Na metrópole pós-industrial, o movimento associado à velocidade, é consequência directa da actual necessidade de circulação, e tem proporcionado ao «homem instalado» uma nova forma de se relacionar com os lugares. A percepção da distância está ligada à velocidade a que nos deslocamos e a que comunicamos. A velocidade é uma condição que relativiza o espaço, transformando profundamente o território.

Os habitantes da cidade deslocam-se, e situam-se no espaço urbano. Este deslocamento excita a imaginação, suscitando lembranças e emoções. Faz reviver experiências passadas, e leva ao encontro de referências pessoais, e dos lugares de memória social.

Ao interromper o fluxo da exploração do espaço na sua superficialidade, fixando-se num ponto, a memória desencadeia a vertigem da profundidade.

Esse caminhar é uma forma de deslocamento que torna invisíveis os marcos, as fronteiras simbólicas e as zonas de passagem.

O aumento dos espaços de transição está a misturar as relações significativas entre arquitectura e a sociedade. Como a manifestação espacial dos interesses dominantes ocorre em todo o mundo e por intermédio das culturas, o abandono da experiência, história e cultura específicas para a formação de significado está a conduzir à generalização da arquitectura a-histórica e a-cultural.

O espaço é um espaço corporal, um espaço de identidade. O ser humano é um ser espacial, a sua consciência das formas físicas é sempre plurifacetada por se movimentar constantemente no espaço.

Cada um de nós tem uma ideia diferente sobre a organização do espaço num determinado território, e a essa ideia corresponde uma imagem, um espaço de interpretação mental, um espaço simbólico. Este é constituído, ao longo do tempo, a partir de informações do tipo mais variado, onde se sobrelevam as experiências vividas nos locais, com maior ou menor intensidade.

Desta forma, o movimento é uma das características que a forma construída tem que integrar para poder dar resposta aos novos fluxos e programas funcionais que aí advêm.

2.2.6 CONCEITO DE LUGAR ARQUITECTÓNICO

Analizadas algumas das componentes que caracterizam a arquitectura, exploramos, agora as relações que estabelecem, no sentido de definirem o conceito de *lugar arquitectónico*.

Uma vez que o lugar é, o espaço dotado de valor pelo homem, estando este contemplado naquele, em presença física, ou simbólica, propõe-se, como estrutura para o lugar arquitectónico, a intersecção de três contextos, o espacial, o ambiental e o humano. Transitando, entre estas três esferas, está o elemento tempo.

Apenas com a relação entre estas três esferas, um espaço se torna um lugar. Sem os atributos humanos, o espaço não é um lugar, mas apenas um local onde todos os atributos espaciais e os ambientais interagem, sem os valores humanos.

Deste modo, o contexto humano é fundamental no sentido da arquitectura ser significada.

Este contexto é aqui entendido como a interacção do homem no universo espacial, influenciando, modificando e concedendo valores aos contextos espacial e ambiental. À medida que o homem se movimenta, o seu corpo explora o ambiente envolvente. Atribui valores e significados, apropria-se do espaço, e guarda-o na memória.

O contexto espacial refere-se às questões relativas ao espaço tridimensional, em termos de morfologia, e que foram caracterizadas anteriormente. A função, a escala, o contexto, o movimento, os elementos que o compõem e, as relações de configuração espacial que se estabelecem.

O contexto ambiental diz respeito às características da localização onde se encontra o espaço. Não só são consideradas as climáticas (quantidade e a qualidade da luz natural, a caracterização do céu, a orientação solar, a incidência eólica, a temperatura do ar, a humidade do ar, as precipitações, os sons naturais), como também as geográficas (latitude, longitude e a altitude onde se localiza a região) e as culturais (espaço construído em função de determinados valores e princípios inerentes a uma determinada identidade).

O elemento tempo exerce influência sobre estes contextos. Por exemplo, ao longo do dia o ambiente visual de um espaço modifica-se pela variação da luz.

Por conseguinte, o movimento do corpo e a percepção cinestésica são regidos também em função do espaço disponível e percorrido, e do tempo necessário para a execução destas tarefas.

Um lugar arquitectónico é, portanto, um espaço construído susceptível de transformar o objecto, em qualquer momento, numa transmutação poética, afectiva e simbólica no limite da qual o lugar afasta-se, ao mesmo tempo, que é o espelho e a objectivação do prazer substancial de viver.

O lugar arquitectónico é o construir que se interioriza no habitar. A espacialidade do homem procede do seu «ser» e do seu mundo, que o constitui enquanto presença.

Para uma teoria arquitectónica do lugar é, então, necessário compreender os modos de construir e a sua relação com a articulação formal.

A estrutura do lugar torna-se manifesta como totalidade ambiental, que compreende os aspectos e carácter do espaço.

O lugar arquitectónico resulta, então, da interacção entre o contexto formal, ambiental e humano, num determinado tempo.

Esquematizando:

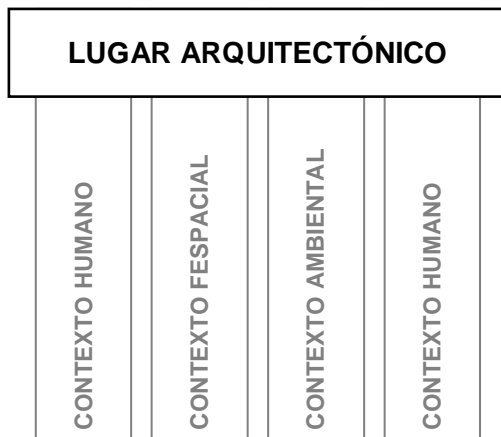


Fig.32 Diagrama do conceito do lugar arquitectónico

2.3 A ARQUITECTURA ENQUANTO RESPOSTA AO LUGAR DO HOMEM: PROCESSO DE «LUGARIZAÇÃO»

Neste ponto, pretendemos entender em que medida a arquitectura dá respostas às necessidades e às funções da vida humana. Para tal, relacionamos as duas dimensões desenvolvidas, a dimensão do homem e a dimensão do espaço arquitectónico, no sentido de estruturar o processo da construção do lugar arquitectónico, enquanto significação da forma por parte da experiência do sujeito.

2.3.1 «ENCASAR» O ESPAÇO. QUALIDADE DE «DOMESTICIDADE»

A arquitectura para dar resposta às funções da vida humana, terá que proporcionar a qualidade de «domesticidade» ao espaço, ou seja, terá que criar condições ao sujeito para este atribuir significado em função da interpretação sensível que faz do espaço.

«Encasar» o espaço, no sentido de tornar o espaço em casa.

“A arquitectura é, simultaneamente, uma arte e uma técnica: dando forma aos objectos no espaço, ela vai também garantir que esses objectos são realizáveis enquanto edificações que proporcionam locais de habitabilidade aos seus utilizadores.

Deste modo, para além de exibir imagens que se oferecem à nossa contemplação, por assim dizer, não apenas sujeitas à percepção da mera materialidade dos objectos que a suportam, a Arquitectura fornece igualmente ao homem lugares de residência que definem um *habitat* artificial, um ambiente humanizado que serve de «pano de fundo» à sua vida quotidiana. E assim, a obra arquitectónica pode e deve ser apreciada nessa dupla expressão que associa o *formal* ao *construtivo*.⁶⁸

“Como arte, a Arquitectura responde a certas necessidades do homem, que é o utente efectivo das suas obras e cuja evolução das modalidades do habitar determinará as sucessivas alterações pelas quais o objecto arquitectónico se actualiza, por um lado, enquanto edificação, comportando uma estrutura espacial vivencial, e, por outro, enquanto representação social, veiculando imagens colectivamente significativas. Como técnica, ela vai assegurar que através de todas essas alterações serão mantidos os padrões de «habitabilidade» que caracterizam, em cada momento, o paradigma arquitectónico dominante.”⁶⁹

A casa resulta da construção no espaço, através da manifestação de territorialidade, da apropriação de determinado espaço sobre o qual o corpo tem determinado comportamento.

Surge a criação de uma espécie de abrigo, ao que podemos designar por «morada», sendo esta o local onde o «em casa» acontece.

O espaço definido pela casa é um espaço qualificado que, na medida dessa qualificação, se torna reconhecível por quem o utiliza enquanto espaço que acolhe a «domesticidade».

⁶⁸ JORGE, José Duarte Gorjão: *Lugares em teoria*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p.35

⁶⁹ JORGE, José Duarte Gorjão: *Lugares em teoria*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p.38

“Não a casa como uma coisa, mas a casa como morada, como *construção simbólica* no espaço. Porque, nessa medida, a minha casa é um depósito de *memórias e expectativas*.”⁷⁰

“A casa torna-se, portanto, a *forma* onde se desenvolve a habitação (enquanto acto de habitar) daqueles que a usam em conformidade com os seus respectivos estatutos dentro do grupo, familiar ou outro, ao qual pertencem.”⁷¹

Esta forma não se reduz à materialidade, ao desenho ou a uma lógica de organização. É uma espécie de narrativa que se confirma, e que se renova, através de cada acontecimento na vida dos seus habitantes, porque permanece identificável enquanto forma, e identifica quem a habita a partir dos tipos de uso que permite.

“A casa é um abrigo. Mas nunca um abrigo circunstancial que, numa situação transitória, nos defende de agressões do ambiente, porque senão qualquer objecto, como uma árvore ou uma simples reentrância numa rocha, poderia assumir esse papel com igual ou maior eficácia do que uma edificação humana concebida para tal propósito.

Poder-se-á sempre argumentar contrariamente, fazendo notar que podemos instrumentalizar os elementos da geografia local, por exemplo uma gruta, com o objectivo de os tornar abrigo.

Apropriamo-nos desse elemento dando-lhe o carácter que deve ter de acordo com um programa de uso da exclusiva responsabilidade do utilizador. O programa não está no elemento, mas apenas na mente do sujeito, e o tipo de funções práticas que aí se cumprirão não coincide com aquelas que uma casa, como morada, permite cumprir.

⁷⁰ JORGE, José Duarte Gorjão: *Lugares em teoria*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p.94

⁷¹ JORGE, José Duarte Gorjão: *Lugares em teoria*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p.96

O que «em casa» implica não é o habitante que descobre a forma na qual inscreve as suas acções mas sim a forma que sugere as acções pelas quais ele descobre um determinado modo de *habitar*.

A arquitectura enquanto relação, e não apenas como objecto, define o modelo a partir do qual se espacializa em cada um de nós o sentido de domesticidade.”⁷²

A arquitectura não é apenas uma estrutura abstracta que podemos adaptar a um determinado dispositivo espacial para conseguirmos habitar o espaço, mas uma modelação de lógicas funcionais e simbólicas do habitar.

A casa constitui o centro, a partir do qual, o sujeito traça os eixos das suas deslocações. A casa põe em relação o «eu», o «aqui» e o «agora». E a partir daí, orienta o sujeito no espaço. Constitui o lugar de referência. E, neste sentido, a casa é um depósito de memórias e de expectativas.

A relação sujeito-casa implica que ela tem de se adaptar ao sujeito porque é uma expressão específica deste, depositando-se nela a imagem social do indivíduo. Dentro dela realiza-se a tal «domesticidade», fora dela realiza-se a publicidade, permitindo, deste modo, a construção de uma representação do ser privado e, em simultaneamente, do ser público.

A casa, enquanto forma construída, é o suporte físico do espaço abrigado habitável e o cenário do processo de representação, e tem que responder de modo eficaz, como dispositivo de uso, aos hábitos, aos desejos, às expectativas, etc., do indivíduo.

A casa enquanto espaço habitado deve permitir a estruturação das relações que se estabelecem entre todos os seus habitantes.

⁷² JORGE, José Duarte Gorjão: *Uma casa não é uma tenda*, Lisboa

2.3.2 NATUREZA DO LUGAR ARQUITECTÓNICO

Ao pensarmos no lugar arquitectónico, evocamos a relação entre o edifício, a envolvente e o sujeito. Estas três realidades não são independentes das suas relações, pois nem o edifício, nem a envolvente e nem o sujeito são prévios à relação, sendo esta relação, e não o somatório das partes, que constitui e caracteriza o próprio lugar.

O lugar não é objectável a um nível físico. Para além de não ter limite definido, o mesmo lugar não tem uma só forma, tal como não tem uma só figura.

Se entendermos por forma o aspecto exterior de um objecto, uma vez que o lugar se deixa representar de diferentes maneiras, podemos então dizer que o lugar tem forma, ou formas, uma vez que o podemos representar, embora nem sempre da mesma maneira.

O lugar arquitectónico caracteriza-se, também, pelo carácter de acontecimento que lhe é inerente, e que nos remete para uma natureza mutável. Neste sentido, o lugar como acontecimento define-se como algo que ocorre num determinado espaço, e num determinado período de tempo.

Pois a mobilidade do lugar arquitectónico refere-se, ao facto de as relações que esse lugar estabelece com o mundo físico que o rodeia, não serem nem estáveis nem permanentes.

O lugar constrói-se como um todo a partir das suas partes, tornando-se um todo individual, e por isso singular e único. A singularidade e unicidade do lugar resultam, igualmente, da relação do edifício com a envolvente, uma vez que está implícito o conceito de individualidade, ou seja, um lugar nunca é passível de ser repetido, porque se relaciona naquele sítio, daquela maneira (se não fosse assim seria outro lugar) segundo determinada forma de olhar.

Cada intérprete dá uma resposta orientada pela particularidade de cada lugar, uma vez que o lugar é sempre uma resposta associada a um sentido.

A riqueza dos lugares está na diversidade e na unidade, nos diferentes sentidos que podem tomar, na continuidade e na descontinuidade, e nas questões que levantam ao longo do tempo.

No objecto está um sentido que o habita e estrutura a experiência, e o sujeito, na sua dimensão objectiva e subjectiva, está preparado e consciente para este sentido.

“Assim, a significação vive no sujeito sob o modo *a priori*.”⁷³

Com base nestas reflexões, entendemos o conceito de lugar em concordância com o arquitecto Norberg-Schulz, ou seja, “O *lugar* é a concreta manifestação do *habitar humano*”.⁷⁴

Dentro deste universo de lugares, existem tipos de lugares qualitativamente diferentes. Tomando, como exemplo, o lugar da casa, e citando Bachelard: “a casa é o nosso canto do mundo. [...] Abriga o devaneio, [...] protege o sonhador, [...] permite sonhar em paz”⁷⁵. A casa, seria então, o primeiro lugar do homem, o seu lugar de referência. Mesmo nela, podemos encontrar um lugar preferido, onde gostamos de ficar, o nosso canto, como diz ainda Bachelard: “não encontramos nas próprias casas redutos e cantos onde gostamos de nos encolher”.⁷⁶

E este lugar será diferente da interpretação de um lugar colectivo.

São as pessoas que vivem a cidade, não se limitando a sofrê-la ou a passar por ela. A realidade da arquitectura é o concreto, a forma, a massa e o espaço, isto é, o seu corpo. A arquitectura não é abstracta, mas sim real, procede por formas e não por ideias.

⁷³ RODRIGUES, Maria João Madeira: *o que é arquitectura*, Lisboa, Quimera, 2002, p.24

⁷⁴ NORBERG-SCHULZ, Christian: *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*, New York, Rizzoli, 1980, p.6

⁷⁵ BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Coleção tópicos. São Paulo, Martins Fontes, 1993, p. 24-26

⁷⁶ BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Coleção tópicos. São Paulo, Martins Fontes, 1993, p. 21

E neste sentido, as experiências arquitectónicas nunca estão constrangidas pelas limitações da percepção literal, elas alcançam livremente o objecto e impõem a unidade. “Vivenciar um objecto arquitectónico é participar na experiência da sua permanente re-conceptualização. Habitar é re-edificar. Habitar é pensar, é construir.”⁷⁷

2.3.3 LEITURA DO LUGAR ARQUITECTÓNICO. DAS RELAÇÕES ENTRE O CORPO E O ESPAÇO NA CONSTRUÇÃO DO LUGAR.

É na observação, na contextualização e na significação do espaço construído que assenta a possibilidade da sua leitura enquanto *lugar arquitectónico*.

Os lugares que interpretamos, são lugares construídos, são fixados e objectivados, mas também são o resultado de uma configuração de elementos subjacentes à linguagem arquitectónica.

É porque o *lugar arquitectónico* se encontra fixado pela construção, resultando de um conjunto de elementos heterogéneos, que se abrem múltiplas possibilidades de leitura.

Desta forma, na leitura do lugar, existe primeiramente a observação deste, através da sua objectivação (objecto fixado materialmente pela construção) e da sua composição (configuração que quer dizer algo, como por exemplo a função, a forma, a proporção, etc). É a sua constatação.

Posteriormente surge a contextualização, que resulta da validação da objectivação, e que origina a explicação.

Esta contextualização determina uma identificação do objecto observado, com base na relação entre o sujeito e o objecto, permitindo, assim, várias leituras consoante o intérprete. É a significação do espaço.

⁷⁷ DELGADO, João Paulo: “O lugar da arquitectura: notas para uma estética da edificação”, p.262-263 in Geha: revista de história, estética e fenomenologia da arquitectura e do urbanismo, Lisboa, nº 2-3, 1999

A significação constitui-se como síntese entre a observação e a contextualização. Resulta da acção do sujeito sobre o espaço, apropriando-o e atribuindo-lhe um sentido.

Como estrutura da leitura do lugar podemos concluir o seguinte diagrama:

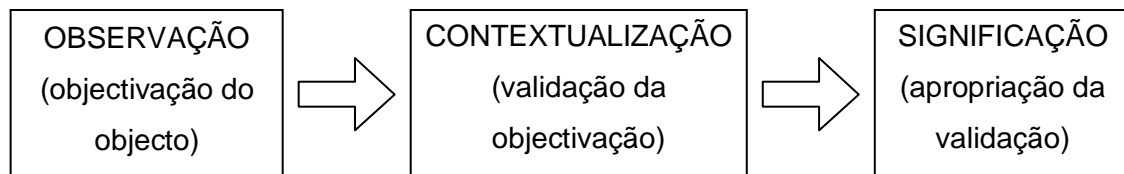


Fig.33 Estrutura da leitura do lugar arquitectónico

O lugar resulta de uma configuração específica, do acto de ser pensado e interpretado por determinado indivíduo, e pelo facto de ser apreendido de diferentes maneiras.

O lugar arquitectónico só existe quando surge a apropriação, caso contrário não existe acto configurante a ser aplicado.

O poder da significação permite que o lugar se dirija à nossa experiência, tanto a que é concretizada no momento, como as nossas vivências anteriores do espaço, ou seja, a nossa memória. Como a experiência é singular e irrepetível, uma obra permite que cada um a viva de forma diferenciada.

A essência do *lugar arquitectónico* encontra-se na síntese que é feita através da criação de espaços e na forma como esses espaços se relacionam, e não no resultado do seu somatório. Por isso, os lugares são sempre diferentes mesmo que interpretados com as mesmas regras.

Na obra intitulada *House as mirror of self* (1995) de Clare Marcus, ela explora as dimensões da experiência «corpo-lugar»:

*“Architecture, through the design of space, creates a virtual community with a certain structure and a certain density. This is what architecture does and can be seen to do, and it may be all that architecture does. If space is designed wrongly, then natural patterns of social co-presence in space are not achieved. In such circumstances, space is at best empty, at worst abused and a source of fear.”*⁷⁸

No contexto do comportamento ambiental e arquitectónico, Bill Hillier, com a sua obra intitulada *Space is the machine* (2004) continua a ter um dos contributos mais marcantes para o entendimento sobre a relação entre as pessoas e o ambiente físico envolvente.

Isto deve-se a um conjunto de fundamentos, nomeadamente, a ligação conclusiva e estabelecida entre o argumento conceptual e a confirmação do mundo real. A relação efectiva entre a teoria e a prática, onde as ideias podem ser traduzidas de imediato na aplicação prática, incluindo a avaliação de um edifício específico e desenho urbano no sentido dos movimentos e percursos e potenciais encontros interpessoais. A procedimentos quantitativos que emergem do mundo da experiência arquitectónica e ambiental, e que ao contrário de tantos outros métodos quantitativos e retratos, representam a estrutura do mundo da vida real.

A tradução criativa destas medidas quantitativas em gráficos expressivos e cartografia que permite aos não-especialistas perceberem facilmente e rapidamente padrões e relações espaciais e ambientais.

A demonstração de que o modo central de como o ambiente físico contribui para a vida humana é através de um padrão especial, ao que Hillier denomina «configuração» - o modo como as partes de um todo relaciona espacialmente e ajuda a criar um campo específico de comportamento espacial e ambiental e determinadas acções em vez de outras.

⁷⁸ HILLIER, Bill: *Space is a Machine*. Cambridge, Cambridge University, 1996, p. 188

Se considerarmos os ambientes construídos como sistemas organizados, a sua primeira natureza é configuracional, porque é através de configurações espaciais que os propósitos para o qual o ambiente construído é criado.

Hillier usa a configuração espacial como um princípio para fornecer uma teoria de arquitectura compreensiva.

Ele examina a raiz da arquitectura, que argumenta ser o uso de entendimento informado, para prover um encaixe entre as necessidades humanas e os aspectos não-discursivos do ambiente.

Depois, faz considerações de regularidades não discursivas entre a configuração espacial e a vida humana, analisando, primeiro, a grelha deformada das cidades tradicionais, posteriormente os estados da habitação pós-guerra, e finalmente, o interior dos edifícios.

Analisa, também, o modo da configuração espacial de bairros urbanos tradicionais em contraponto com o modo como habitação pública do século XX.

Hillier oferece uma contribuição maior para o entendimento da forma como os mundos físico e humano se suportam mutuamente.

E conclui que o arquitecto, enquanto cientista e teórico, procura estabelecer as regras dos materiais espaciais com que o arquitecto, enquanto, artista compõe.

Neste sentido, Hillier interpreta o contexto físico como uma reflexão e condução de uma estrutura social e de interacções.

Fenomenologicamente, esta forma de exprimir a ligação pessoas/ambiente precisa de ser repensada, não porque o ambiente construído seja comportamento social ou vice versa, mas antes, porque a pessoa é mundo, e o mundo é pessoa. Porque o ambiente é experiência, e a experiência é ambiente no sentido em que um ambiente particular apresenta um contributo e reflecte os mundos particulares humanos manifestando um lugar em particular.

Entender o porquê da configuração espacial importa, quando se trata de analisar a experiência dia-a-dia.

Hillier critica o conceito de lugar, que segundo ele, enfatiza demasiadas vezes um localista, perspectiva apenas de um ponto de vista, o que reduz a complexidade multidimensional do lugar urbano a uma coerência visual de edifícios e ruas.

“The current preoccupation with «place» seems no more than the most recent version of the urban designer's preference for the local and apparently tractable at the expense of the global and intractable in cities. However, both practical experience and research suggest that the preoccupation with local place gets priorities in the wrong order. Places are not local things. They are moments in large-scale things, the large-scale things we call cities. Places do not make cities. It is cities that make places. This distinction is vital. We cannot make places without understanding cities. Once again we find ourselves needing, above all, an understanding of the city as a functioning physical and spatial object.”⁷⁹

Existe, actualmente, a necessidade de adoptar o conceito do «fazer um lugar», em oposição ao mero desenho dos seus espaços, e que devia desafiar modos de operar pré-definidos ou tipificados para abraçar uma interacção disciplinar fértil, tanto na definição de princípios teóricos como na realização prática da arquitectura.

O que em arquitectura significa ir além do ambiente físico para enquadrar a dimensão social, organizativa, pedagógica e emocional.

2.3.4 CONSTRUÇÃO DO LUGAR ARQUITECTÓNICO

A construção do lugar arquitectónico acontece pelo habitar, que se expressa pela experiência sobre o espaço, e posterior atribuição de valor.

⁷⁹ HILLIER, Bill: *Space is a Machine*. Cambridge, Cambridge University, 1996, p.151

Para a constituição de um lugar, é necessária a presença do sujeito no espaço, e o que define a construção do lugar arquitectónico é a resposta que a arquitectura dá às necessidades do lugar do homem, que dizem respeito às funções da vida humana.

A «lugarização», enquanto processo de significação, resulta da associação entre a dimensão do homem e a dimensão do espaço arquitectónico.

Esta associação traduz-se na relação entre um plano individual, que corresponde ao mundo do indivíduo, e que é caracterizado pelas componentes identificadas anteriormente (sujeito, percepção, experiência e meio) e um plano colectivo, referente ao espaço, constituído pelos seus contextos humano, ambiental e formal, num determinado tempo.

A relação acontece pela experiência sobre o espaço e consequente atribuição de sentido que o homem confere a este.

A atribuição de sentido acontece pela leitura do lugar que o homem realiza e que se desenvolve em três etapas (observação, contextualização e significação), permitindo atribuir um valor em função de critérios de juízo que assentam nas respostas que a arquitectura concede ao homem, no sentido, de lhe proporcionar a satisfação das funções da vida humana.

Podemos sintetizar este processo no seguinte esquema:

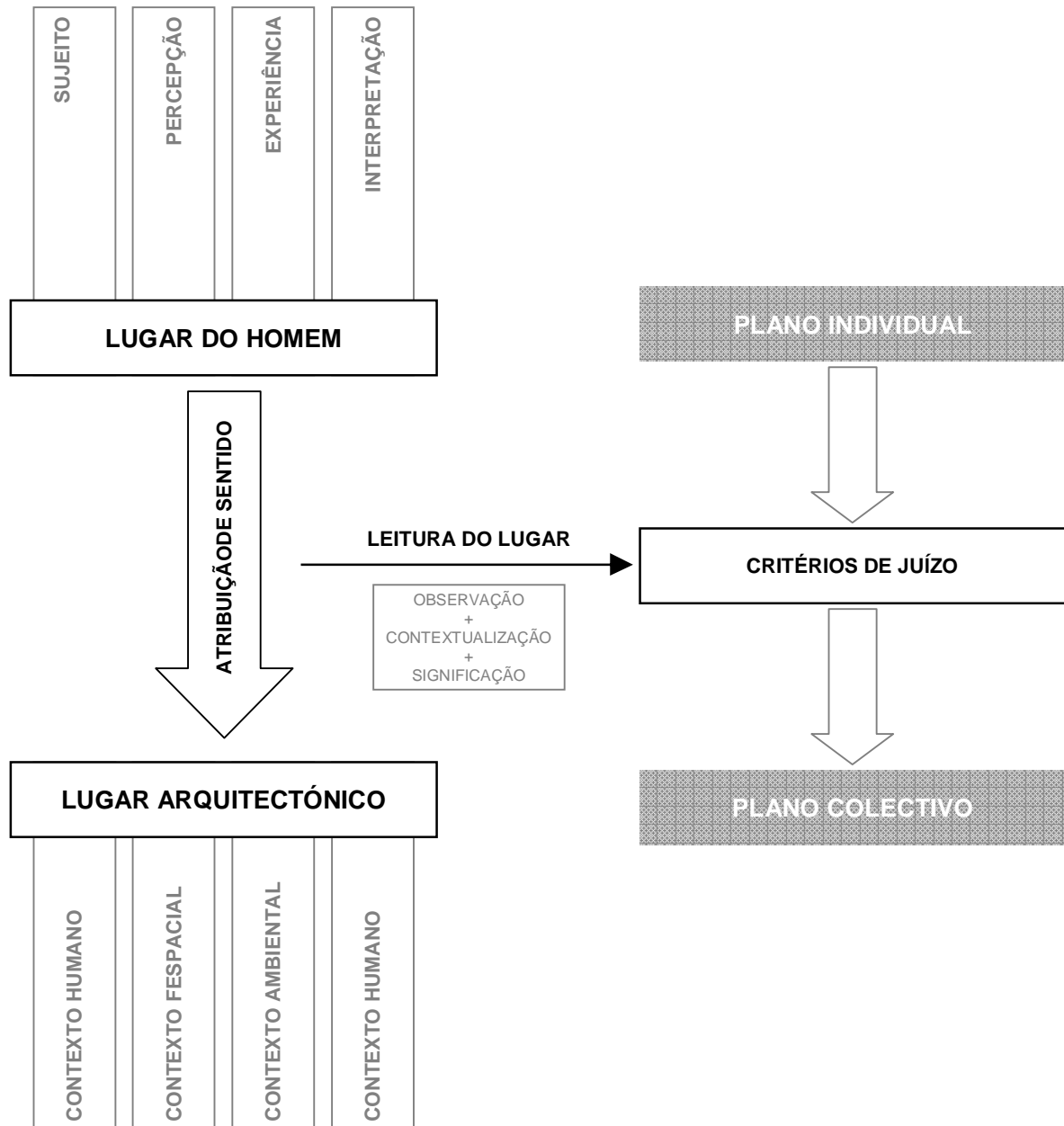


Fig.34 Processo de construção do lugar arquitectónico

2.3.5 CRITÉRIOS DE JUÍZO

Numa análise não quantitativa, mas qualitativa, dos espaços, com o objectivo de entender a construção de significado num determinado espaço, recorrer a critérios de juízo parece-nos a melhor forma de analisar a experiência do sujeito no espaço, e na leitura que faz do lugar.

Consequentemente, podemos constatar que, ao significar o espaço, actuamos sobre o meio envolvente, interpretando-o, e submetendo-o a determinado juízo de valor.

Estamos perante a componente colectiva do espaço através da sua representação, e em simultâneo, da carga individual, que se traduz nas diferentes leituras que cada sujeito poderá concretizar pelas variadas formas de olhar o lugar.

O meio envolvente é uma representação do espaço, traduzido pelas características inerentes à arquitectura, algumas das quais referidas anteriormente, tais como a forma, a função, o tempo, a escala, o contexto e o movimento.

E ao actuar sobre o meio envolvente, formulamos juízos de valor sobre estas componentes objectivas do espaço. Estas componentes, designámos por plano colectivo, por serem identificadas por todos os sujeitos de um mesmo grupo, e por serem resultado de uma determinada cultura.

Estes juízos de valor são efectuados considerando a resposta que o espaço dá às funções da vida humana.

É com a resposta positiva a estas funções que medimos a habitabilidade/ «domesticidade» do espaço, e que por conseguinte atribuímos significado.

Identificámos algumas teorias sobre estas funções, em três autores distintos.

Em 1933, durante o IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM) divulga-se a Carta de Atenas, que adopta um modelo universal de «cidade funcional», cuja figura principal foi Le Corbusier.

É redigido um conjunto de princípios gerais que propõe o traçado das cidades, segundo uma implantação desenhada através de zoneamentos selectivos. Estes zonamentos são estruturados por uma divisão de áreas que respitam quatro funções essenciais da vida urbana, o habitar (no sentido da habitação, da casa), o trabalhar, o circular e o recrear.

Posteriormente, Norberg-Schulz, em 1965, na sua obra *Intentions in architecture*, desenvolve um esquema sobre a estrutura funcional do habitar, aqui também entendido como referente ao espaço doméstico, e que considera quatro funções básicas: *Hygiene*, *Sleeping*, *Kitchen* e *Living* (desenvolvido no capítulo 2.2.1.).

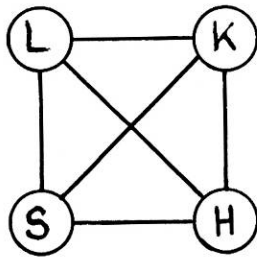


Fig.35 The functional zones of a simple dwelling: Kitchen, Living, Sleeping, Hygiene. (Norberg-Schulz, 1965)

Também no início dos anos 60, e a propósito da temática sobre motivações e necessidades que o homem desenvolve a partir do meio que o envolve, para encontrar um equilíbrio, A. Maslow identifica um conjunto de necessidades humanas, hierarquizando-as em sete níveis, criando a denominada «pirâmide das necessidades».

Segundo ele, o comportamento humano visa reduzir a tensão que uma necessidade insatisfeita provoca, e a satisfação dessa tensão permite ao homem restabelecer o equilíbrio.

A ordem em que apresenta os diferentes níveis significa que, quanto mais perto da base, maior é a energia utilizada pela necessidade para a sua satisfação.

Por outro lado, as necessidades mais elevadas só surgem quando as mais baixas vão sendo satisfeitas.

No entanto, o posicionamento destas necessidades pode variar consoante o sujeito, e pode existir mais do que nível a actuar, em simultâneo, no comportamento do indivíduo.⁸⁰



Fig.36 Pirâmide das necessidades (A. Maslow)

Com estas perspectivas, verifica-se que, de facto, o ser humano não mantém a sua existência apenas pela presença de condições materiais objectivas, como a alimentação, o vestuário, a «casa», ou seja, pela manutenção da vida física e material, mas incorpora, de modo indissociável, a dimensão da vida subjectiva, a qual surge e se desenvolve a partir dos dados e exigências da matéria.

Desta forma, e como síntese destas abordagens, delimitamos um grupo de funções, organizadas em duas categorias, as funções espontâneas e as funções culturalizadas.

É de salientar, que esta abordagem considera uma análise, e uma crítica, sobre um grupo de indivíduos específico, delimitamos o campo de estudo à sociedade urbana ocidental.

Estas duas categorias surgem em sequência da dialéctica entre razão e emoção desenvolvida por António Damásio(1994).

⁸⁰ MUGA, Henrique: *Psicologia da arquitectura*, Lisboa, Gailivro, 2005, p.99-102

As funções espontâneas estão associadas às necessidades básicas do ser humano, encaradas como condições de sobrevivência. Elas são naturais e automáticas.

“A sobrevivência de um dado organismo depende de uma série de processos biológicos que mantêm a integridade das células e tecidos em toda a estrutura desse organismo. (...) Praticamente todos os comportamentos que resultam de impulsos e instintos contribuem para a sobrevivência quer em termos directos, através da execução de acções de preservação da vida, quer em termos indirectos, através da criação de condições vantajosas para a sobrevivências ou da diminuição da influência de condições potencialmente adversas.”⁸¹

Transportando esta perspectiva para o âmbito da arquitectura, associamo-la com as funções identificadas por Norberg-Schulz enquanto funções instintivas da vida humana, e que são, cozinhar, estar, dormir e higiene.

Por funções culturalizadas, denominamos aquelas que o homem adquire consoante o contexto em que se encontra, tanto para se sentir realizado relativamente às exigências do meio, como para dar respostas em conformidade com as práticas desse meio. Elas são, na sua essência naturais, no entanto, alteram-se mais significativamente dos que as funções espontâneas, porque são condicionadas pela cultura, sendo submetidas a uma lógica de sistema de valores.

“Existem nas sociedades humanas convenções sociais e regras éticas acerca e acima das convenções, e regras que a biologia por si já proporciona. Esses níveis de controlo adicionais moldam o comportamento instintivo de forma a este poder ser

⁸¹ DAMÁSIO, António: *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1994, p.130-131

adaptado com flexibilidade a um meio ambiente em rápida complexa mutação e garantir a sobrevivência do indivíduo e dos outros.”⁸²

Desta forma, e com base nos esquemas de Le Corbusier e A. Moslow, apresentados previamente, definimos como funções culturalizadas, circular, trabalhar, recriar e comunicar, por as considerarmos exigências da vida que a sociedade contemporânea delineou.

A estas poderão ser sempre acrescentadas outras, se consideradas elementares para a análise do habitar.

Para o desenvolvimento do trabalho, e por questões metodológicas, estas funções foram consideradas «universais», dentro de determinado contexto, que neste caso, é o contexto contemporâneo ocidental.

CIRCULAR

A circulação justifica-se por estarmos perante uma sociedade em movimento constante, caracterizada por deslocações pendulares quotidianas.

Esta circulação é propiciada pelo próprio ordenamento do espaço, ou seja, pelas estradas, auto-estradas, vias de caminho de ferro, aeroportos, etc.

Tornando critico não apenas, as três dimensões espaciais, mas uma quarta, a dimensão temporal, mais exactamente a dimensão do presente.

O ordenamento do território por pesados equipamentos materiais (estradas, vias férreas, etc.) cede hoje em dia o lugar ao controlo imaterial, ou quase, dos meios (satélites, cabos de fibra óptica), controlo este que culmina no corpo terminal do homem, um ser interactivo, emissor e receptor em simultâneo.

⁸² DAMÁSIO, António: *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1994, p.140

Desta forma, o acto de circular associado à ideia de movimento e deslocação assume-se como uma das funções mais expressivas da vida contemporânea.

TRABALHAR

O trabalho, é uma função fundamental na vida de qualquer sujeito na sociedade que vivemos.

É interessante analisar a posição que o trabalho ocupa na vida do homem moderno a partir dos diferentes contextos históricos. Fazendo uma retrospectiva histórica, percebemos que a Grécia Antiga valorizava o ócio para seus cidadãos, o qual somente era possível pela exploração do trabalho escravo. Mas num determinado momento, provavelmente por oposição aos ideais Greco-romanos de ócio, o cristianismo tentou recuperar o valor do trabalho, sem colocá-lo como valor maior da existência.

Em paralelo às transformações nos dogmas religiosos, o sistema urbano-industrial trouxe às práticas laborais da civilização ocidental um novo sentido. O conceito de trabalho medieval, que relacionava o tempo a um carácter sagrado é alterado para um sentido profano a partir da Idade Moderna. *Time is Money*, é a expressão máxima do sistema produtivo capitalista.

A industrialização crescente, os aspectos da produção e da mercadorização do homem são características deste sistema económico, gerando, progressivamente, uma sociedade que ressalta como representação maior da vida o trabalho, sustentando um discurso de atrelamento entre a felicidade almejada e o aumento de produção.

Numa perspectiva materialista, o trabalho é a fonte de toda riqueza, mas também de prazer e realização humanas.

A categoria ontológica do marxismo permite entender que, ao realizar trabalho, o ser humano abandona a dependência para com a natureza e incorpora a aventura do especificamente humano.

Deste modo, o trabalho é produto do homem, e ao mesmo tempo produtor do ser, da cultura e civilização humana. Neste sentido, trabalhar adquire o significado de garantir as condições objectivas e subjectivas para a manutenção e o desenvolvimento da existência do homem, o que só poderia trazer satisfação e prazer.

No entanto, perante um sistema produtivo capitalista, o trabalho deixa de possuir tais possibilidades e expectativas, e consolida-se enquanto fonte de desprazer e tensão, não permitindo a criatividade.

Todos estes motivos consolidam um tipo de trabalho, designado por Marx de trabalho alienado, baseado na exploração do tempo de trabalho do trabalhador e dividindo a sua existência em tempos distintos, contudo, articulados à dimensão da produção necessária ao capital.

Desenvolve-se um tipo de organização social na qual o trabalho é a principal referência de tempo usada pelo indivíduo na orientação de sua vida, tudo gira em torno do trabalho e dos intervalos de tempo entre o exercício do mesmo.

Sob este ponto de vista, não trabalhar retira aos indivíduos a possibilidade de exercerem a cidadania colocando-os à margem do contexto social.

RECRIAR

Aceitar a ideia que o recriar se apresenta como necessidade básica do ser humano é condição *sine qua non* para o entendimento da vida humana, pois tem a possibilidade de transformar qualitativamente a sociedade humana.

O recriar, associado à ideia de prazer, resulta da sociedade urbana moderna sendo produto e agente de cultura.

Com o objectivo de definir este conceito, optámos por perspectivar o prazer enquanto tudo aquilo que se constitui em valor positivo, fim ou objectivo da acção humana. Tanto seja uma acção prática quanto contemplativa e que, referente aos conteúdos

que a envolve, venha abranger os propósitos que formam a globalidade do ser humano, nomeadamente os aspectos lúdicos, intelectuais, interactivos, criativos, estéticos, desportivos, artísticos, sócio-culturais, afectivos, políticos, económicos, etc.

Neste sentido, entender o prazer como uma necessidade supérflua, é reforçar a dualidade clássica entre vida material e vida subjectiva, pois, ao não incluir as condições subjectivas - proporcionadas, entre outros, pelo lazer, como condições essenciais para a manutenção da existência humana, estabelece-se uma separação de mundos que não são opostos, mas complementares.

Como se fosse possível a existência do ser humano e da sociedade humana apenas, e somente, pela existência de condições materiais.

Há, nesta perspectiva, uma preocupação com a manutenção da vida biológica, mas não a manutenção da vida especificamente humana, portanto, vida em sociedade e repleta de interações.

O prazer assume-se como elementar no equilíbrio das funções da vida humana.

COMUNICAR

A comunicação é uma componente indissociável do nosso habitar, cuja implicação na sociedade actual foi explorada por Paul Virilio, no sentido da comunicação virtual.

Ele definiu a era da informática como algo perigoso, porque nos leva à perda da noção da realidade, quebrando distâncias e territorialidades, e proporcionando uma quantidade exagerada de informações.

Afirmou, ainda, que as inovações tecnológicas transformam, modificam e alteram o espaço geográfico em todas as escalas (local, nacional e global) e as relações entre os indivíduos e a natureza.

O espaço geográfico torna-se deste modo, cada vez mais mecanizado com profundas alterações no modo de produzir, nas formas de circulação e de consumo.

Na sua obra *A arte do motor* (1996), ele associa toda a história moderna à invenção de motores. Do motor a vapor ao motor informático e à inferência lógica, passando pelo motor eléctrico e pelo motor a explosão, as relações de produção e nossa informação sobre o mundo foram definitivamente transformadas.

Interessa-nos a sua óptica sobre o motor informático. Com este, a sociedade vai favorecer a realidade virtual, modificando totalmente a relação com o real, no sentido em que permite duplicar a realidade através de uma outra realidade, que é uma realidade imediata, funcionando em tempo real.

Desta forma, entendemos a virtualidade como uma componente elementar e caracterizadora do habitar o espaço hoje.

2.3.6 MÉTODO DE ABORDAGEM

Segundo a perspectiva fenomenológica, “todo o julgamento da sensação emotiva deve ser feito num sentido de raciocínio crítico, e não num processo de associações rígidas, como acontecia no gestaltismo.”⁸³

Apresentadas e justificadas as funções (instintivas e não instintivas) referentes ao plano individual da habitabilidade, interessa relacioná-lo com a realidade concreta sobre a qual fazemos incidir a interpretação subjectiva.

O método de abordagem a este tema, assenta nesta relação, correspondendo ao raciocínio de aplicação de critérios de juízo de carácter individual, sobre factos, referentes ao espaço. O objectivo é, analisar o espaço, segundo os critérios subjectivos identificados e relativos à experiência humana sobre o espaço arquitectónico.

⁸³ CONSIGLIERI, Victor: *A morfologia da arquitectura, 1920-1970* (II volume), Lisboa, Referência/ Editorial Estampa, 1995, p. 214

Para tal, apoiamo-nos na perspectiva fenomenológica. Bachelard afirmou que para estudar os problemas propostos pela imaginação poética é necessário estar presente, “presente à imagem no minuto da imagem”.⁸⁴

A subjectividade da imagem não pode ser compreendida através dos hábitos das referências objectivas. A fenomenologia, enquanto a consideração do início da imagem numa consciência individual, pode ajudar-nos a reconstituir a subjectividade das imagens e a medir a sua amplitude.

A esta realidade concreta estão associadas as características que identificam o espaço, sobre o qual atribuímos juízos de valor. Designamo-la de plano colectivo, porque é a expressão de uma construção feita a partir de princípios estruturais de uma determinada sociedade, e portanto reconhecida por todos os indivíduos dessa sociedade.

Estas características espaciais correspondem às componentes da arquitectura referidas aquando da análise do lugar arquitectónico, e sobre as quais equacionamos a capacidade de construção de significado.

Deste modo, intersectando o plano colectivo referente do contexto físico a estudar, com a construção individual do sujeito, que faz interpretações da arquitectura enquanto facto para formular uma avaliação, ou juízo, subjectivo da «domesticidade» do espaço, chegamos a um eixo estrutural para a aplicação do processo da construção do lugar arquitectónico.

É sempre uma construção subjectiva, pois varia de indivíduo para indivíduo, no entanto, é possível identificar linhas de orientação sobre esta construção subjectiva, pois a elaboração de juízo assenta em critérios equivalentes a todos os sujeitos pertencentes a uma mesma sociedade, e aplicado sobre espaços reconhecidos colectivamente.

⁸⁴ BACHELARD, Gaston: *A poética do espaço*, S. Paulo, Martins Fontes, 2005, p.1

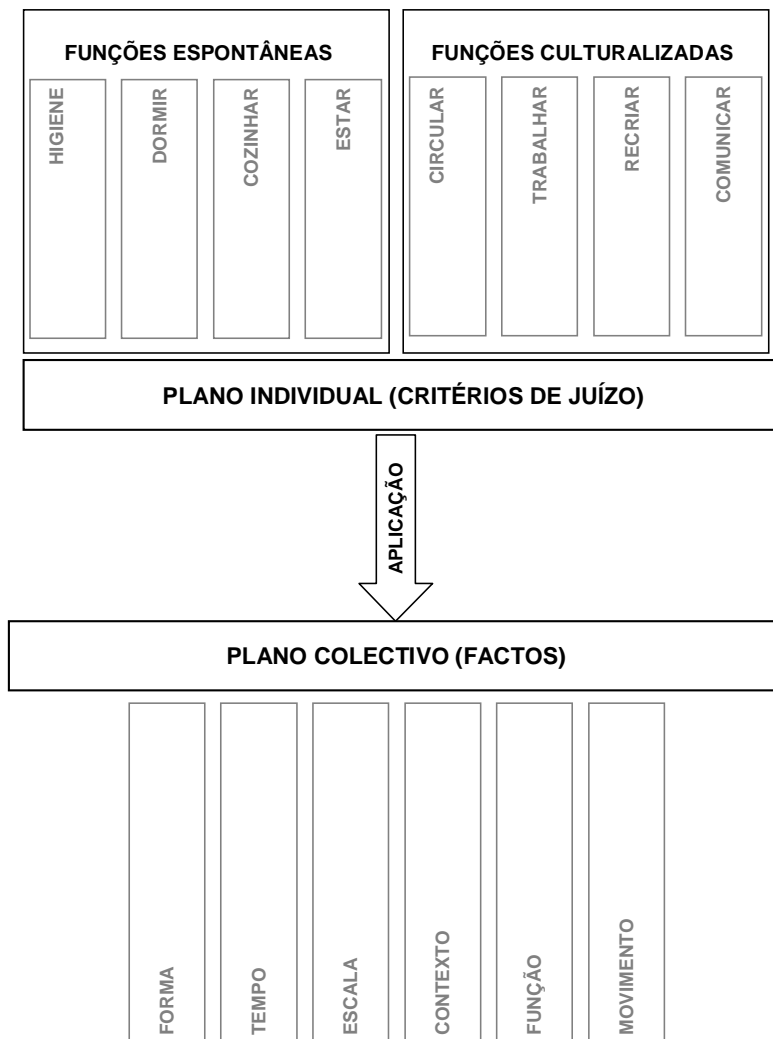


Fig.37 Diagrama do método de abordagem

Com base no raciocínio desenvolvido sobre a aplicação de critérios de juízo, em que se intersectam o plano colectivo do objecto (componentes da arquitectura) com o plano individual do sujeito (componentes que integram a estrutura funcional do habitar) assenta a significação do espaço, e consequente criação do lugar arquitectónico.

Depois das constatações elaboradas, assumiu-se, por questões metodológicas, que os critérios de juízo considerados aquando a avaliação da capacidade de habitabilidade de um determinado espaço, e inerentes ao plano individual, são comuns a todos os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo, que neste contexto, refere-se à sociedade ocidental em que estamos em presença.

São entendidos como constantes sensíveis, sempre presentes nas observações que qualquer individuo realize sobre o espaço, podem é, no entanto, assumir intensidades diferentes consoante quem os interpreta, e consoante o espaço em questão.

Relativamente às componentes do plano colectivo, identificadas previamente, e sobre as quais desenvolvemos um determinado juízo, poderiam ser outras, mas, neste caso, foram estas as abordadas por terem sido consideradas as mais pertinentes para a significação do espaço, com base nas questões colocadas inicialmente a propósito do habitar o espaço contemporâneo.

Desta forma, na parte 2, desenvolveu-se uma abordagem ao método de construção do lugar arquitectónico, a partir da associação do plano humano com o plano da arquitectura, analisando as suas relações.

PARTE 3: ENSAIO

Estando perante o tema da construção mental que o sujeito faz perante um determinado espaço, a tentativa de aplicação prática dos desenvolvimentos efectuados nas duas partes anteriores, será considerada num formato de ensaio, no sentido, em que se procede à análise desta temática segundo uma perspectiva original e subjectiva.

Trata-se de uma aproximação qualitativa da experiência do sujeito, baseada na leitura que este faz do espaço.

Por questões de cientificidade na demonstração, exemplificamos com a experiência directa sobre o espaço em estudo, as abordagens teóricas desenvolvidas previamente.

3.1 OBJECTO DE ESTUDO. CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A observação de diferentes espaços, com características diversificadas ao nível da escala, da tipologia, da função, do contexto, do movimento, do tempo, etc., enunciados na primeira parte, e sobre os quais se colocaram questões relativas ao conceito de lugar arquitectónico, foram o ponto de partida desta investigação.

Neste sentido, e como caso de estudo sobre o processo de construção do lugar arquitectónico, optou-se pela análise de um dos exemplos espaciais apresentados, referido a propósito do tema função, o mercado.

Definem-se, assim, os limites espacio-temporais do objecto de investigação. Temporalmente, optou-se pelo estudo deste conceito na contemporaneidade questionando a forma como habitamos o espaço, tendo em conta as premissas que actualmente o caracterizam.

Quanto à delimitação física, optou-se por analisar o espaço de um mercado, enquanto equipamento fundamental no quotidiano da vida urbana.

A TIPOLOGIA

Distinguímos o espaço do «eu» do espaço «dos outros». Referindo-se o primeiro a um espaço resultante da representação do ser privado. E o segundo à representação do ser público, onde o indivíduo deposita a sua imagem social.

No primeiro realiza-se a «domesticidade», no segundo realiza-se a publicidade.

E é esta segunda tipologia de espaço que passamos a analisar, o mercado enquanto espaço «dos outros», e por isso, espaço relacional e colectivo, onde os referentes são comuns e identificáveis por todos os que o habitam.

Esta escolha justifica-se pela pertinência da dialéctica entre espaço doméstico e espaço público. E tendo a arquitectura funções de carácter público e privado, é esta ambivalência que pretendemos explorar ao nível da experiência do sujeito, e posterior significação.

Sendo o espaço da «casa» a excelência do lugar arquitectónico, ou seja, da capacidade de significação, pois é nela que o indivíduo se reflecte na sua autenticidade, sendo o suporte físico habitável que responde, ou deverá responder, eficazmente como dispositivo de uso, aos hábitos, aos desejos, às expectativas, etc., do indivíduo.

Por contraponto, surge a tipologia do espaço público, por exemplo, um mercado. Um equipamento, aberto a todos, e integrante da estrutura funcional de uma qualquer cidade.

Especificamente, a opção foi o Mercado Municipal de Campo de Ourique.

A. Couto Martins foi o arquitecto responsável pelo projecto inaugurado em 1934, realizando-o em absoluta conformidade com a malha do bairro.

Trata-se de um edifício de desenho simples, implantado num quarteirão, assumindo-se como parte integrante da leitura global do espaço urbano não se destacando da estrutura construída do bairro enquanto elemento autónomo.

Do ponto de vista estético, o próprio autor do projecto reconhece tratar-se de uma obra mais interessada no aspecto funcional e prático. Não tem a pretensão de elaborar o edifício num estilo arquitectónico complexo. Revela uma grande simplicidade e leveza de linhas que se enquadra harmoniosamente no conjunto urbano do bairro. A principal preocupação reside na escolha da cor e proporção que anima o edifício. Assim, evita as grandes massas, e as fachadas apresentam extensos lisos, cuja monotonia é cortada pelo balanço da cimalha e das pilastras.

O aspecto actual data dos anos 80, projecto dos arquitectos José Daniel Santa-Rita, Alberto Oliveira e Rosário Vernade, que apostaram na manutenção da traça original do edifício, imprimindo-lhe apenas alguns elementos decorativos, e a construção de um novo alçado na fachada sul.

Este projecto obedece a um propósito de manutenção da traça original, feita através de retoques e acrescentos que, de uma forma geral, pouco afectam o desenho primitivo.

Segundo a memória descritiva, os objectivos deste projecto são três, ampliação, remodelação e reparação. A ampliação verifica-se na ala sul, de modo a ocupar todo o terreno onde o mercado se encontra instalado, respeitando as características tipológicas e espaciais, ou seja, a proposta da nave central rodeada de lojas, e a marcação compositiva dos cantos e respectivas entradas no edifício.

Quanto à remodelação e reparação, referem-se à conjugação de duas linguagens estilística, a antiga e a nova, isto é, opta-se por uma nova arquitectura, recuperando os valores/vocábulos da arquitectura do mercado antigo através de uma transição por sobreposição, ou por mudança, dos elementos compositivos.

O ENQUADRAMENTO

Especificamente, analisamos o mercado municipal de Campo de Ourique por se encontrar inserido num bairro residencial com uma vocação para o comércio muito forte e antiga, e onde se encontra uma grande diversidade de estratos sociais que desde sempre dialogam.

O crescimento demográfico de Campo de Ourique, a partir do segundo quartel de séc. XX, torna-se notável. O bairro desenvolve-se em duas vertentes sociais, a operária, que habita os numerosos pátios, e a classe média que vive nos grandes prédios.

Ambas participam activamente em determinados períodos interessantes da nossa história. Revoltam-se contra as condições de trabalho e salários vigentes nas fábricas, fazem greves e manifestações contra a participação portuguesa na Primeira Grande Guerra, e protestam contra o aumento dos preços dos alimentos.

Era um bairro popular, mas durante os anos 30 e 40 esta tendência foi contrariada pela fixação de uma classe média com maiores recursos e novos hábitos sociais, o que proporcionou o desenvolvimento de outro tipo de estruturas, de gosto mais eclético do que a maioria das tipologias arquitectónicas existentes.

Campo de Ourique é um bairro modelar, em termos de integração social inter-classes e inter-geracional, de justo equilíbrio entre comércio, serviços e habitação, entre espaços públicos e privados, e proporção humana (ver Anexo I e II).

Desenha-se segundo uma malha geométrica onde não se assumem excepções arquitectónicas. Todas as funções, habitacionais, comerciais e de serviço, estão organizadas de forma equilibrada e formalizadas de um modo integrado. Formalmente trata-se de um bairro com uma estrutura regrada, composto por um edificado uniforme.

É um bairro caracterizado pelo seu quotidiano, dividido entre a ida ao café, ao mercado, à igreja, ou ao jardim, hábitos há muito enraizados na população que o habita. A sua maior qualidade reside na sobrevivência do comércio tradicional e o seu «espírito de aldeia».

“Ao longo de mais de 50 anos, o bairro foi-se desenvolvendo sempre confinado a cinco frentes preexistentes e bem definidas: a Basílica da Estrela, setecentista, o Cemitério

dos Prazeres, de 1833, a Rua Maria Pia, parte da antiga Estrada da Circunvalação, e as estreitas ruas do Sol a Rato, e Silva Carvalho, nascidas no séc. XVIII. No interior deste espaço foram definidas as 17 ruas que o compõem, e que formam, no seu conjunto, uma grelha ortogonal onde alternam vias de circulação e quarteirões, elementos projectados segundo princípios geométricos tão em voga na mentalidade urbanística da época. (...) É precisamente o entrosamento desta estrutura urbana, pontuada por interessantes apontamentos arquitectónicos, com o desenvolvimento de tipologias residenciais voltadas para uma população de baixos recursos económicos, que faz de Campo de Ourique um bairro original na capital. Neste contexto, constituem referências obrigatórias o edifício Arte Nova, onde está inserida a pastelaria *A Tentadora*, principal ponto de encontro de famílias do bairro até meados do séc. XX, o septuagenário Cinema Europa, a Igreja de Santo Condestável, um revivalismo em tempos do Estado Novo, e até a moradia de Manuel Roque Gameiro, Prémio Valmor em 1931, mas também estruturas como o Jardim da Parada, o mercado, o cemitério e até um quartel, cada um deles um pedaço da história e da identidade deste bairro”.⁸⁵

No entanto, é de salientar que, se está perante a análise de um conceito, e não de uma forma específica, pois não existe uma forma concreta do lugar, mas antes atributos da forma arquitectónica que são os fundamentos para a significação do espaço.

O mercado é um exemplo do plano colectivo sobre o qual atribuímos juízos de valor, no sentido da construção individual de significado.

3.2 EXPERIÊNCIA. PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA

Para estruturar a análise do objecto de estudo, apoiámo-nos na fenomenologia, enquanto disciplina que se centra na experiência intuitiva de apreensão do mundo exterior, e que acontece a partir da significação dos acontecimentos que a constituem.

⁸⁵ SILVA, Susana Maia: *O bairro de Campo de Ourique*, em *Arquitectura e Vida*, nº 56, Lisboa, 2005, p.23

Esta pareceu-nos a abordagem mais adequada para este tipo de análise, pois estamos perante uma análise de carácter subjectivo, em que se cruza a experiência do corpo com um contexto construído.

A fenomenologia defende que os objectos não existem independentemente dos sujeitos. Toda a consciência é consciência de alguma coisa, ou seja, não existe consciência sem um objecto de referência, porque um pensamento está sempre «voltado para» algum objecto.

E do mesmo modo que não pode existir um acto de pensamento consciente sem um objecto de referência, também, não pode, então, existir um objecto sem um sujeito capaz de o interpretar e apreender.

Neste sentido, estruturámos a experiência, segundo o método fenomenológico de Husserl (1907).⁸⁶

Este método consiste em três fases, às quais associamos as três etapas, anteriormente desenvolvidas, relativas à leitura do lugar arquitectónico, designadamente, observação, contextualização e significação.

FASE 1 - Descrição do objecto (Husserl) = OBSERVAÇÃO

A descrição do objecto da experiência é elaborada como se tratasse de um primeiro encontro entre o intérprete e o objecto. Esta postura é designada por *epoché*, e que significa pôr em suspensão o que se conhece.

O objecto deve ser descrito como se o sujeito que o experimenta, não soubesse nada a seu respeito, ignorando as memórias e os valores sugeridos pelo objecto em estudo. Nesta fase, o sujeito, não se preocupa, igualmente, em descobrir as causas

⁸⁶ HUSSEL, Edmund: *A ideia da fenomenologia*, Lisboa, Edições 70, 2008

justificativas da existência do objecto. Tem-se o cuidado de não deixar o sentido estético interferir nesta descrição.

FASE 2 - Exploração do objecto (Husserl) = CONTEXTUALIZAÇÃO

Esta fase constitui-se através de perguntas colocadas à fase da descrição, com o objectivo de explorar mais profundamente o objecto em questão.

Esta exploração, permite ao intérprete verificar que, algumas das partes identificadas na descrição podem ser retiradas, sem comprometer a própria estrutura do objecto em análise. A estrutura, é aqui entendida, como o conjunto mínimo de informação que garante a identificação do objecto como tal. Define-se o que é essencial à identificação deste.

Esta fase é concluída com uma nova consciência sobre o objecto da experiência. Neste sentido, o objecto é definido, as partes que o constituem são identificadas, e o conteúdo do que é essencial e do que não é essencial é distinguido.

FASE 3 - Direccionamento da consciência (Husserl) = SIGNIFICAÇÃO

Este direccionamento corresponde ao sentido que o objecto assume perante a consciência do indivíduo.

Na teoria de Husserl, este sentido acontece através de várias modalidades relativas aos processos mentais. Estes processos são conhecidos como afeição (eu sinto), apreciação (eu julgo) e cognição (eu penso). Husserl procura, nesta última fase, o «eu» submerso na experiência.

Assim, a descrição final do objecto da experiência é a consciência do intérprete (eu) e da intencionalidade do objecto (outro).

3.3 ANÁLISE. INTERPRETAÇÃO INDIVIDUAL

A análise desenvolvida teve como base, a experiência directa sobre um espaço específico. Como complemento ao discurso das palavras, são apresentadas imagens

ilustrativas, captadas aquando essa experiência, e que ilustram as diferentes fases da leitura do lugar arquitectónico, a partir da interpretação individual do sujeito..

A experiência foi realizada, enquanto sujeito utilizador deste espaço, com propósitos comuns a todos os outros utilizadores, ou seja, a procura pela satisfação das funções da vida humana.

Esta experiência estrutura-se segundo as três fases referidas no ponto anterior, no sentido de clarificar o processo de construção do lugar arquitectónico, aplicando os critérios de juízo (plano individual) sobre o plano colectivo da arquitectura referente à tipologia em questão.

FASE 1: OBSERVAÇÃO

Nesta fase realiza-se a objectivação do objecto, a sua constatação. É o levantamento da situação, a análise do plano colectivo, que consiste na identificação da arquitectura. Interessa constatar a condição do objecto de modo objectivo, e ainda sem qualquer interpretação.

Desta forma, esta fase será comum a todos os intérpretes desta tipologia espacial.

A função deste equipamento é complementar de toda a estrutura funcional que caracteriza um meio urbano, tornando-o auto-suficiente ao nível da resposta que dá às funções da vida humana.

Nele encontramos todas as actividades comerciais, velhos e novos negócios, para velhos e novos utilizadores.

O mercado de Campo de Ourique tem cerca de 30 lojas viradas para o exterior, entre elas, talhos, lojas de batas, roupa, sapatos, mas também lojas de acessórios de design contemporâneo.

No *Mundo Biológico*, por exemplo, é possível comprar iogurtes de soja, e vegetais com o sabor de «antigamente», e no *Mercado Chocolate*, o desafio é *gourmet*, com *fondues* de chocolate de sabores inigualáveis.

Para além dos produtos disponíveis, a componente humana é igualmente relevante. Permite uma miscelânea de estratos sociais, pondo em contacto ricos e pobres, novos e velhos, cultos e iletrados, num diálogo equilibrado. Com a observação das pessoas apercebemo-nos de rituais e costumes.

Outro aspecto a salientar prende-se com a capacidade que este espaço tem de despertar os nossos sentidos.

Nele vemos (visão), ouvimos (audição), cheiramos (olfacto), sentimos (tacto) e provamos (paladar). E ele caracteriza-se em função de tal. Esta tipologia é das que mais proporciona a activação de todos os sentidos em simultâneo.

Seguem-se algumas imagens referentes a esta fase da experiência, nomeadamente sobre o enquadramento do edifício na envolvente e a sua presença enquanto objecto arquitectónico, das pessoas que o utilizam e que o tornam um «*melting pot*» social, das pessoas que nele trabalham e que lhe conferem a função que o identifica, e dos produtos que nele encontramos e que identificam a função efectiva que este espaço nos proporciona.

São imagens de carácter geral resultado de uma aproximação objectiva ao objecto em estudo.



Fig.38 Sinal informativo



Fig.39 Envolvente Mercado Campo Ourique



Fig.40 Fachada Mercado Campo Ourique

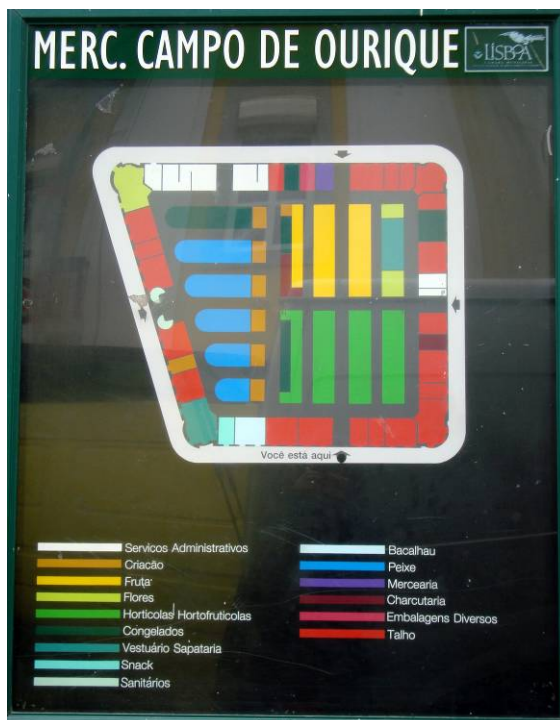


Fig.41 Painel informativo do Mercado



Fig.42 Utentes do Mercado



Fig.43 Utentes do Mercado



Fig.44 Trabalhador do Mercado



Fig.45 Trabalhador do Mercado



Fig.46 Bens de consumo



Fig.47 Bens de consumo



Fig.48 Bens de consumo



Fig.49 Bens de consumo

Sob o ponto de vista fenomenológico, o objecto foi descrito partindo do princípio que o conteúdo desta descrição é comum a qualquer sujeito, não deixando o sentido estético interferir na observação realizada.

FASE 2: CONTEXTUALIZAÇÃO

Nesta fase apercebemo-nos do que caracteriza a experiência sobre este espaço, e o que a distingue de outros espaços.

Caracterizámo-lo enquanto espaço antropológico, considerando as premissas que Marc Augé (1992) delineou para definir lugar antropológico: um lugar identitário, relacional e histórico.

Sendo um espaço colectivo e relacional, identitário e histórico, esta experiência fundamenta-se na relação que estabelecemos com quem o utiliza, com o que o identifica, e com o que ele nos proporciona.

É uma fase da experiência, também, comum a todos os intérpretes pertencentes à mesma sociedade.

Enquanto espaço colectivo e, portanto, relacional, a interacção entre as pessoas com que nos cruzamos, quer as que desempenham o papel de consumidores, quer as que nele trabalham, são fundamentais para a nossa percepção do espaço.

Os mais velhos entram ali quase todos os dias, vêm pela manhã, sendo sinal de um ritmo quotidiano, e os mais novos aparecem mais pontualmente, à procura dos sabores que dizem faltar nos produtos das grandes superfícies.

Enquanto espaço identitário, onde os indivíduos se reconhecem a eles próprios e aos outros, nele encontramos referências comuns a todos, no que diz respeito à função que ele exerce, deparando-nos com produtos de consumo familiares, mais ou menos comuns, resultantes da nossa cultura alimentar, cruzamo-nos com pessoas de estrato social variado, entre os que vendem e os que compram, etc.

Enquanto espaço histórico, existem referências que nos remetem para um tempo passado com a presença de memórias efectivadas pelos costumes, pelas pessoas e pelo espaço em si.

Trata-se de um espaço contextualizado.

De facto, um mercado funciona de igual forma em todo o mundo. É um espaço universal ao nível da sua função e reconhecido globalmente.

Mas, consoante a localização, assume a identidade específica do sítio em que se encontra inserido.

Dando respostas às necessidades específicas de cada sociedade. Nele encontramos produtos, serviços e ritmos diferentes em conformidade com a sociedade em presença.

Distinguimos a localização de um mercado consoante o que nele encontramos. Facilmente diferenciamos um mercado europeu, de um mercado africano, ou de um mercado asiático.

Para ilustrar a presente constatação, apresentamos imagens de tipologias de mercado pertencentes a diferentes culturas, onde podemos identificar o contexto cultural em que se inserem.



Fig.50 Mercado no Gana



Fig.51 Mercado na África do Sul



Fig.52 Mercado na China



Fig.53 Mercado na Turquia



Fig.54 Mercado no México



Fig.55 Mercado na Índia



Fig.56 Mercado de Campo de Ourique

Também enquanto repositório de memórias, o espaço do mercado assume-se como elemento identitário de determinada cultura.

Segundo a perspectiva fenomenológica, nesta fase, o objecto foi explorado com maior profundidade, permitindo-nos seleccionar e identificar as características que o identificam. Constituiu-se uma nova consciência sobre este.

FASE 3: SIGNIFICAÇÃO

Nesta última fase, atribuímos sentido ao espaço através da experiência obtida, conferindo determinado valor em função do plano colectivo.

Esse valor é concebido segundo critérios de juízo que projectam o ideal do espaço interpretado, e que são aplicados sobre as características concretas do objecto em estudo, identificáveis por todos os indivíduos pertencentes a esta mesma sociedade.

Nesta fase, já se constitui uma interpretação pessoal. Consiste numa análise subjectiva do espaço, que varia de sujeito para sujeito segundo a forma de olhar e as expectativas específicas de cada um, independentemente dos critérios utilizados serem universais neste contexto.

Considerando a tipologia do mercado enquanto espaço a analisar, podemos atribuir juízos de valor sobre as componentes do plano colectivo referente à arquitectura.

Mas esta atribuição não acontece em função das partes, mas em função do todo que a arquitectura representa. No sentido em que, por exemplo, não interpretamos o contexto do objecto dissociado da sua função ou da sua escala.

Desta forma, e perante este espaço, analisámos a intensidade que as várias funções da vida humana adquirem com esta experiência.

Justificando-as de forma sintética, analisamos cada função individualmente, através de um breve comentário e imagens ilustrativas.

Iniciamos a análise com a apreciação das função designadas por culturalizadas, nomeadamente o circular, trabalhar, recrear e comunicar.

CIRCULAR

Resulta do próprio movimento de deslocação que implica a acção «ir ao mercado».

Consiste em nos movermos entre o ponto de origem e o ponto de destino, e acontece em função de um determinado tempo.

É um tempo em que se desenvolve determinada actividade, e que em pode ser considerado, em simultâneo, uma pausa na rotina acelerada da existência na sociedade contemporânea, pois trata-se de um momento de paragem, observação e acção, na escolha e obtenção de algo que se traduz em termos de prazer.



Fig.57 «Circular» no Mercado



Fig.58 «Circular» no Mercado



Fig.59 «Circular» no Mercado



Fig.60 «Circular» no Mercado



Fig.61 «Circular» no Mercado

TRABALHAR

No mercado para além da presença dos indivíduos consumidores, encontramos outros, que desenvolvem uma actividade distinta, o trabalho.

É um espaço de trabalho para uns, e ao mesmo tempo, um espaço de lazer para outros.

E este espaço de trabalho caracteriza-se pela especificidade das actividades que nele acontecem. São actividades que todos os utilizadores reconhecem.



Fig.62 «Trabalhar» no Mercado



Fig.63 «Trabalhar» no Mercado



Fig.64 «Trabalhar» no Mercado

RECREAR

O uso do mercado, faz parte da nossa identidade cultural, e portanto, traduz-se numa oportunidade de apreensão cultural.

Entendendo o recrear como uma componente fundamental para o nosso equilíbrio de vida, em complemento das componentes materiais e concretas, a experiência no mercado assume-se como um momento de descontração, no sentido em que procuramos e satisfazemo-nos através da obtenção de bens/ serviços que nos proporcionam prazer.

E também, devido às actividades extra-mercantis que desenvolvemos, pois nesta tipologia, estabelecemos uma relação com os outros.

No mercado interagimos com os outros. É um espaço relacional por natureza, ilustrado, pelo diálogo que estabelecemos com os vendedores, pelo encontro com vizinhos, pela observação de pessoas anónimas, etc., exercendo a nossa publicidade.

Concretizamos, igualmente, algumas acções paralelas, como a pausa para o café, ou o momento para a compra do jornal.

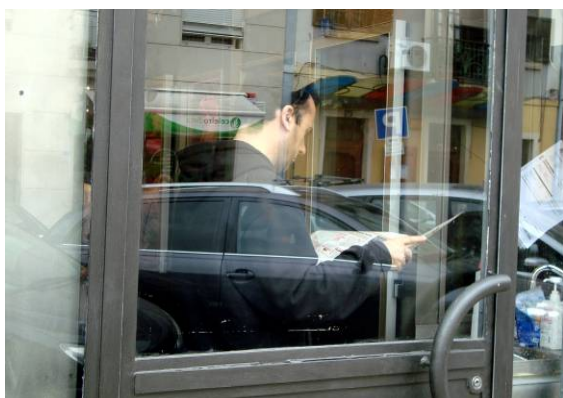


Fig.65 «Recrear» no Mercado



Fig.66 «Recrear» no Mercado

COMUNICAR

Sendo um espaço relacional, é por excelência um espaço de comunicação.

Aqui entendido de forma oposta à comunicação virtual que cada vez tem mais expressão. No mercado, comunicamos através do contacto directo, enaltecendo a escala do local e privilegiando a relação com o real.



Fig.67 «Comunicar» no Mercado



Fig.68 «Comunicar» no Mercado

Analisadas as funções culturalizadas, concentremo-nos agora nas espontâneas.

Estas funções, especificamente, a higiene, o dormir, o cozinhar e o estar, não se manifestaram aquando a experiência nesta tipologia, ou pelo menos, não com a mesma expressão das não instintivas.

Mas esta constatação não surpreende, no sentido em que, de facto, as funções espontâneas estão relacionadas com o domínio do ser privado, e portanto, nas tipologias de espaço privado, de natureza doméstica, elas ganham intensidade.

Desta forma podemos concluir que, perante uma tipologia arquitectónica de carácter colectivo, são as funções culturalizadas, as mais presentes, e que determinam a atribuição de sentido ao espaço por parte do intérprete.

.

3.4 REFLEXÃO CRÍTICA

Para o estudo da arquitectura, o contacto directo com as coisas, e a reflexão sobre a experiência e a teoria do lugar, são de uma importância vital. Pois a obra arquitectónica é, desde logo, obra no mundo, e não obra independente do mundo, sendo o lugar o seu «habitat».

Para além das características formais que identificam um determinado espaço (forma, tempo, escala, função, movimento, contexto, etc.), com a criação do lugar, proporcionam-se outros aspectos que permitem que cada sujeito veja algo que outro não vê, e portanto, o lugar pode adquirir uma multiplicidade de significados, tomando diferentes sentidos, e ganhando uma nova dimensão. E é esta dimensão interpretativa do espaço que o torna capaz de se transformar em lugar.

O lugar é algo mais do que o que se encontra objectivado através da sua construção, e a análise efectuada justifica-o, no sentido, em que o lugar necessita de um sujeito interpretante para o fazer existir.

Foi interessante constatar que, os referentes do plano subjectivo que se destacaram para a formulação de juízos na leitura do espaço do mercado, foram os referentes às funções culturalizadas. Isto porque o mercado, trata-se, efectivamente, de um espaço cultural.

Neste sentido, o lugar é entendido, enquanto a experiência de relação com o mundo, de um ser situado, em relação com um meio.

Sendo, então, o *lugar arquitectónico*, entendido, como resultado da atribuição de sentido por parte da experiência dos seus intérpretes.

E, por conseguinte, a *construção do lugar arquitectónico* é entendida, enquanto processo que estrutura a atribuição de sentido sobre as premissas espaciais em qual assentam os critérios de juízo.

Estes critérios de juízo, assentes em funções, consideradas, neste trabalho, essenciais da vida humana contemporânea, estão presentes em toda a consciencialização de determinada acção. E com base na identificação destas funções, criticamos o espaço.

Este espaço é a arquitectura, e a arquitectura, é aqui assumida, não apenas como objecto, mas enquanto relação que define o modelo a partir do qual se espacializa, em cada sujeito, o sentido de «domesticidade».

Esta «domesticidade» é uma qualidade do espaço que surge em consequência da capacidade de resposta às funções espontâneas, e culturalizadas, da vida humana.

Este espaço, incorpora vários aspectos formais, no entanto, o espaço que habitamos e os lugares que criamos, não se manifestam na sua totalidade se nos limitarmos a explicar os seus aspectos formais, pois apenas estaríamos a descrever objectos arquitectónicos, em vez de compreender os lugares.

Relativamente aos aspectos formais, considerados anteriormente, nomeadamente, a função, a escala, o tempo, o contexto e o movimento, concluímos que estes não podem ser avaliados individualmente aquando a experiência no espaço, pois são atributos da forma arquitectónica indissociáveis, e que só associados têm leitura.

Deste modo, a experiência foi realizada tendo em conta a totalidade das componentes do espaço arquitectónico, designado como plano colectivo, e não apenas sobre a função desse espaço, ou o contexto, por exemplo.

No entanto, é a caracterização do plano colectivo do objecto espacial, que define a atribuição de sentido por parte do intérprete.

Isto porque, cada tipologia espacial, intensifica mais umas funções do que outras, consoante a natureza arquitectónica do espaço em presença.

Ou seja, um espaço doméstico realçará mais as funções espontâneas, enquanto que um espaço colectivo evidencia mais marcadamente as funções culturalizadas.

Esta não simultaneidade de intensidade da presença das funções, pode pôr em causa a capacidade de criação de um *lugar arquitectónico*?

A partir do momento, que exista um plano colectivo, onde o sujeito actua, e sobre o qual interpreta segundo os critérios que considera adequados, criando um sentido segundo o seu modo de ver, estamos em presença da significação da forma, e portanto, da construção do *lugar arquitectónico*.

A intensidade destas funções não depende, apenas das respostas que a arquitectura fornece no sentido de as propiciar, mas encontra-se imanente nos desejos e expectativas de quem a percebe. E variam consoante o olhar de cada um.

Portanto, o facto de não estarmos em presença, de todas as funções com uma intensidade semelhante, o processo de atribuição de significado ao espaço não é condicionado. Na realidade, é esta dinâmica de constatação das respostas às funções que procuramos, que despertam a nossa crítica sobre o sentido que atribuímos ao espaço.

Relativamente à tipologia do mercado, constatamos que o mercado constitui uma síntese que satisfaz as funções da vida humana, porque proporciona uma significação, através da resposta que nos fornece relativamente às funções que nele procuramos, e que encontramos.

O mercado tem uma finalidade que se constitui no valor útil, interpretado de um modo operativo, enquanto função articulada com outras funções estéticas, éticas, ontológicas e artísticas, exercitando um processo de sedução à identidade humana.

Para além da experiência referir-se ao plano visível da arquitectura, interessa, fazer uma alusão ao plano não formal da arquitectura.

Como salienta Norberg-Schulz, o lugar não é uma mera localização onde ocorrem os acontecimentos.

O lugar é uma totalidade significativa, constituída de factos concretos que, em conjunto, formam um determinado ambiente, uma atmosfera própria que se traduz pelo «carácter ambiental».

Mais do que um conceito, o «carácter ambiental» denota um valor, já que um lugar é um fenómeno qualitativo e «total», e que não pode ser reduzido a nenhuma das suas propriedades sem perder de vista a sua natureza concreta (Norberg-Schulz, 1980).

O que se encontra na base da nossa identificação é a agregação destas funções, espontâneas e culturalizadas, enquanto conceito ambiental da vida humana.

Sem uma conceptualização, não existem instintos básicos. Só há sentido da forma a partir do conceito que ela exprime. Sendo este a síntese destas funções articuladas em função de um uso, que pode ser utilitário.

A arquitectura não qualifica, mas antes, permite a sobrevivência em sociedade. Estabelece a lógica, através da qual, nos relacionamos com os «outros». A arquitectura institui uma ordenação do espaço, não sendo, necessariamente, obrigatório existir um edifício. O espaço social é um espaço, também, ordenado pela arquitectura.

Foi a arquitectura que inventou os objectos habitáveis, onde desenvolvemos a vida.

NOTAS CONCLUSIVAS

Segundo uma postura fenomenológica, fazemos enunciados sobre as coisas, sobre as suas relações, sobre as suas mudanças, e exprimimos o que experiência directa nos oferece.

Depois generalizamos, e transferimos o conhecimento para os casos singulares, ou deduzimos, no pensamento analítico, novas generalidades a partir de conhecimentos universais.

Esta dissertação foi desenvolvida assente nesta perspectiva, no sentido em que se tratou, efectivamente, de um estudo sobre o espaço e o habitar a arquitectura, sem objectivos quantitativos, mas com propósitos reflexivos sobre o tema em questão, explorados através da observação e da experiência directa sobre o espaço.

Dado por terminado este percurso de discussão sobre a *construção do lugar arquitectónico, em função da significação da forma arquitectónica na perspectiva da experiência do sujeito*, retomamos o ponto de partida, e reequacionamos a questão essencial que colocámos como base de investigação.

De que modo se processa a construção do lugar, enquanto significação do espaço por parte da experiência do sujeito?

Para formular a resposta, primeiramente, desenvolveu-se uma análise através da observação de diferentes tipologias espaciais, considerando, tanto a componente formal que lhe é inerente, como a possibilidade que contém no sentido da formulação de juízos, explorando a relação entre o sujeito e o meio envolvente, e o modo como o sujeito habita espaço contemporâneo (ponto 1.1.).

E a partir deste ponto, iniciou-se o desenvolvimento do estudo do processo de «lugarização», a partir de delimitações e considerações, fundamentadas em princípios teóricos constatados.

Estas observações, concretizadas através da experiência directa sobre o espaço levantaram, outras questões, relativas a atributos específicos da forma arquitectónica, nomeadamente o tempo, a escala, o contexto, a função e o movimento.

Estes atributos foram, posteriormente, considerados como componentes do plano colectivo, e que identificam a arquitectura enquanto cenário da experiência humana (ponto 2.2.).

A estes atributos podem ser adicionados outros, mas por questões metodológicas limitou-se o campo de desenvolvimento deste tema, explorando apenas alguns conceitos, e âmbitos, relativos à arquitectura, considerados de maior relevância.

Em paralelo com esta dimensão do espaço arquitectónico, cuja síntese permitiu a sua conceptualização, no que denominámos de *conceito de lugar arquitectónico*, foi desenvolvido outro elemento fundamental no processo de significação, o sujeito.

Este elemento foi explorado, segundo as condicionantes que permitem ao sujeito constituir-se enquanto sujeito intérprete, aprofundando as noções de identidade, percepção, interpretação e significação. Designámo-lo por dimensão do Homem. (ponto 2.1.)

Relacionando a dimensão do homem, com a dimensão do espaço arquitectónico, analisando as suas relações, ficámos em presença da possibilidade de criação de sentido por parte do sujeito, em função de determinado espaço.

Para tal, desenvolvemos um capítulo referente à arquitectura enquanto resposta ao lugar do homem, com o objectivo de compreender esta criação de sentido, que denomina-mos de «lugarização». (ponto 2.3.)

A «lugarização» acontece através da qualidade de «domesticidade» que pode ser atribuída ao espaço pela leitura que dele fazemos. Esta leitura foi desenvolvida segundo três fases, a observação (objectivação do objecto), a contextualização (validação da objectivação) e a significação (síntese entre a observação e a contextualização).

Com base nesta sistematização da leitura, e relacionando as duas dimensões referidas anteriormente, explorando a relação entre o corpo e o espaço, estamos em condições de estruturar um método de construção do lugar arquitectónico (ponto 2.3.4).

Este consiste na atribuição de sentido através da leitura do espaço que o homem realiza através da experiência directa, e que se desenvolve nas três etapas mencionadas, permitindo atribuir valores, em função de critérios de juízo, que assentam nas respostas que a arquitectura concede ao homem, no sentido, de lhe proporcionar a satisfação das funções da vida humana.

Estes critérios de juízos são formulados segundo o que denominámos de plano individual, e aplicados sobre o plano colectivo (ponto 2.3.5).

Este plano individual, diz respeito a funções da vida humana, fundamentadas, neste trabalho, em três teorias desenvolvidas por autores distintos.

Designadamente, Le Corbusier (1933) e as quatro funções essenciais da vida urbana, o habitar, o trabalhar, o circular e o recrear, Norberg-Schulz (1965) e as quatro funções básicas referentes ao espaço doméstico: *Hygiene, Sleeping, Kitchen e Living.*, e por último, A. Maslow, que também no início dos anos 60, identifica um conjunto de necessidades humanas, hierarquizando-as em sete níveis, criando a denominada «pirâmide das necessidades», a propósito da temática sobre motivações e necessidades que o homem desenvolve a partir do meio que o envolve, para encontrar um equilíbrio.

Como síntese destas abordagens, delimitámos um grupo de funções, que assumimos, metodologicamente, como fundamentais para o equilíbrio da vida humana contemporânea ocidental, organizando-as em duas categorias, as funções instintivas e as funções não instintivas.

Estas duas categorias surgem em sequência da dialéctica entre razão e emoção desenvolvida por António Damásio(1994).

As funções instintivas estão associadas às necessidades básicas do ser humano, encaradas como condições de sobrevivência. Elas são naturais e automáticas, nomeadamente o comer, o dormir, o estar e a higiene.

As funções não instintivas, são aquelas que o homem adquire consoante o contexto em que se encontra, tanto para se sentir realizado relativamente às exigências do meio, como para dar respostas em conformidade com as práticas desse meio. Definimo-las como o comunicar, o circular, o recrear e o trabalhar.

Esta aplicação de critérios de juízo (plano individual) sobre um determinado facto (plano colectivo) define o método de abordagem à questão da atribuição de significação.

Posteriormente, e em formato de ensaio, pretendeu-se efectivar estes desenvolvimentos através da experiência individual sobre um espaço concreto.

Para tal, a experiência foi estruturada conforme o método fenomenológico de Husserl (1907), associando-o com as três fases de leitura do lugar arquitectónico constatadas anteriormente (ponto 3.2).

Concluimos que a arquitectura, proporciona as respostas às funções da vida humana.

A arquitectura é uma física do espaço, criando mundos onde se dispõem e onde se deslocam as existências.

E é na medida em que a arquitectura toca esta questão existencial, que a consideramos como substância fundamental da vida humana, não sendo apenas uma «representação», ou um «instrumento».

E enquanto cenário da vida humana, a arquitectura refere-se-nos em três ordens, a vivencial, a material e a espiritual, estando todas subjacentes a uma conveniência do objecto às nossas necessidades globais.

Neste sentido, verificámos que, mesmo não se podendo definir uma forma concreta enquanto paradigma do lugar arquitectónico, por estarmos, fundamentalmente, perante uma forma mental construída pelo sujeito em função do que o circunda, pode-se sim, identificar linhas condutoras, sempre presentes, em qualquer significação do espaço por parte do sujeito.

Assim, a abordagem a este tema, assentou na necessidade de uma síntese da conceptualização do habitar através da aferição do processo de «lugarização» partindo do princípio que a arquitectura é a base onde se desenrola a experiência.

Segundo Victor Consiglieri (1995), destacam-se na experiência, dois níveis fundamentais, um de carácter intelectual, e outro, de carácter «físico», relacionado com os prazeres fisiológicos do Homem.

Para a experiência da arquitectura, é o primeiro nível que nos interessa. Este, por sua vez, subdivide-se em percepção vulgar e percepção imaginativa.

Os psicólogos consideram que, a experiência, e a percepção são inseparáveis. Enquanto que a percepção vulgar limita-se à realidade e aos conceitos de ver e acreditar, a percepção imaginativa, não é apenas uma atitude do olhar, mas também um método mental onde se conjugam uma análise, uma psicologia introspectiva e um raciocínio próprio da nossa experiência.

O que se pretende não é «descobrir» os valores do objecto, nem «descobrir» a problemática espacial dos factos, mas antes o gosto e as realizações que constituem as ideias dominantes na nossa teoria de arquitectura e da produção da existência.

E este foi o principal objectivo da presente dissertação, explorar a dimensão individual face à experiência sobre a arquitectura.

Mais do que chegar a conclusões efectivas, pretendeu-se delinear raciocínios e questionar a essência do nosso «ser» conferida pelo espaço que habitamos.

Outro aspecto fundamental, considerado para a clarificação desta temática, foi a condição histórica, que localiza o sujeito num determinado tempo e num determinado espaço, sendo de importância vital para a compreensão e interpretação do lugar.

Ao incluir a historicidade na compreensão da leitura do lugar, entendemos que nenhum sujeito se encontra num modo de ser neutro quando analisa um lugar, mas inserido num contexto de tradição que o marca historicamente num tempo e num espaço.

E todo o desenvolvimento desta dissertação, teve como premissa, a contextualização do sujeito, e dos espaços analisados, considerando uma determinada sociedade num determinado tempo, de modo a poder criar um conjunto de princípios sobre os quais assentaram os pressupostos com que se trabalhou.

Respondendo à questão central colocada no início da presente investigação, podemos sintetizar a resposta com a enumeração de algumas conclusões:

- Estamos perante um valor objectivo do conceito de lugar que é ideal, porque se trata de uma construção individual, no entanto, essa construção é sempre referente ao real, reconhecido pelas características identitárias do espaço em questão;
- A significação do espaço é a resposta que a arquitectura fornece ao lugar do homem, e resulta da experiência e percepção de um determinado espaço, num determinado meio, por um determinado sujeito, num determinado tempo, acontecendo pelo acto de habitar;
- O habitar define-se pela atribuição de valor, que o sujeito confere aos contextos objectivos do espaço, e que ocorre através da leitura do espaço, estabelecendo critérios de juízo para a sua formulação;
- O espaço torna-se *lugar arquitectónico*, sempre que a experiência do sujeito aplica juízos de valor na atribuição de sentido individual ao plano colectivo da arquitectura.
- A «lugarização» resulta da experiência sobre a arquitectura.

Abordar a realidade do habitar, é uma temática pertinente num país com tantos valores paisagísticos e urbanos, e ao mesmo tempo, carente de requalificação desses mesmos valores.

Estudos sobre dimensões, e outros aspectos mais objectivos, no âmbito da arquitectura, estão hoje estabilizados, nomeadamente no Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Mas os aspectos subjectivos, raramente são sistematizados no domínio desta disciplina, possivelmente, pelo facto de se tratarem de construções mentais e, por

isso, particulares, variando de sujeito para sujeito, e portanto, de natureza não mensurável.

No entanto, esta dissertação permitiu reunir conceitos e princípios que investigam esta dimensão individual face à dimensão espacial, e que clarificam a essência desta relação.

E é neste sentido, que este tema permite desenvolvimentos futuros, de modo a aprofundar as noções tratadas. Não só com o objectivo de se saber mais, mas também com o propósito de se pensar mais, sobre a arquitectura e a sua relação com o sujeito.

A arquitectura é, assim, enquanto quadro da existência, a condição de experiência da vida humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA. VV.: *Enciclopédia Einaudi: Local/ Global*, vol. 4, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985

AA. VV.: *Enciclopédia Einaudi: Anthropos/ Homem*, vol. 5, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985

AA.VV.: *Enciclopédia Einaudi: Tempo/ Temporalidade*, vol. 29, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993

AA.VV.: *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, Edição século XXI, vol.18, Lisboa, 2001

AA.VV.: *O Lugar*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2001

ABBAGNANO, Nicola: *Introdução ao existencialismo*, Lisboa, Minotauro, 1962

ABREU, Pedro Marques de: *Os palácios da memória : percurso crítico sobre o restauro da arquitectura*, dissertação para o mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Históricos da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1996

ALVES, Fernando Manuel Brandão: *Avaliação da qualidade do espaço público urbano, proposta metodológica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003

APPADURAI, Arjun: *The social life of things - commodities in cultural perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori: *O lugar da arquitectura depois dos modernos*, São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1993

ARISTÓTELES: *Física*, Madrid, Editorial Gredos, 1995

AUGÉ, Marc: *Os não-lugares, introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Lisboa, Editora 90º, 2005

AUGÉ, Marc: *Para que vivemos?*, Lisboa, Editora 90º, 2006

BACHELARD, Gaston: *A poética do espaço*, S. Paulo, Martins Fontes, 2005

BAEZA, Alberto Campo: *A ideia construída*, Lisboa, Caleidoscópio, 2004

BALLANTYNE, Andrew: *What is architecture?*, London, Routledge, 2002

BAUDRILLARD, Jean: *A sociedade de consumo*, Lisboa, Edições 70, 2005

BENEVOLO, Leonardo: *O último capítulo da arquitectura moderna*, Lisboa, Edições 70, 1985

BENEVOLO, Leonardo: *Introdução à arquitectura*, Lisboa, Edições 70, 2007

BERGER, John: *Ways of seeing*, Londres, BBC e Penguin Books, 1972

BIRD J., CURTIS B., ROBERTSON G., TICKNER L.: *Mapping the futures: local cultures, global change*, London, New York, Routledge, 1993

BIROU, Alain: *Dicionário das ciências sociais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982

BLOOMER, Carolyn M.: *Principles of visual perception*, Londres, The Herbert Press, 1976

BORGES, Pedro Maurício: *O lugar da modernidade*, Provas de Aptidão Científica e Capacidade Pedagógica da Universidade de Coimbra, Coimbra, FCTUC, 1997

BOUDON, Philippe: *Introduction à l'architecturologie*, Paris, Dunod, 1992

BOUDON, Philippe: *Sur l'espace architectural: essai d'épistémologie de l'architecture*, Paris, Dunod, 1977

BURNS, Carol J., KAHN Andrea: *Site matters: design concepts, histories, and strategies*, Londres, Nova Iorque, Routledge, 2005

BUTTIMER A., SEAMON D.: *The human experience of space and place*, St. New York, Martin's Press, 1980

CARDWELL, Mike: *Dictionary of Psychology*, Chicago, Fitzroy Dearborn Publishers, 1996

CASTELLS, Manuel: *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol.I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996

CERTEAU, Michel de: *The practice of everyday life*, Berkeley, Los Angeles e Londres, University of California Press, 1984

CERTEAU, Michel de: *L'invention du quotidien*, Paris, Gallimard, 1990

CHOAY, Françoise: *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1992

CONSIGLIERI, Victor: *A morfologia da arquitectura, 1920-1970* (I, II volume), Lisboa, Referência/ Editorial Estampa, 1995

CORDEIRO, Graça Índias: *Um lugar na cidade : quotidiano, memória e representação na Bairro da Bica*, Lisboa, Dom Quixote, 1997

CRESSWELL, Tim: *Place, a short introduction*, Malden, Blackwell Publishing, 2004

DAMÁSIO, António: *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1994

ECO, Umberto: *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa, Editorial Presença, 2005

ELBC: *Lugar*, pp.652-656 em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* vol.12, Lisboa, Verbo, 1971

FOUCAULT, Michel: *A arqueologia do saber*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987

FORTUNA, Carlos (org.): *Cidade, cultura e globalização*, Oeiras, Celta, 2001

FORTUNA, Carlos: *Identidades, percursos, paisagens culturais*, Oeiras, Celta, 1999

FRAMPTON, Kenneth: *Introdução ao estudo da cultura tectónica*, Lisboa e Matosinhos, Associação dos Arquitectos Portugueses, Contemporânea editora, 1996

FRAMPTON, Kenneth: *Modern Architecture, a critical history*, Londres, Thames and Hudson, 1992

GEPB: *Lugar*, pp.569-572 em Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira vol. XV, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, s/d

GIDDENS, Anthony: *O mundo na era da globalização*, Lisboa, Editorial Presença, 2005

GIDDENS, Anthony: *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1996

GIDDENS, Anthony: *Sociology*, Cornwall (UK), Blackwell, 1998

GIDDENS, Anthony: *A constituição da sociedade*, São Paulo, Martins Fontes, 1989

GIDDENS, Anthony: *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*, Stanford, Stanford University Press, 1991

GIEDION, Sigfried: *Space, time and architecture*, Harvard University Press, Massachusetts, 1967

GIL, José: *A imagem-nua e as pequenas percepções - estética e metafenomenologia*, Relógio d'Água Editores, Lisboa, 1996

GLEITMAN, Henry: *Psicologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002

GREGORY, Richard L.: *Eye and brain, the psychology of seeing*, Oxford, Oxford University Press, 1998

GREGOTTI, Vittorio: *Território da arquitetura*, S. Paulo, Perspectivas, 2004

HALL, Edward T.: *A dimensão oculta*, Lisboa, Relógio d'água, 1966

HALBWACHS, Maurice: *La mémoire collective*, Paris, Albin Michel, 1997

HARVEY, David: *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*, Oxford, Basil Blackwell, 1990

HARVEY, David: *The urban experience*, Oxford, Basil Blackwell, 1989

HAYDEN D.: *The power of place: urban landscapes as public history*, Cambridge, MIT Press, 1995

HEIDEGGER, M.: *A origem da obra de arte*, Lisboa, Edições 70, 1977

HEIDEGGER, M.: *Éssays et conferences*, Paris, Gallimard, 1980

HERBERT, David, THOMAS, Colin: *Cities in space: city as place*, Londres, David Fulton Publishers, 1997

HERTZBERGER, Herman: *Space and the architect: lessons in architecture 2*, Rotterdam, 010 Publishers, 2000

HILL, Jonathan (ED.): *Architecture: the subject is matter*, Londres, Routledge, 2001

HILLIER, Bill: *Space is the machine*, Londres, space syntax, 2004

HILLIER, Bill; HANSON, Julianne: *The social logic of space*, Cambridge, University Press, 1993

HORWIZ, Jamie; SINGLEY, Paulette: *Eating architecture*, Massachusetts, The MIT Press, 2004

HUSSERL, Edmund: *Lições sobre a teoria da significação. Semestre de Verão de 1908*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2007

HUSSEL, Edmund: *A ideia da fenomenologia*, Lisboa, Edições 70, 2008

JANEIRO, Pedro: *A significação na construção e na descodificação da imagem*, dissertação para o mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, FAUTL, 2003

JIMENEZ, Manuel: *A psicologia da percepção*, Lisboa, Instituto Piaget, 2002

JORGE, José Duarte Gorjão: *Lugares em teoria*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007

KOOLHAAS, Rem: *Delirious New York*, 010 publishers, Rotterdam, 1994

KOOLHAAS, Rem, MAU, Bruce: *S, M, L, XL*, 010 publishers, Rotterdam, 1995

KUBLER, George: *A forma do tempo*, Lisboa, Edições Vega, 2004

LEACH, Neil: *A anestética da arquitectura*, Lisboa, Antígona, 2005

LEACH, Neil (ed.): *Re-thinking Architecture*, London, New York, Routledge, 1997

LEFEBVRE, H.: *La production de l'Espace*, Paris, Anthropos, 2000

LEFEBVRE, H.: *Critique de la vie quotidienne*, Paris, L'Arche, 1980

LEFEBVRE, H.: *Du rural à l'urbain*, Paris, Anthropos, 1970

LÉVI-STRAUSS, Claude: *Antropologia estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989

LÉVI-STRAUSS, Claude: *Tristes Trópicos*, Lisboa, Edições 70, 1979

LIPPARD L.: *The lure of the local: senses of place in a multicultural society*, New York, The New York Press, 1997

LYNCH, Kevin: *A imagem da cidade*, Lisboa, Edições 70, 1982

MARCUS, Clare: *House as a mirror of self*, Berkeley, Conari Press, 1995

MARX, Karl: *O capital*, Coimbra, Centelha, 1974

MASSEY, D: *Power, geometry and a progressive sense of place*, p.59-69, em *Mapping the futures: local cultures, global change*, J. Bird, B. Curtis, T. Putnam, G. Robertson e L. Tickner, Londres, Routledge, 1993

MASSORINI, Manfredo: *Ver pelo desenho*, Lisboa, Edições 70, 1982

MAUSS, M.: *Sociologia e antropologia*, vol.2, São Paulo, EDUSP, 1974

MEISS, Pierre von: *De la forme au lieu : une introduction à l'étude de l'architecture*, Lausanne, Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 1993

MELA, Alfredo: *A sociologia das cidades*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999

MERLEAU-PONTY, Maurice: *O olho e o espírito*, Lisboa, Vega, 2004

MERLEAU-PONTY, Maurice: *Fenomenologia da percepção*, São Paulo, Martins Fontes, 1999

MERLEAU-PONTY, Maurice: *Sense and non-sense*, Illinois, Northwestern University Press, 1964

MILANO, Maria (coord.): *Do habitar*, Matosinhos, ESAD, 2005

MILLER, Daniel: *Consumption and its consequences, in Consumption and everyday life*, London – Thousand Oaks – New Delhi, Sage, 1997

MITCHELL, William J.: *City of bits. Space, place and infobahn*, Cambridge, MIT Press, 1995

MORA, José Ferrater: *Dicionário de Filosofia*, Lisboa, Publicações D.Quixote, 1978

MORIN, Edgar: *Introdução ao pensamento complexo*, Lisboa, Instituto Piaget, 1995

MORIN, Edgar: *O paradigma perdido: a natureza humana*, Mem Martins, Publicações Europa-America, 1975

MONTANER, Josep Maria: *A modernidade superada*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001

MUGA, Henrique: *Psicologia da arquitectura*, Lisboa, Gailivro, 2005

MUNTAÑOLA, J.: *La arquitectura como lugar*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1974

MUNTAÑOLA, J.: *Topogénesis dos: ensayo sobre la naturaleza social del lugar*, Barcelona, Oikos-Tau, 1979

NESBIT, Kate (ed.): *Theorizing Architecture: a new agenda for theory, an anthology of architectural theory, 1965 - 1995*, Princeton Architectural Press, Nova Iorque, 1996

NIETZSCHE, Frederico: *Origem da tragédia*, Lisboa, Guimarães Editores, 1972

NORBERG-SCHULZ, Christian: *Existence, space and architecture*, Londres, Studio Vista, 1972

NORBERG-SCHULZ, Christian: *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*, New York, Rizzoli, 1980

NORBERG-SCHULZ, Christian: *L'art du lieu: architecture et paysage, permanence et mutations*, Paris, Moniteur, 1997

NORBERG-SCHULZ, Christian: *Meaning in western architecture*, Londres, Studio Vista, 1980

NORBERG-SCHULZ, Christian: *Intentions in architecture*, Cambridge, MIT Press, 1965

PARKER, Simon: *Urban theory and the urban experience: encountering the city*, London, Routledge, 2004

PINHEIRO, Paulo Manuel Machado Marques: *A ideia de lugar em arquitectura*, dissertação para o mestrado em Teoria da Arquitectura da Universidade Lusíada, Lisboa, 2003

PIRES, Amílcar Gil: *Projectar no lugar : intervenção numa quinta de recreio do séc. XVIII: relatório de uma aula*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentada na Faculdade de Arquitectura, Lisboa, FAUTL, 1997

RAMOS, Ángel Martín: *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*, Barcelona, Edicions UPC, 2004

RASMUSSEN, Steen Eiler: *Arquitetura vivenciada*, São Paulo, Martins Fontes, 1986

RELPH, Edward: *Place and placelessness*, Londres, Pion, 1980

RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane: *A cidade: rumo a uma nova definição?*, Porto, Edições Afrontamento, 1994

RIVAS SANZ, Juan Luis de las: *El espacio como lugar: sobre la naturaleza de la forma urbana*, Valladolid, Secretariado de Publicaciones, Universidad, 1992

RODRIGUES, Maria João Madeira: *O que é arquitectura*, Lisboa, Quimera, 2002

RODRIGUES, Jacinto: *Álvaro Siza / obra e método*, Porto, Editora Civilização, 1992

ROSS, David: *Aristóteles*, Lisboa, Publicações D.Quixote, 1987

ROSSI, Aldo: *A arquitectura da cidade*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001

ROTH, Leland M.: *Understanding architecture: its elements, history and meaning*, Colorado, Westview Press, 1992

SANTA-RITA, Isabel: *O espaço arquitectónico numa perspectiva actancial*, Comunicação apresentada no Seminário sobre "Habitação" organizado pela FAUTL em Junho de 1994, Lisboa, 1995

SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia (org.): *A Construção do Espaço*, São Paulo, Nobel, 1986

SANTOS, Milton: *A Natureza do Espaço*, São Paulo, HUCITEC, 1996

SANTOS, Milton: *Metamorfoses do espaço habitado*, São Paulo, HUCITEC, 1988

SILVANO, Filomena: *Antropologia do espaço, uma introdução*, Lisboa, Celta, 2001

SIMMEL, Georg: *The philosophy of Money*, London, Routledge, 1995

SIZA VIEIRA, Álvaro: *Imaginar a evidência*, Lisboa, edições 70, 2000

SOCZKA, Luís (org.): *Contextos humanos e psicologia ambiental*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005

SOLÀ-MORALES, Ignasi de: *Diferencias. Topografía de la arquitectura contemporánea*, Barcelona, Gustavo Gili, 1996

SONTAG, Susan: *Against interpretation*, Vintage, London, 2001

TAFURI, Manfredo: *Teorias e História da Arquitectura*, Lisboa, Editorial presença, 1979

TÁVORA, Fernando: *Da organização do espaço*, Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura do Porto, 1996

TSCHUMI, Benard: *Architecture and disjunction*, Massachusetts, MIT Press, 1998

TUAN, Yi-Fu: *Space and place: the perspective of experience*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1997

VELASCO, Emília: *Mercado de Campo de Ourique*, C.M.L. Direcção Municipal de Abastecimento e Consumo, Lisboa, 1995

VELEZ, Maria: *Estudo da percepção do espaço*, Lisboa, 1987

VENTURI, Robert: *Complejidad e contradicción en la arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili, 1992

VIRILIO, Paul: *A landscape of events*, Massachusetts, MIT, 2000

VIRILIO, Paul: *A velocidade de libertação*, Lisboa, Relógio D'Água, 2000

WEBER, Max: *Ensaio de sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1971

WEBER, Max: *Sobre a teoria das ciências sociais*, Lisboa, Presença, 1974

WEBER, Max: *The city*, London, Heinemann, 1958

WEEKS, Jeffrey R.: *The shape of space*, New York, Marcel Dekker, 2002

ZEVI, Bruno: *Arquitectura in Nuce – uma definição de arquitectura*, Lisboa, Edições 70, 1986

ZUMTHOR, Peter: *Pensar a arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili, 2005

PERIÓDICOS

ALVES, Fernando M. Brandão – artigo – *A construção do lugar urbano: ima(r)gens, desvios e confluências*, p. 57-76, *Margens e confluências*, nº1, Guimarães, 2000

BRAIZINHA, Joaquim – artigo – *Logos, Topos e Mitos*, p.35-38, *Sebentas de arquitectura – O lugar*, Universidade Lusíada, Lisboa, 2001

CANNAVO, Paola – artigo – *Programar a flexibilidade*, p.18-23, *JA222*, Lisboa, 2006

CARVALHO, Ricardo – artigo – *Morada: rua, casa*, p.34, *JA224*, Lisboa, 2006

CHAVES, Mário – artigo – *O lugar*, p.47-52, *Sebentas de arquitectura – O lugar*, Universidade Lusíada, Lisboa, 2001

CORREIA, João Miguel Amaro – artigo – *Transformar, Habitar: A construção do Lugar*, pp.9-15, JA203, Lisboa, 2001

DELGADO, João Paulo – artigo – *O lugar da arquitectura: notas para uma estética da edificação*, p.255-263, *Geha: revista de história, estética e fenomenologia da arquitectura e do urbanismo*, nº 2-3, Lisboa, 1999

DUARTE, Rui Barreiros – artigo – *Os Valores do Lugar*, p.66-69, *Arquitectura e Vida*, n.º26, Lisboa, 2002

FRANÇA, José Augusto – artigo – *Mundo, lugar, forma*, p.4-5, *Colóquio. Artes*, nº 64, Lisboa, 1985

FREIRE, Elisabete, GONÇALVES, Jorge – artigo – *Transformação territorial: do Lugar ao Não-Lugar*, p.27-34, *Sebentas de arquitectura – O lugar*, Universidade Lusíada, Lisboa, 2001

GASPAR, Jorge – artigo – *Sentir o lugar ou as paisagens da memória*, p.36-39, *Jornal dos Arquitectos*, nº 206, Lisboa, 2002

GOMES, Paulo Varela – artigo – *O carácter do lugar*, p.38-45, *Architécti*, nº10, Lisboa, 1991

HEIDEGGER, Martin, – artigo – *Construir, Habitar, Pensar [Bauen, Wohnen, Denken]* (1951). Conferência dada a 5 de Agosto de 1951 no âmbito do «Colóquio de

Darmstadt II» sobre «Homem e Espaço»; impresso na publicação deste colóquio *Neue Darmstadter Verlaganstalt*, 1952, p. 72ff.

MARTIN HEIDEGGER, *Vorträge und Aufsätze*, G. Neske Pfullingen, 1954. pp.145-162.
(Tradução do original alemão por Carlos Botelho)

JANEIRO, Pedro – artigo – *A representação do representado*, p.165-175, *Artitextos*:01, nº1, Lisboa, 2006

JANEIRO, Pedro – artigo – *Habitar: o estar-entre*, p.162-167, *AR: Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, nº6, Lisboa, 2006

JORGE, José Duarte Gorjão – artigo – *A construção mental de um lugar*, p.38-41, *Revista arquitectura e vida*, nº53, Lisboa, 2004

JORGE, José Duarte Gorjão – artigo – *O destino dos objectos*, p.298-305, *Revista Arte Teoria*, Faculdade Belas-Artes da Universidade de Lisboa, nº8, Lisboa, 2006

NORBERG-SCHULZ, Christian – artigo – *A paisagem e a obra do Homem*, p.52-58, *Arquitectura: Planeamento, design, artes plásticas*, nº 121/122, Lisboa, 1971

PLA, Maurício – artigo – *O lugar do lugar*, p.38-43, *Arquitectura e Vida*, nº 48, Lisboa, 2004

RINO, Mário – artigo – *Os lugares de transferência*, p.53-56, *Sebentas de arquitectura – O lugar*, Universidade Lusíada, Lisboa, 2001

SILVA, Paulo Brito da – artigo – *O lugar e o não-lugar*, p.57-62, *Sebentas de arquitectura – O lugar*, Universidade Lusíada, Lisboa, 2001

SILVA, Susana Maia – artigo – *O bairro de Campo de Ourique*, p.22-27, *Arquitectura e Vida*, nº 56, Lisboa, 2005

SILVANO, Filomena – artigo – *A construção de uma casa*, p.59-65, *Antropologia portuguesa – práticas artísticas da modernidade*, vol.11, Coimbra, 1993

SILVANO, Filomena – artigo – *Lugares em trânsito*, p.15, *Jornal dos Arquitectos*, nº 206, Lisboa, 2002

VASCONCELOS, João Serpa – artigo – *Do sítio ao Lugar*, p.39-46, *Sebentas de arquitectura – O lugar*, Universidade Lusíada, Lisboa, 2001

SÍTIOS NA INTERNET

DIAS, Isabel Matos: *Transformar, Habitar: a Construção do Lugar*

<http://hardblog-plus.blogspot.com/2005/05>

Facultad de Arquitectura, UNAM: *El concepto de lugar*

<http://dialogandoarq.arq.unam.mx/P%E1gina%20Seminario/sitio%20dialogandoarq/otras%20paginas/Concepto%20de%20lugar.htm>

HERNÁNDEZ, Manuel: *Algunas definiciones de Arquitectura*

<http://www.architecthum.edu.mx/Architecthumtemp/colaboradores/mmartinh.htm>

HERNÁNDEZ, Manuel: *Sobre el lugar en Arquitectura*

http://www.architecthum.edu.mx/Architecthumtemp/invitados/Martin_Hdz5.htm

MOURA, Pedro (trad.): *De Outros Espaços, por Michel Foucault*

http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt2.html

PINTO, Ana, DIAS, Gilda, PONTE, Margarida: *Campo de Ourique: onde o passado e o presente se encontram. Traços da história e da vida de um bairro burguês*

<http://www.fcsh.unl.pt/cadeiras/plataforma/foralinha/atelier/a/www/view.asp?edicao=04&artigo=235>

TESES

ANDRESON, Maria Teresa Lencastre de Melo Breiner: *Para a crítica da paisagem*, Dissertação de Doutoramento apresentada na Universidade de Aveiro, 1992

BAPTISTA-BASTOS, Miguel: *Arquitectura sem sítio, utopias e heterotopias*, dissertação para o mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, FAUTL, 2003

CAVACO, Cristina: *Transmodernidade e experiência do espaço*, dissertação para o mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, FAUTL, 2001

COSTA, Ana Cristina: *Espaço, significados e vivências*, dissertação para o mestrado em Ecologia Humana da Universidade de Évora, 1997

DELGADO, João Paulo: *O lugar da arquitectura: arquitectura e ordens fenomenológicas*, dissertação para o mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, FAUTL, 1998

FERREIRA, Carlos: *Percepção e codificação do espaço no desenho urbano*, dissertação para o mestrado em Planeamento Regional e Urbano da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, FAUTL, 2000

FRAGOSO, Maria: *O espaço e o tempo na arquitectura*, dissertação para o mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, FAUTL, 2001

JANEIRO, Pedro: *A Significação na construção e na descodificação da imagem*, dissertação para o mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, FAUTL, 2003

MILANO, Maria: *Os lugares da mobilidade: uma nova dimensão do espaço público contemporâneo*, dissertação para o mestrado em Projecto do Ambiente Urbano da Faculdade de Arquitectura do Porto, FAUP, Porto, 2001

MORGADO, Carla Sofia: *Temporalidade e forma, contributo para uma fenomenologia de tempo em arquitectura*, dissertação para o mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, FAUTL, 1998

OLIVEIRA, Francisco: *Os novos lugares do habitar, e as formas apropriação contemporâneas*, dissertação para mestrado em arquitectura da habitação da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, FAUTL, 2000

PINHEIRO, Paulo: *A ideia de lugar em arquitectura*, dissertação para o mestrado em Teoria da Arquitectura da Universidade Lusíada, Lisboa, 2003

ANEXOS



ANEXO I – Diagrama da actividade comercial do bairro de Campo de Ourique

Fonte: Jornal “O METRO”, 13 de Março de 2008, pág.6



ANEXO II – Mapa locais de interesse do bairro de Campo de Ourique

Fonte: <http://gatosgatafunhos.blogspot.com/2008/04/agora-estacionar-em-campo-de-ourique-no.html>

A casa é o abrigo.

A coisa principal da casa é o telhado e depois a chaminé.

Dentro somos independentes ou quase. Estamos protegidos da cidade e do mundo inteiro. Os que podem usam tranquilamente a internet.

A casa tem janelas: é preciso respirar, mesmo quando o ar está poluído.

É bom ir à janela. Vê-se a rua, a vizinha sai e fecha a porta, há gente a passar e motos e animais e automóveis, comboios, autocarros e aviões, do ar chega o ruído dum avião, passa uma gaivota. Não estamos sozinhos, felizmente não estamos sozinhos, bate à porta o carteiro, chega o jornal.

O sol entra pela janela e pinta a parede em frente, a chuva martela os vidros, zumbe o vento. Sabemos que a rua vai por aí fora, ramifica-se e sai da cidade, liga a Norte a Sul a Leste a Oeste e a todos os espaços intermédios, tece uma manta sem princípio nem fim porque se torce sobre si própria, mesmo ao cruzar o mar (com grande dispêndio e dificuldade).

A Aventura apetece.

A coisa principal da casa é a porta, mais do que a janela porque não tem peitoril: só um degrau de poucos centímetros para o mundo ou para fugir ao mundo (sempre se pode fechar a porta ou não a abrir ou escancarar as folhas da porta).

O esgoto da minha casa percorre o mundo inteiro e transforma-se juntamente com o dos outros.

A casa é o eu de cada um. Contudo no espaço e no tempo as casas são praticamente iguais, na horizontal como na vertical. Quando têm demasiadas escadas inventam o ascensor, mas mantêm-se iguais ou quase, porque nós os que as ocupamos somos quase iguais. A casa é parte de uma quadrícula imensa, rota aqui e ali, emendada por muralhas por rios por fronteiras imaginárias, por longas protuberâncias, por pontes e por túneis e por nós imateriais.

A casa é eu e nós, conforme se queira. Distinguimos uma de outra, com dificuldade, por números e por pormenores irrelevantes, por estarem em ruínas e escuras ou limpas e polidas como um vidro.

Sou dono da casa, sou dono do mundo, ou inquilino dos dois, o que é rigorosamente o mesmo e nada. A menos que não consiga ter casa e então uso uma gruta, ou uma tenda, ou uma estação de metropolitano ou o pórtico do Palácio da Justiça (casas menos confortáveis e sobretudo inaceitáveis: as possíveis).

Temos por hábito roubar as casas uns aos outros, ou simplesmente roubá-las. Construimos, vendemos, derrubamos, compramos. Às vezes as casas são bombardeadas e às vezes há gente lá dentro e há terremotos e outros acidente naturais. Pobre vida das casas.

A casa é de carvão e a porta é de prata. Há sempre um vulto em contraluz. Perigosas são as portas das palafitas.

LC arregaça as calças, apoiado na tibia e no perónio constrói os cabelos do Toit Terrasse os pilotis e os miosótis.

Casas dispersas como ovelhas perdidas e casas aconchegadas umas às outras. Correm em bicos de pés espreitando e voando sobre os vizinhos. Casas subterrâneas miseráveis, nas colinas, pintadas de azul e de lilás.

Álvaro Siza

Porto, 1 de Março de 2006

ANEXO III – Texto para Casa da Cerca, Almada, 2006, exposição «Desenhos de construção com casa, e céu» de Carlos Nogueira

Fonte: Jornal dos Arquitectos, Nº.224, pp.64